

# infâncias na encruzilhada:

entre estruturas necropolíticas de cidade  
e alianças para viabilização da vida na  
comunidade da Nova República, SSA/BA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Mariana Ribeiro Pardo

## **infâncias na encruzilhada:**

entre estruturas necropolíticas de cidade  
e alianças para viabilização da vida na  
comunidade da Nova República, SSA/BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, na área de concentração em Planejamento Urbano e Regional, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Bassani

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO(A) AUTOR(A) E ANUÊNCIA DO (A) ORIENTADOR(A).  
A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço Técnico de Biblioteca  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Pardo, Mariana Ribeiro

Infâncias na encruzilhada: entre estruturas necropolíticas de cidade e alianças para viabilização da vida na comunidade da Nova República, SSA/BA / Mariana Ribeiro Pardo; orientador Jorge Bassani. – São Paulo, 2023.  
290.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional.

1. Vivências Urbanas de Infâncias Periféricas. 2. Políticas de Morte, Violências e Violações de Direitos. 3. Arranjos de Vida, Arranjos Comunitários e Práticas Coletivas. I. Bassani, Jorge, orient. II. Título.

À minha avó Geralda (in memoriam), que alimentou, cuidou e orientou a minha infância. Que me ensinou a ter fé na educação, na luta, na festa e no encontro. E que, no dia 24 de junho de 2023, no seu festejo preferido, se despediu de nós e encantou com a fogueira de São João. Dedico essa pesquisa à voinha, a mais bela de todo o arraiá!



## **Agradecimentos**

Agradeço ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa de mestrado concedida, que viabilizou a elaboração desta pesquisa.

Ao professor Jorge Bassani, meu orientador, pela parceria, confiança e guiança. Por me reaperantar a possibilidade de fazer ciência ancorada em uma leitura de mundo múltipla, atenta e sensível.

À professora Gabriela Leandro Pereira (Gaia), que compõe a banca de defesa, por sempre atravessar meus caminhos de maneira revolucionária, por ampliar meus repertórios de vida e de ação na universidade e no mundo!

Ao professor Clark Mangabeira, que também compõe a banca de defesa, pela leitura cuidadosa e pelos apontamentos generosos que foram muito importantes para o amadurecimento da pesquisa.

Às professoras Karina Leitão e Paula Juliasz, por contribuições atentas e ricas durante a banca de qualificação, que se desdobraram em chaves de leitura fundamentais para a conclusão da dissertação.

Aos professores e educadores que, no trânsito entre Salvador e São Paulo, me ensinaram movimentos bonitos e potentes para transgredir fronteiras que, como diz bell hooks, é o “que transforma a educação na prática da liberdade”. Obrigada Thais, Gaia, Ariadne, Mayara, José Eduardo, Vilma, Jorge, José Carlos, Karina, Caio, Camila, e tantos outros.

Aos meus amigos de Salvador, que me acompanharam desde a graduação e me incentivaram a dar continuidade no mestrado: Marina, Leti, Dessa, Jones, Sofi, Lari, Chau, Jô, Lai e Gabi... Obrigada pelas andanças todos esses anos, carregando papéis, desenhos e sonhos embaixo do braço junto comigo. A Bahia, e vocês, me deram régua e compasso!

Aos parceiros de trabalho e amigos de vida, com quem tenho construído coletivamente um dos sonhos mais bonitos: o Coletivo Escalar! Clara, Carol, Rai, Vini, Lu, Lai, Lara, Gabi, Jana e Mari vocês me dão coragem e vontade de seguir!

Aos amigos que fiz e refiz em São Paulo, mas que não são só daqui: de Manaus ao Chui! Obrigada por fazerem dessa cidade uma casa tão bonita, colorida e alegre, quando nem parecia que era possível: Marita, Larita, Edilene, Thai, Pedro, Thassya, Gabi, Renata, Luan, Ana, Vic, Fernando, Bruna, Lê, Sté, Giu, Gio e Monique.

Às amigas Gaivotas - Helô, Carola e Lê -, com quem tenho aprendido a voar em terras e céus que agora também são meu lar. Parceiras de orientações, desorientações e sambas. Do Bororé ao mundo, vamos refundar São Paulo!

Aos queridos colegas do GeMAP, da Casa Ecoativa (Ilha do Bororé/Grajaú) e do Coletivo Imargem (Jardim Gaivotas/Grajaú), com quem tenho compartilhado

experiências e imaginado futuros possíveis junto à crianças e adolescentes de tantos lugares diferentes. Obrigada por me receberem de braços abertos em seus projetos!

Aos colegas e amigos da Peabiru, que sempre foram referência e inspiração de atuação e engajamento. Maria, Nath, Marcele, Cintia, Marina, Rafa, Clara, Nunes, Alê, Andrei, Paulinha, Vic, Dri, Lari, Ester, Nat, Gi, Bia, Barbs, Gheidlla e Carol é uma felicidade compartilhar esse espaço com vocês.

À Clara, que, não por acaso, aparece várias vezes nesse agradecimento em lugares diferentes. Obrigada por compartilhar tantos caminhos de vida e de luta. Minha referência é minha amiga!

À Mika, meu par na vida, pela parceria, pelo apoio e pelo abraço. Todos os dias. Obrigada por inventar um mundo fantástico junto comigo, por topiar caminhos e abrir caminhos que ainda nem sabemos onde vão dar.

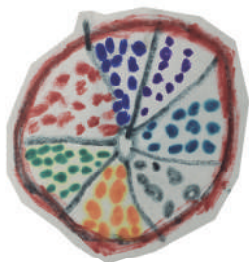
À minha família, que me ensinou sobre amor, política, ética e afeto. Que sempre acreditou no poder revolucionário e transformador da educação e que não mediu esforços para me apoiar nos percursos desafiadores da universidade. Neles me inspiro, me reconheço e me fortaleço: Mainha (Anete), Painho (Eduardo), Tia Deli, Tia Bel, Tio Adriano, Vó Cida, Sofi, Rick, Thi, Júlio e Maju.

Às lideranças comunitárias, moradores e educadores da comunidade da Nova República, com os quais aprendi sobre organização e coletividade. Sobre o comum e as individualidades. O que nos une, mas também o que nos distancia. Dona Vera, Seu Roque, Professora Márcia e Magno, obrigada!



Ao grupinho da praça, formado pelas 20 crianças que participaram das atividades na biblioteca comunitária da Nova República e à todas as crianças com as quais já cruzei caminhos e que sempre me colocam em movimento! Seja para me reinventar, me deslocar, para tranformar as coisas ou imaginar outros mundos.

Fé nas crianças!





**Kehinde e Taiwo**  
Arte de Sofia Costa  
[@ascoisasdesofia](#)

Fé na educação, fé na escola, fé em termos criança na escola, fé nas professoras e professores de todo o país [...]

Fé no conhecimento dos livros e dos avós. Num tempo em que muita gente ainda teima que fé e ciência estão em lados opostos, descobrimos que o que pode nos salvar é justamente a fé na ciência.

A fé está viva e sã. Ela é assim: teimosa, persistente, resistente. Bem la fundo, a fé é uma criança cantando.

Gilberto Gil

## **Resumo**

Este trabalho parte de um processo de pesquisa iniciado em 2019 que, ao longo destes quatro anos, assumiu diferentes formatos, arranjos e intensidades, contribuindo para a formulação de reflexões acerca das vivências urbanas de infâncias em territórios periféricos. Resultou da interlocução com um grupo de crianças na comunidade da Nova República, na cidade de Salvador/BA, que revelaram, em suas narrativas, questões relacionadas às violências e violações de direitos que conduzem à uma leitura acerca das estruturas de morte, fragmentação e insegurança que permeiam a vida urbana, especialmente nos territórios periféricos. Por outro lado, nesta mesma interlocução, também se evidenciaram os arranjos comunitários e as redes de cuidado, afeto e sociabilidade que são mobilizados para garantir a continuidade dessas existências, revelando a formação de alianças para a manutenção da vida nestes espaços. As entradas encontradas para abordar esse tema são atravessadas por relatos, registros e imagens trazidos pelas crianças, reforçando as experiências coletivas, as redes autônomas de proteção e as estratégias comunitárias de sobrevivência, bem como a desigualdade e a racialidade que caracterizam as formas de violência vividas nessa encruzilhada. Propõe-se, portanto, olhar para as políticas de morte e as alianças para a vida em atravessamento e seus reflexos na produção da cidade, alimentando e informando o campo dos estudos urbanos com abordagens que anunciam possibilidades de vida diante das estruturas necropolíticas da cidade.

**Palavras-chave:** infância; cidade; territórios periféricos; violência; políticas de morte; alianças de vida.

## **Abstract**

This research is based on a process that began in 2019 and, over these four years, has taken on various formats, arrangements, and intensities, contributing to the development of reflections on urban experiences in childhood within peripheral territories. It emerged from engaging with a group of children in the Nova República community in the city of Salvador, Brazil, who, through their narratives, revealed issues related to violence and violations of rights that lead to an understanding of the structures of death, fragmentation, and insecurity that permeate urban life, especially in peripheral areas. On the other hand, within this same interaction, community arrangements and networks of care, affection, and sociability have also become evident, mobilized to ensure the continuity of these existences, revealing the formation of alliances to promote life in these spaces. The approaches used to address this theme are informed by accounts, records, and images provided by the children, reinforcing collective experiences, autonomous networks of protection, and community survival strategies, as well as the inequalities and racial aspects that characterize the forms of violence experienced in this intersection. Therefore, the aim is to examine the policies of life and death in an interconnected way and their effects on the production of the city, enriching and informing the field of urban studies with approaches that herald possibilities of life in the face of the necropolitical structures of the city.

**Key-words:** Childhood; city; peripheral territories; violence; policies of death; alliances for life.

## Lista de Siglas

BCS	Base Comunitária de Segurança
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CE	Colégio Estadual
CEEP	Centro de Educação Profissional
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CIMP	Companhias Independentes da Polícia Militar
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CSU	Centro Social Urbano
CURA	Programa Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
CV	Comando Vermelho
EM	Escola Municipal
ETNA	Escritório Técnico Nordeste de Amaralina
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAUFBA	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GeMAP	Grupo de Estudos Mapografias Urbanas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
PCC	Primeiro Comando da Capital
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PFL	Partido da Frente Liberal
PLANDURB	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PPC	Projeto Polícia Cidadã
PPV	Programa Pacto Pela Vida
PRODESO	Programa de Desenvolvimento Social
PT	Partido dos Trabalhadores
PVM	Programa Viver Melhor
RNA	Região Nordeste de Amaralina
SJDH	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SSP/BA	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia
TFG	Trabalho Final de Graduação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZHNA	Zona Homogênea do Nordeste de Amaralina

## Lista de Figuras

Figura 01: Primeira reunião com lideranças comunitárias na Associação de Moradores da Nova República - **Pág. 35**

Figura 02: Atividade de cartografia desenvolvida com a Associação de Moradores da Nova República - **Pág. 35**

Figuras 03 e 04: Capa do caderno de campo e do Trabalho Final de Graduação - **Pág. 36**

Figura 05: Linha do tempo de relações da pesquisa - **Pág. 38**

Figura 06: Materiais utilizados nas entrevistas realizadas em 2020 - **Pág. 41**

Figura 07: Atividade realizada no âmbito do TFG na biblioteca comunitária - **Pág. 46**

Figura 08: Comunidade da Nova República vista a partir do Parque da Cidade - **Pág. 76**

Figura 09: Fachada da biblioteca comunitária da Nova República - **Pág. 81**

Figura 10: Atividade de colagem “conhecer o passado para imaginar o futuro” na biblioteca comunitária da Nova República - **Pág. 83**

Figura 11: Atividade de maquete na biblioteca comunitária da Nova República - **Pág. 83**

Figura 12: Síntese gráfica dos dados das crianças que participaram das atividades - **Pág. 84**

Figura 13: Registro de atividade na biblioteca comunitária da Nova República - **Pág. 86**



Figura 14: Desenho da casa de uma das crianças, incorporando a visão do telhado retângular e associação da casa como lugar preferido na comunidade - **Pág. 93**

Figura 15: Presença da laje como espaço importante da moradia. - **Pág. 94**

Figura 16: Desenho de criança que escolheu retratar a sua casa internamente - **Pág. 94**

Figura 17: Presença do elemento de elevação da casa em relação ao nível da rua - **Pág. 95**

Figura 18: Desenho da casa de uma das crianças que imprimiu desejo de ter mais cores associadas a sua moradia - **Pág. 95**

Figura 19: Uso das casas dos amigos e familiares como forma de localização e inserção da sua própria casa - **Pág. 96**

Figura 20: Desenho que recebeu menos detalhes sobre a casa, dando destaque a rua - **Pág. 96**

Figura 21: Localização da casa e da rua a partir de elementos marcantes da comunidade: pé de abacate e a cooperativa - **Pág. 97**

Figura 22: As tentativas de redesenhar as casas a partir do telhado como elemento retangular - **Pág. 97**

Figura 23: Desenho com muitos detalhes sobre a casa e a rua - **Pág. 99**

Figura 24: Representação da brincadeira de "escorrega", do topo do areial em direção à pista (que é como chamam a avenida principal do bairro) e o muro, que fica entre o areial e a pista, não foi registrado no desenho - **Pág. 101**

Figura 25: Registro da brincadeira de chuta-lata que usa garrafas e latas, que são recolhidas da cooperativa, no lugar da bola de futebol - **Pág. 102**

Figura 26: O carrinho de rolimã, que também apareceu como uma brincadeira que utiliza materiais da cooperativa para sua construção - **Pág. 102**

Figura 27: O parquinho da praça principal - **Pág. 103**

Figura 28: Representação do jogo de Fubica, onde o tabuleiro e as pecinhas são feitas a partir da reciclagem de materiais da cooperativa - **Pág. 103**

Figura 29: Representação da Associação de moradores conectada à biblioteca comunitária por um caminho desenhado em torno da praça - **Pág. 105**

Figura 30: Desenho da biblioteca comunitária onde aconteciam as atividades - **Pág. 106**

Figura 31: Desenho do Parque da Cidade, com presença marcante de árvores, plantas e animais - **Pág. 106**

Figura 32: Registro da quadra, localizada na praça principal - **Pág. 107**

Figura 33: A Praia de Amaralina, próxima da comunidade - **Pág. 107**

Figura 34: Desenho coletivo da praça principal da comunidade da Nova República - **Pág. 108**

Figura 35: Prédios com muitos andares e cabeças de monstros - **Pág. 110**

Figura 36: Meios de transporte utilizados pela polícia para andar na comunidade (carro, cavalaria e helicóptero) - **Pág. 112**

Figura 37: Helicóptero da GRAER, usado durante operações e incursões policiais - **Pág. 112**

Figura 38: Desenho de arma de fogo - **Pág. 113**

Figura 39: Representação da morte - **Pág. 113**

Figura 40: Adesivos (produzidos a partir dos desenhos das crianças) utilizados na atividade de cartografia realizada na biblioteca - **Pág. 116**

Figura 41: Atividade de cartografia realizada no âmbito do TFG na biblioteca comunitária - **Pág. 117**

Figura 42: Cartografia resultante da primeira etapa da atividade - **Pág. 118**

Figura 43: Cartografia resultante da segunda etapa da atividade - **Pág. 120**

Figura 44: Mapografia 01, com base em entrevista realizada em 2020 - **Pág. 124**

Figura 45: Mapografia 02, com base em entrevista realizada em 2020 - **Pág. 125**

Figura 46: Mapografia 03, com base em entrevista realizada em 2020 - **Pág. 126**

Figura 47: Mapografia 04, com base em entrevista realizada em 2020 - **Pág. 127**

Figura 48: Mapografia 05, com base em entrevista realizada em 2020 - **Pág. 128**

Figura 49: Mapografia 06, com base em entrevista realizada em 2020 - **Pág. 129**

Figura 50: Colagem "Infâncias na encruzilhada" - **Pág. 130**

Figura 51: Região Nordeste de Amaralina, 1977 - **Pág. 139**

Figura 52: Área do Coqueiral, atual bairro da Santa Cruz na Região Nordeste de Amaralina, 1977 - **Pág. 139**

Figuras 53 e 54: Região Nordeste de Amaralina, 1977 - **Pág. 148**

Figura 55: Edifício da Associação de Moradoras da Nova República - **Pág. 145**

Figura 56: Evolução da taxa de homicídio no Brasil (2007-2017) - **Pág. 162**

Figura 57: Taxa de homicídios por Unidade Federativa no Brasil, em 2017 - **Pág. 164**

Figura 58: Taxas de homicídios de jovens, por grupos de 100 mil, por estado no Brasil, em 2017 - **Pág. 166**

Figura 59: Taxas de homicídios de negros e não negros, a cada 100 mil habitantes, no Brasil, entre 2007 e 2017 - **Pág. 167**

Figura 60: Vista panorâmica da relação geográfica entre a Região Nordeste de Amaralina e os bairros vizinhos - **Pág. 180**

Figura 61: Muro que divide a Nova República do Parque da Cidade - **Pág. 183**

Figura 62: Furo no muro mencionado pelas crianças - **Pág. 183**

Figura 63: Comunidade do Pé Preto - **Pág. 185**

Figura 64: Cartografia produzida junto às crianças da Nova República - **Pág. 185**

Figura 65: Desenho de arma de fogo feito por uma das crianças durante atividades na biblioteca comunitária da Nova República - **pág. 189**

Figura 66: Presença de elementos utilizados pela Polícia Militar, registrados por criança em atividade na biblioteca comunitária - **pág. 190**

Figura 67: Representação da morte - **pág. 193**

Figura 68: Trecho do filme no caminho com Mário - **pág. 205**

Figura 69: Criança apontando para o “pistão” na Nova República - **pág. 219**

Figura 70: Equipamentos no entorno da Praça principal da Nova República - **pág. 221**

Figura 71: Aula de capoeira - **pág. 220**

Figura 72: Grupo de percussão em evento da comunidade - **pág. 220**

Figura 73: Aula de ballet na Associação de Moradores - **pág. 223**

Figura 74: Colagem das brincadeiras na Nova República - **pág. 225**

## **Lista de Mapas**

Mapa 01: Localização da RNA em Salvador - **Pág. 65**

Mapa 02: Bairros da RNA e a Nova República - **Pág. 66**

Mapa 03: Mapa Racial de pontos de Salvador, com localização da RNA - **Pág. 68**

Mapa 04: Equipamentos Educacionais na RNA - **Pág. 70**

Mapa 05: Espaços coletivos e equipamentos públicos na Nova República - **Pág. 71**

Mapa 06: Sobreposição do Mapa Racial de pontos de Salvador com localização das bases comunitárias de segurança - **Pág. 74**

Mapa 07: Bases Comunitárias de Segurança na RNA - **Pág. 75**

# sumário

**Introdução** 24

**Percurso e caminhos metodológicos** 32

**Capítulo 1 - Infâncias na comunidade da Nova República** 48

1.1 Diálogos e aproximações acerca das infâncias periféricas 54

1.2 Breves considerações sobre a inserção das infâncias na comunidade da Nova República 64

1.3 “A biblioteca é o mundo!” O processo de aproximação e interlocução com as crianças da Nova República 78

1.4 A comunidade da Nova República pelas crianças 88

**Capítulo 2 - Apontamentos sobre a história da comunidade da Nova República** 132

**Capítulo 3 - Cidade fragmentada e corpos interditos: políticas de morte, violências e violações de direitos nos territórios periféricos** 146

3.1 Breves apontamentos sobre violência urbana e o campo de estudo e produção das cidades 152

3.2 Segurança Pública: a urgência da  
transparência de dados e da  
descentralização do tema 158

3.3 Uma leitura territorializada sobre  
violência, segurança pública e  
racismo em Salvador 168

3.4 (In)seguranças e violências na  
Nova República: aproximações com o  
tema a partir da infância na comunidade 176

**Capítulo 4 - Alianças para viabilizar a  
vida: arranjos comunitários, tecnologias  
sociais e práticas coletivas 194**

4.1 Anúncio: O plano coletivo é viver  
para além do ano 3000! 200

4.2 Das infâncias na encruzilhada  
às alianças para viabilização da vida 206

4.3 Quem garante a vida na  
comunidade da Nova República? 212

**5. Considerações e desdobramentos 230**

**6. Bibliografia 236**

**7. Anexo 1 248**

**8. Anexo 2 262**

0.1

# Introdução





Esta pesquisa parte de construções reflexivas imersas nas múltiplas camadas presentes em ações e políticas comumente instauradas em territórios e corpos periféricos que são atravessadas pelo conceito das “políticas de morte”<sup>1</sup>. De forma mais contextualizada, são reflexões que surgem a partir da interlocução com territórios que têm seus cotidianos atravessados por violências e violações de direitos, assim como por ausências e presenças de políticas estrategicamente manejadas para cercear determinadas existências e possibilidades de existir na cidade. Entretanto, também nesses territórios se verificam arranjos comunitários e redes de cuidado, afeto e sociabilidade que são mobilizados cotidianamente para garantir a continuidade dessas mesmas existências, criando políticas e alianças para viabilização da vida nesses espaços<sup>2</sup>.

Se por um lado a interlocução com sujeitos individuais e coletivos que vivem em territórios periféricos evidenciou a necessidade de dar visibilidade ao tema das “políticas de morte” no campo dos estudos urbanos, foi também junto à eles que se revelou a potência de direcionar o olhar para os anúncios de vida que se dão entre as estruturas necropolíticas na cidade. Nesse sentido, pensar

---

1. Nos informam acerca de noções em torno das políticas de morte: REIS (2005) ; CARNEIRO (2005); MBEMBE (2006); FOUCAULT (1999); BAUMAN (2008); AVELAR (2016); PEREIRA (2019), dentre outros.

2. Contribuem nas mobilizações de ideias acerca das alianças para a vida: PEREIRA (2019, 2020), McKITTRICK (2019), FERREIRA-SANTOS (2012), KOPENAWA (2015), KRENAK (2019, 2020), PARREIRAS (2020), BASSANI (2012), FREIRE (1983, 1996 e 1998), dentre outros..

as políticas da vida e da morte em atravessamento se colocou como uma lente que auxilia na leitura desses territórios para além do contexto da violência, da precariedade e da urgência.

A relação de interlocução que contribuiu para estruturar o corpo e o pensamento dessa pesquisa se deu junto a um grupo de crianças na comunidade da Nova República, que fica localizada no bairro de Santa Cruz, em Salvador/Bahia. Um processo iniciado em 2019, e continuado em formatos, arranjos e intensidades diferentes, através da participação na realização de um ciclo de atividades na Biblioteca Comunitária local, com cerca de 20 crianças, durante aproximadamente um ano<sup>3</sup>. Nesse período foi possível se aproximar das interpretações e linguagens usadas pela infância para vivenciar, experimentar e narrar o espaço urbano, onde ficou evidente uma experiência de vida na cidade atrelada, muitas vezes, ao medo, à violência e à insegurança. Por outro lado, evidenciou-se também nesses relatos, dimensões relativas aos sonhos, as memórias, as pulsões de vida e as belezas presentes nos seus cotidianos, chaves importantes de serem acionadas para pensar perspectivas possíveis de continuidade e de futuro na Nova República.

Partindo das experiências vivenciadas em campo e das questões elaboradas posteriormente, esta pesquisa pretende trazer para a zona de visibilidade dos estudos urbanos reflexões sobre as vivências de infâncias em territórios

---

3. A aproximação com o lugar se estruturou a partir da relação com lideranças e moradores da comunidade (principalmente crianças e adolescentes) iniciadas no contexto do Trabalho Final de Graduação (TFG), em 2019, e continuado através da participação no Coletivo Escalar, um grupo de Assessoria Técnica Popular que atua na comunidade da Nova República junto à Associação de Moradores local. Ambas as experiências de aproximação e atuação na comunidade serão melhor desenvolvidas nos próximos capítulos.

periféricos nas cidades. Propõe-se, portanto, olhar para as políticas de morte e de vida nesses espaços e seus reflexos na produção da cidade, a partir do diálogo com a infância, alimentando e informando o campo dos estudos urbanos a partir de abordagens que anunciam possibilidades de vida em contraposição às estruturas de morte, fragmentação, medo e insegurança que permeiam a vida urbana contemporânea, especialmente nos territórios postos à margem.

A dissertação foi organizada em 4 capítulos, além da introdução e das considerações finais, articulando as questões, experiências e reflexões aqui reunidas a partir de um caminho orgânico que sintetiza o percurso de elaboração da pesquisa. Como grande parte das reflexões trazidas são ancoradas e alimentadas por relatos, narrativas e desenhos produzidos a partir do campo e da interlocução com crianças, destacou-se a necessidade de incorporar esses registros de forma fluida e de construir imagens que se aproximam dos contextos vivenciados durante a pesquisa. Nesse sentido, foram produzidos 4 contos disparadores que atravessam a dissertação em diferentes momentos. Trabalhar com a ideia da elaboração de contos se deu a partir da possibilidade de apresentar histórias trazidas pelas crianças operando um jogo de opacidade e visibilidade (Pereira, 2020). Ou seja, escolhendo o que deve ou não ser compartilhado a partir de uma reflexão do que pode fragilizar ou potencializar essas relações no território, e ao mesmo tempo narrando passagens, situações e experiências que são importantes para as reflexões propostas nesta pesquisa.

O uso da ficção literária - seja ela ficcionada por completo, ou apenas em partes - como forma de recontar histórias, permite inserir essas narrativas no mundo sob outras perspectivas, sob perspectivas de transformação da realidade. Essa abordagem literária é capaz de, como defende Rancière, "reconfigurar o

território do visível, do pensável e do possível, as ficções da arte e da política são, portanto, heterotopias mais do que utopias" (Rancière, 2009, pp. 57).

A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem ficções, isto é, rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer (Rancière, 2009, pp. 59).

Narrar essas histórias em forma de contos se dá como possibilidade de imagear os contextos observados e inspirar narrativas mais aprofundadas e complexificadas acerca das vivências urbanas das infâncias na comunidade da Nova República, sem apanhar caricaturas ou tentar desvendar o que é inapreensível. Como escreve Gonçalves Filho, dialogando com Hannah Arendt, é impossível conter numa imagem ou numa ideia toda a existência de alguém, por isso, trabalhar a partir "das histórias de alguém" talvez seja uma estratégia potente para alcançar o que se propõe com esses contos (Gonçalves Filho, 2003).

Uma pessoa vive como uma história. E é quem só podemos suficientemente apontar por meio de histórias. Uma pessoa é alguém de quem contamos e dramatizamos histórias. A narrativa deixa fluir o gesto e a voz de alguém, sem fixar episódios (Gonçalves Filho, 2003, pp. 11).

Os contos introduzem, de forma subjetiva, ficcional e cuidadosa, estórias sobre as experiências das infâncias na Nova República que atravessam os temas que serão discutidos nos capítulos da dissertação. Assim, os 4 contos-disparadores elaborados aparecerão como abertura de cada um dos capítulos - que serão brevemente introduzidos a seguir.

O primeiro capítulo, intitulado **Infâncias na comunidade da Nova República**, pretende ser um espaço de discussão acerca das experiências e vivências urbanas das infâncias na comunidade, apresentando como se deu o diálogo com as crianças e quais foram as ferramentas de aproximação, análise e síntese produzidas a partir do campo. Para tanto, inicialmente, propôs-se contextualizar a inserção das infâncias nas cidades, em especial das infâncias periféricas e suas múltiplas camadas de leitura, interpretação e análise. Ainda, o Capítulo 1 apresenta registros sobre as maneiras de ver, viver, narrar e representar o espaço urbano, caracterizando quem são as crianças que vivem na Nova República e o que suas narrativas revelam sobre o lugar, com o devido cuidado para não capturar e nem expor essas presenças. Como referencial teórico, estão sendo mobilizadas leituras brasileiras, e também latinas, que se debruçam sobre infâncias urbanas a partir de um ideal heterológico de cidade.

O segundo capítulo, de título **Apontamentos sobre a história da comunidade da Nova República**, será uma passagem breve com intuito de contextualizar o processo de surgimento e consolidação do território onde aconteceram as principais interlocuções e reflexões que dão corpo a essa pesquisa. Apesar da Nova República ser anunciada logo no Capítulo 1 pelas perspectivas e imagens das infâncias, esse segundo capítulo propõe uma retomada histórica e de inserção da comunidade no contexto de urbanização da cidade de Salvador, entendendo os atravessamentos das políticas, processos e agentes nas discussões trazidas ao longo da dissertação. Portanto, foi uma decisão de pesquisa apresentar primeiro a comunidade a partir das pistas trazidas pelas crianças.

O terceiro capítulo, **Cidade fragmentada e corpos interditados: políticas de morte, violências e violações de direitos nos territórios periféricos**, propõe

um panorama geral acerca do tema das estruturas necropolíticas de cidade, circunscrevendo-o nos estudos urbanos, e reforçando a importância desse debate. Assim, inicialmente, serão discutidas questões em torno da violência urbana, do discurso de medo e insegurança nas cidades contemporâneas, das políticas públicas de segurança e de como as políticas do urbano e o planejamento se localizam nesse contexto.

No decorrer do capítulo, constrói-se uma discussão direcionada para os atravessamentos dessas temáticas nas vivências urbanas das infâncias, o impacto da presença constante de um estado de violências e violações de direitos e o quanto os relatos e as representações das crianças da Nova República informam e fazem refletir sobre o tema. Para tanto, foram mobilizados repertórios teóricos que articulam a questão das políticas de segurança pública com o planejamento do território, assim como os que incorporam dimensões relativas à desigualdade, violação de direitos e atravessamentos raciais, com uma atenção especial a autores que discutem o tema no recorte da cidade de Salvador.

O quarto e último capítulo, **Alianças para viabilizar a vida: arranjos comunitários, tecnologias sociais e práticas coletivas**, se debruça sobre as alianças que são construídas para viabilizar a vida nesses territórios, elaborando um panorama conceitual e empírico sobre o tema a partir de experiências coletivas, redes autônomas de proteção e estratégias comunitárias de sobrevivência conferidas nesses espaços. É uma tentativa de anunciar e reverberar imagens e narrativas de vida, para se contrapor às políticas, planos e estruturas que vão no caminho contrário. Propõe-se pensar o tema das alianças de vida a partir dos agentes e das ações que materializam essa concepção na comunidade da Nova República, buscando entender as políticas de sociabilidade e os arranjos que se formam ali.

Contudo, é importante pontuar que existe a preocupação em não desvendar ou catalogar essas estratégias de sobrevivência, mas refletir sobre suas existências e conformações. Nesse sentido, este capítulo será ancorado em autores que se fundamentam na lógica de pensar os territórios a partir das suas práticas coletivas, educativas, de cuidado e continuidade, assumindo uma postura política de construir um trabalho que perspective o futuro frente a um estado de fim do mundo anunciado.

Por fim, as considerações finais pretendem apontar para as questões e os desafios levantados no decorrer do trabalho, com atenção especial às aberturas e potencialidades que uma pesquisa engajada na interlocução com os territórios e os sujeitos envolvidos podem incorporar ao campo de estudo das cidades. Entendendo que as premissas que demarcam esse engajamento com o campo estão, grande parte das vezes, vinculadas à práticas extensionistas da universidade na produção de ciência e conhecimento, emerge, nessa reta final, uma discussão acerca da capacidade de aprofundamento, complexificação e densidade que a extensão universitária pode trazer para a pós-graduação, indicando a potencialidade de desenrolar esse fio em desdobramentos posteriores.

0.2

## Percursos e caminhos metodológicos





Na perspectiva de compartilhar experiências e aproximações metodológicas, busca-se aqui elucidar acerca dos caminhos percorridos durante a elaboração desta pesquisa que, como já mencionado anteriormente, parte da relação de atuação e parceria com a comunidade da Nova República, em Salvador/Bahia. A aproximação com o lugar se estruturou a partir do diálogo com lideranças e moradores da comunidade - principalmente crianças e adolescentes - iniciadas no contexto de desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação (TFG)<sup>1</sup>, em 2019, que propôs um processo de acompanhamento das demandas comunitárias do território pautadas pela Associação de Moradores local.

O TFG, intitulado “Arquitetura da Ponte: construções partilhadas com a comunidade da Nova República”, localizou-se em um espaço de transição de uma dinâmica que se dava no âmbito da extensão universitária para uma atuação de assessoria técnica no campo profissional, a partir da formação do Coletivo Escalar, ao qual faço parte e que, ainda hoje, atua junto à comunidade.

---

1. O Trabalho Final de Graduação foi desenvolvido na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, em parceria com Ana Clara Oliveira de Araújo. O trabalho teve uma composição de orientação e banca de caráter multidisciplinar e interinstitucional, sendo orientado pela professora Gabriela Leandro Pereira (Arquitetura e Urbanismo/UFBA), com co-orientação dos professores José Eduardo Ferreira Santos (Pedagogia/Ucsal), Adriana Lima (Direito/UEFS) e Mayara Araújo (Arquitetura e Urbanismo/UFBA). A banca de avaliação foi composta, da parte interna, pelas professoras Thais Rosa, Ariadne Moraes e Thais Portela (Arquitetura e Urbanismo/UFBA). Externamente, contou com os professores Caio Santo Amore e Karina Leitão (Arquitetura e Urbanismo/USP).

Após um período de aproximação e diálogo com moradores e lideranças da região, foram elencadas coletivamente demandas prioritárias para direcionar as ações propostas no trabalho (Figuras 02 e 03). Para tanto, foi proposto que a biblioteca comunitária local servisse como espaço base para as atividades de campo, tornando possível mantê-la aberta e, a partir dela, consolidar a presença na comunidade e a relação com os sujeitos que se articulavam em torno daquele lugar. O desdobramento desse movimento de abertura da biblioteca foi a grande presença de crianças e adolescentes nas atividades com uma frequência constante, independente do tema, do tom e do conteúdo a ser discutido. A partir dessa presença marcante, e do desejo ativo de participação das atividades, foi desenhado um conjunto de ações e oficinas para serem desenvolvidas com as crianças, para que suas experiências, demandas e sonhos de cidade fossem incorporados nas discussões e na agenda política e urbana que vinha se construindo com a Associação de Moradores.

As atividades desenvolvidas junto à infância na comunidade alimentaram não apenas a construção do TFG como também a atuação que começava a se formar enquanto assessoria técnica pelo Coletivo Escalar<sup>2</sup>. O TFG foi defendido em julho de 2019, e, a partir de então, oficializou-se o início do Coletivo que deu continuidade às ações que estavam sendo desenvolvidas na Nova República. Essa continuidade também foi garantida na biblioteca comunitária, que permaneceu aberta até o final daquele ano, com atividades que revelaram novos diálogos e acúmulos sobre o território e o contexto das infâncias vividas ali.

---

2. O Coletivo Escalar é um grupo de assessoria técnica popular composto por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e geografia, que atua em parceria com movimentos sociais e organizações comunitárias de Salvador/BA. Após a finalização do TFG, as ações junto à comunidade da Nova República foram incorporadas no escopo de trabalho do Coletivo Escalar, permitindo uma ação e interlocução contínua no território.



**Figura 01:**  
Primeira reunião  
com lideranças  
comunitárias na  
Associação de  
Moradores da  
Nova República

Fonte: ARAÚJO;  
PARDO, 2019



**Figura 02:**  
Atividade de  
cartografia de-  
senvolvida com  
a Associação de  
Moradores da  
Nova República

Fonte: ARAÚJO;  
PARDO, 2019

A pesquisa de mestrado surge, então, movida por essas novas fagulhas de discussão, propondo olhar com mais profundidade para a experiência de campo vivida. Inicialmente, a pesquisa pretendia se debruçar sobre o contexto de infâncias periféricas<sup>3</sup> da cidade de Salvador, em atravessamento com as políticas públicas de segurança implementadas nesses espaços, e seus desdobramentos

---

3. A concepção de infâncias periféricas se dá como um recorte não homogeneizador das infâncias urbanas, será abordado no Capítulo 1, no tópico intitulado “Diálogos e aproximações acerca das infâncias periféricas”.

no campo do planejamento urbano. Buscava-se investigar acerca do estado de vigilância e monitoramento instaurado pelos aparatos de policiamento do Estado, e seus reflexos na produção de um espaço urbano pensado e desenhado a partir de lógicas de controle e repressão, articulando dimensões vinculadas ao racismo institucional, as segregações socioespaciais e a violação dos direitos das crianças que vivem nesses espaços.

Propôs-se então, retomar o diálogo com a infância na comunidade para refletir sobre o material coletado na época das atividades desenvolvidas na biblioteca comunitária - entendendo o próprio Trabalho Final de Graduação como objeto metodológico da pesquisa. Essa retomada também possibilitou a reaproximação com algumas das crianças que participaram desse processo, para realização de novas conversas, entrevistas e mapeamentos. Assim, foi possível reunir um acervo de pesquisa com materiais, dados e registros<sup>4</sup> importantes acerca da infância na comunidade e da sua relação com o espaço urbano, como caderno de campo, catálogo de desenhos elaborados pelas crianças, cartografias colaborativas, registros de relatos e entrevistas (Figura 04).



**Figuras 03 e 04: Capa do Trabalho Final de Graduação e do caderno de campo.**

Fonte: ARAÚJO; PARDO, 2019

4. O acervo foi desenvolvido em janeiro de 2021, quase um ano após o início do mestrado, no intuito de reunir e sistematizar os materiais que já haviam sido registrados, coletados e produzidos junto às crianças da Nova República, tanto em atividades anteriores - a exemplo das ações no âmbito do TFG em 2019 - quanto em trabalhos de campo produzidos durante o próprio mestrado em 2020.

O reencontro com esses sujeitos e aprendizados colocou em questão o direcionamento da pesquisa como um todo. Não havia mais vontade de investigar apenas as narrativas e os contextos voltados para os reflexos da violência e das políticas públicas de segurança na vida das crianças da Nova República. Isso porque, mesmo acreditando que essas discussões sejam estruturantes para pensar a infância neste território, havia o desejo de construir uma pesquisa que não estivesse centralizada unicamente no registro das mortes, violências e apagamentos que têm sido produzidos e reproduzidos no âmbito do planejamento das cidades.

As reflexões contínuas e o amadurecimento teórico do trabalho empírico já realizado, permitiram que a retomada do diálogo com essas crianças apontasse novas perspectivas para os materiais coletados. Assim, o TFG assumiu um papel importante como um material de estudo em processo de depuração, transformando a pesquisa empírica e a experiência prática em análise teórica e produção gráfica, não sendo apenas ponto de partida, mas também objeto metodológico desta pesquisa.

Apesar de retornar ao TFG como objeto de pesquisa e análise, a interlocução com o campo se manteve ativa, diante da participação no Coletivo Escalar, garantindo diálogo e presença constante no território, inclusive com as crianças. O desenho desse processo foi esquematizado em uma linha do tempo apresentada a seguir (Figura 05). Neste ponto, interessa mobilizar a ideia de pesquisa participante, onde o pesquisador exerce uma inserção ativa no campo, se implicando de forma mais aproximada e compreendendo questões a partir do seu interior. Para essa concepção, a ciência e os saberes populares ganham um espaço importante, onde os conhecimentos que são produzidos coletivamente a partir dos diálogos comuns possibilitam “criar, trabalhar e interpretar a realidade sobretudo a partir dos recursos que a natureza lhe oferece” (Gil, 1999, pp. 56).

2019

JANEIRO

Aproximação com a Nova República



FEVEREIRO

Início das atividades na biblioteca comunitária



JULHO

Conclusão do TFG e formação do coletivo escalar

relação intensa com as crianças



coletivo ESCALAR

2020/  
2021

Desejo de aprofundar em questões evidenciadas nos relatos das crianças: (in)segurança, medo, violência(s), fronteiras

coletivo ESCALAR

Continuidade da assessoria à comunidade, com ações que incluíram o público da infância

MARÇO/21

Ingresso no mestrado em planurb da FAUUSP



— PANDEMIA —

Ingresso no Fórum Popular de Segurança Pública da Bahia



2022/2023

Participação no GeMAP e aproximação com a Ilha do Bororé (Casa Ecoativa e escola Adrião Bernardes) e o Jardim Gaivotas (Coletivo Imagem e escola Benedito Cerqueira)

Desejo de se voltar para os anúncios, imagens e alianças de vida

Participação nas atividades do Grupo Corpo, Discurso e Território

continuidade das interlocuções, reflexões e elaborações...

**NOVEMBRO**

Finalização das  
atividades na  
biblioteca



Entrevistas  
com crianças  
que participaram  
das atividades em 2019

retorno da relação  
com as crianças

Conclusão da  
dissertação



**Figura 05: Linha  
do tempo de  
relações da  
pesquisa**

Fonte: Autoria  
própria, 2022

As noções que envolvem a pesquisa participante são amadurecidas e decantadas por José Moura Gonçalves Filho (2003), ao se debruçar sobre questões éticas, políticas e subjetivas que atravessam o pesquisador participante, no campo da psicologia social. Informado por antropólogos contemporâneos, Gonçalves Filho aponta que:

A expressão observação participante quer designar uma experiência quanto possível radical, não meramente uma entre outras modalidades metódicas de investigação. Aponta a circunstância de nos vermos pessoalmente expostos ao fenômeno que se vai pensar (Gonçalves Filho, 2003, pp. 3).

O autor elabora também noções acerca do que se entende por “comunidade de destino”, como um lugar de deslocamento e de exposição do pesquisador às questões e subjetivações vivenciadas pelos sujeitos com os quais ele está pensando. Quando o pesquisador não faz parte do mesmo grupo ao qual ele se relaciona no processo de pesquisa, e principalmente quando, inserido em uma hierarquia de dominância socialmente imposta, ele ocupa esse lugar dominante, a construção de uma relação entre os sujeitos envolvidos sugere, a todo tempo, movimentos de deslocamento e descolamento que implicam na alteração do ponto de vista do pesquisador e na abertura da sua visão de mundo (Gonçalves Filho, 2003).

É importante aqui chamar a atenção para uma ética no reconhecimento dos espaços que esses diferentes sujeitos vivenciam e ocupam no mundo, para que a ideia de comunidade de destino, por exemplo, não leve a uma compreensão forjada de que é possível, por mais deslocamentos e descolamentos que sejam feitos por parte do pesquisador, “tornar-se o outro” (Glissant, 2008).



Gabriela Leandro Pereira (2020), defende que é necessário uma ética na construção das alianças que envolvem essas relações de pesquisa, principalmente quando vinda da branquitude, e dialoga com Édouard Glissant (2008), colocando em xeque “a necessidade de “tornar-se outro” para que se desenhem políticas seguras de respeitabilidade mútua” (Pereira, 2020, pp. 180). Ao abordar, por exemplo, o quilombo, como território histórico e ideológico, e entendendo-o como espaço sujeito à situações de relativa subalternidade nas políticas da colonialidade, a autora defende que

[...] parece coerente que a manutenção de determinados limites sejam, inclusive, importantes para assegurar que não sejam pressupostas novas verdades e práticas forjadas sob uma suposta condição de igualdade, que é sabida irreal (Pereira, 2020, pp. 180).

Levando em conta que a discussão aqui proposta é atravessada por marcadores sociais de classe, raça e gênero, é importante também racializar e localizar quem faz essa pesquisa: uma pesquisadora branca que, durante a maior parte da relação com a comunidade da Nova República, morava no bairro ao lado, a Pituba - bairro majoritariamente branco e rico. A Nova República, e mais especificamente as crianças que moram lá, tem um lugar estigmatizado e muito bem definido por grande parte de quem vive na Pituba, um lugar reforçado pelo desejo de distanciamento e exclusão. Esse lugar é percebido nas ações de afastamento que costumam ser mobilizadas nos espaços de transição entre os dois bairros, assim como nos equipamentos e serviços locais - e que serão trazidos mais adiante. A Pituba, por outro lado, para as crianças da Nova República, é um lugar de medo e estranhamento, um lugar marcado pela presença dos “prédios monstros” (como elas se referiam aos prédios altos, murados e inacessíveis), das “puliças de marrom” e dos grandes muros presentes na fronteira entre os bairros.

Os afastamentos colocados de fato implicaram em um série de deslocamentos físicos e reflexivos que foram importantes para a consolidação das relações estabelecidas na comunidade da Nova República - aqui considerando não apenas a infância, mas também os agentes que mantêm os espaços que permitem esses diálogos, como lideranças comunitárias, professores e famílias. É importante pontuar que tal relação não se restringiu apenas a coleta de dados, tampouco tinha finalidade exclusiva de investigação científica, configurando-se mais como uma relação dialógica duradoura, onde se partilharam aprendizagens e se atualizaram códigos e linguagens em comum.

Nesse processo de interlocução foram assumidas posturas metodológicas importantes nas relações com os sujeitos em diálogo, entendendo-os não "como um alvo de análise mas como um parceiro na interpretação e na interrogação do mundo" (Gonçalves Filho, 2003, pp. 8).

[...] aderimos muito facilmente à ideia de que alguém é quem nos é dado a conhecer, quem se abre ao nosso conhecimento ou desafia nossa interpretação. Ideia ofensiva. Uma pessoa não é matéria de conhecimento. [...] Conhecer não é consumir alguém, é pensar com alguém. Alguém não é objeto de saciar. Alguém é quem impele de fora sem que possamos conter, sem que possamos passar para dentro. Não é coisa de abarcar ou engolfar. Alguém, a gente nunca pode capturar, a gente nunca manja (Gonçalves Filho, 2003, pp. 9).

Nesse sentido, esta pesquisa busca também assumir um compromisso ético de cuidado, atenção e partilha, acreditando na potencialidade das práticas extensionistas na universidade, e, portanto, na construção de relações e inter-

locuções com sujeitos que constroem e vivenciam a cidade cotidianamente. Assume também o compromisso com as alianças que estão construídas em torno da viabilização da vida na comunidade da Nova República, em especial das suas crianças. Os processos e as atividades de campo foram elaborados, realizados e maturados com cautela e em um tempo estendido, sendo negociados e avaliados - em momentos diferentes - junto às lideranças comunitárias locais, as famílias ali presentes, outros pesquisadores, orientadores e também as próprias crianças envolvidas.

Esse movimento implicou atenção em relação ao que deve ou não ser compartilhado e dado visibilidade nos relatos, arquivos e registros elaborados com as crianças, sem revelar informações que identifiquem ou capturem suas presenças e seus modos de vida naquele lugar. Pereira (2020), dialogando com Katherine Mckittrick (2019), que é pesquisadora canadense de estudos anticoloniais, gênero e raça, aborda sobre uma ideia de jogos de opacidades e visibilidades controladas de forma cautelosa. "Não precisamos medir e descrever toda a negritude. Talvez o que não descrevemos seja uma forma de vida diferente". (MCKITTRICK, 2019, pp. 38)

Ainda refletindo sobre as formas de diálogo entre os sujeitos envolvidos na pesquisa, é importante também apontar que, no ano seguinte à realização das atividades na biblioteca, em 2020, já tendo sido iniciado o mestrado, foi possível realizar entrevistas com crianças que participaram das atividades na biblioteca, acompanhadas dos respectivos responsáveis. As entrevistas foram pensadas de forma semi-estruturada, para incorporar questões-chave para o trabalho, mas também permitir um espaço aberto de comunicação para que as crianças pudessem se expressar de forma mais autônoma, contando com auxílio de um

mapa e materiais de desenho, que contribuíram para localizar, rabiscar e registrar informações para além da oralidade (Figura 06).

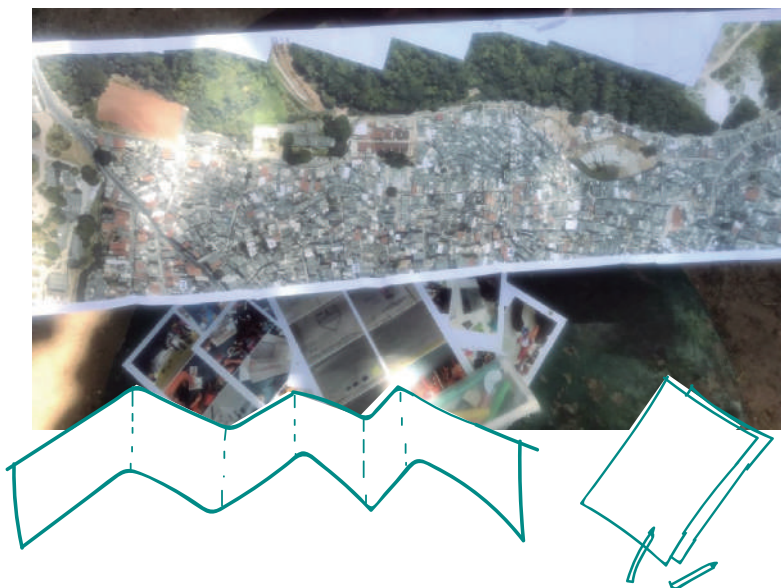
As entrevistas aconteceram após cerca de dois anos de aproximação com a infância na comunidade, permitindo que o vínculo estabelecido na consolidação da relação trouxesse esse lugar de conversa, troca e compartilhamento de uma pronúncia de mundo. Houve um cuidado na forma como o diálogo foi conduzido, diante do entendimento da complexidade do tema.

Hora certa da conversa é a hora em que os interlocutores falam e ouvem com gosto. Sem medo. [...] Numa pesquisa participante, por exemplo, é a hora que precisa ter naturalmente vingado em muitas conversas antes, quando só então o pesquisador deveria formalmente convocar alguém como um depoente: condição para que o depoimento seja de fato um depoimento. Em trabalho de campo, realizamos entrevistas: quantas de nossas entrevistas são formas de não conversar! (Gonçalves Filho, 2003, pp. 15).

Buscar as formas de conversar com a infância, seja nas atividades da biblioteca ou nas entrevistas posteriores, implicou em muitos deslocamentos e renúncias, enquanto pesquisadora, de ideias e conceitos previamente estabelecidos sobre suas relações com a cidade e sobre a própria cidade em si. Igor Queiroz (2015), que pesquisa acerca das infâncias e do urbano, reflete sobre os tensionamentos que essas relações sugerem ao campo, visto que o “[...] espírito criativo da criança, em face da cidade, questiona justamente o ordenamento urbano proposto pelos urbanistas” (Queiroz, 2015, p. 43).

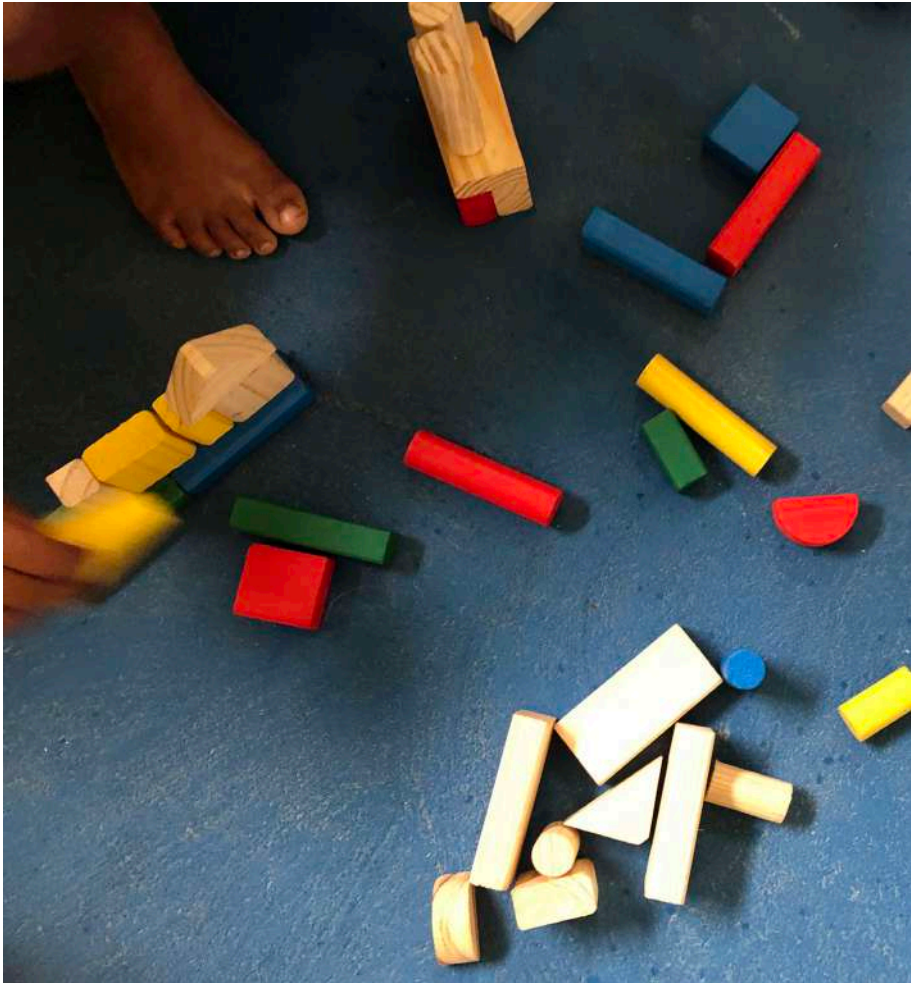
Com efeito, pôr em crise as poucas certezas alcançadas na academia, permite que se abra a mente às possibilidades antes inexploradas, permitindo a ele reinventar tudo: a ideia que se tem de cidade, a definição que se tem de arte e arquitetura, o lugar que se ocupa neste mundo (Queiroz, 2015, pp. 47).

Um aprendizado significativo sobre estar em campo desenvolvendo atividades com crianças foi o reconhecimento e a valorização das capacidades de reinvenção, flexibilidade e transversalidade, revelando a necessidade do pesquisador estar sempre aberto ao imprevisível e aos compartilhamentos (Figura 07). Foi essa abertura, e a atenção em relação as linguagens, representações e formas de narrar a cidade trazidas pelas infâncias, que garantiu um aprofundamento dos problemas da pesquisa e uma atualização do debate proposto.



**Figura 06:**  
Materiais  
utilizados nas  
entrevistas  
realizadas em  
2020

Fonte: Autoria  
própria.





**Figura 07:**  
**Atividade**  
**realizada no**  
**âmbito do TFG**  
**na biblioteca**  
**comunitária**

Fonte: ARAÚJO;  
PARDO, 2019





# capítulo 1

Infâncias na  
comunidade da  
Nova República

## Conto #01

# O grupo da pracinha

Conto elaborado em coautoria com Mika S.

**Balinha** tem 11 anos, esperto e corajoso, ganhou esse apelido por conta da predileção por doces, se não tem uma bala no bolso ou na boca quando passa apressado pela pracinha e é chamado por alguém do grupo, já se espera a resposta “eu já venho, vou ali comprar uma balinha e volto”. Ninguém contesta. Às vezes até vão em bando, na esperança de juntarem as moedas e render um lanche maior. Caminham pelo pistão contando e recontando o valor juntado até a “venda de Paulo” – a maior instituição de doces ali das redondezas.

Da pracinha, o grupo avista **Balinha**, caminhando ao lado do muro do parque com pipoca e guaraná. “Vem logo Balinha, adiante o lado, véi!”. Os bancos fixos não acomodam todos do grupo em volta da mesa: **Doca** se senta sozinha, esperando o banquete, **Pôcas** e **Flor** dividem um banco. **Andi**, **Dori** e **Inha**, inseparáveis, se ajustam em outro. Balinha, por último, senta no que sobrou e o **Professor**, por vontade própria, fica de pé regulando a quantidade justa para cada um, sem contestações.

**Professor** é uma autoridade no grupo, mas não unanimidade. Todos o respeitam, mas sempre, e alternadamente, alguém se rebelava contra seus desmandos. Menos **Flor**, sua melhor amiga, é ela quem intercede pelo **Professor** quando os ânimos se exaltam! **Professor** tem 13 anos e o apelido é por conta de sua eloquência. Gosta muito dos livros e dos estudos. Sempre anda vestido da maneira mais distinta possível, diferentemente dos “descamisados” – como ele costuma se referir aos meninos que sempre estão pela pracinha, prontos para uma partida de futebol na quadra. Todos sabiam que as roupas e o corte de cabelo impecável eram, na verdade, o zelo e a proteção da avó, que o criava desde pequeno.

O excesso de zelo de um e o desmazelo do outro era o principal motivo das brigas entre as personalidades mais fortes do grupo: **Balinha** e o **Professor**. A diferença de idade não era problema, **Balinha** não costumava "comer reggae" de menino mais velho "nium", pelo contrário, era quase sempre ele que começava com as provocações. Nessa briga, **Flor** nem se envolvia mais, sabia que nunca dava em nada. Apesar de tudo, os dois se respeitam e nas raras vezes que a coisa parecia que ia ficar feia, era **Doca** quem intervia.

Muito doce e tímida, **Doca** é a mais velha do grupo, tem 16 anos e prefere ficar com o grupo da pracinha, os meninos mais novos não parecem lhe oferecer nenhum risco. E, além disso, todos sabem que ela faz judô e até tem medalhas! Entre o grupo da pracinha ela estava segura. E tinha afeição verdadeira pelos meninos, alguns dos quais eram vizinhos de rua desde sempre. No início era Judoca pra cá e pra lá, mas agora era conhecida só como **Doca**. E ela até que gostava.

Já **Flor**... Ninguém sabe porquê e nem quando ela começou a ser chamada assim, nem ela mesma! E, por isso, cada um inventou a sua própria razão. Para **Balinha** era porque ela era "fresca" demais, cheia de "não me toques". Para o **Professor**, era porque ela era delicada e super protegida. **Doca** a chamava assim porque era o que todos do grupo faziam. **Andi**, **Dori** e **Inha** acreditavam que esse era mesmo o nome de **Flor** e nunca ninguém falou o contrário. **Pôcas** pensava que o apelido de **Flor** era pela sua beleza, e por ela estar sempre cheirosa! Sempre mesmo. Até quando eles andavam aquilo tudo "de ida e de volta" da escola, naquele sol quente, ele sempre sentia o perfume de **Flor**.

**Pôcas** é o membro mais recente do grupo, antes gostava de brincar com os meninos mais velhos, e até gosta ainda, mas agora prefere ficar ali pela quadra, perto de casa e perto dos limites de onde Flor pode brincar. Ninguém do grupo havia sido resistente à aproximação dele. Pelo contrário, Pôcas era um elo perfeito entre o grupo dos mais novos e o grupo dos mais velhos. Já chegou com esse apelido e ninguém precisou se esforçar demais para entender: Pôcas era de "pôcas" palavras e nisso combinava com **Doca**. Foi daí que surgiu a amizade mais silenciosa do grupo.

Por último, "as andorinhas". Se eram irmãs, se eram primas, se eram um misto de irmãs e primas... Nunca dava tempo de saber! Mas o fato é que elas só andavam juntas. **Andi, Dori e Inha** só "frequentavam" o grupo aos finais de semana, quando estavam com a avó, **Dona Dora**. Iam sempre acompanhadas de **Doca**, que era vizinha de porta de **Dona Dora**.

A presença de **Andi, Dora e Inha** era muito importante para o grupo. Isso porque sua avó, Auxiliadora, também conhecida como **Dona Dora** ou **Dorinha** (como era carinhosamente chamada por todos), era uma senhora muito querida na comunidade de Nova República e ter a intercessão dela, caso eles se metessem em alguma encrenca, poderia ser providencial. Assim, rapidamente foram distribuídos os apelidos e batizada a entrada das meninas no grupo. **Andi, Dora e Inha**, ou "Andorinhas", foi sugestão do professor, que já tinha lido sobre as andorinhas viverem sempre em bando. A maioria do grupo não se importou muito com a curiosidade sobre os pássaros, mas se divertiram ao perceber o trocadilho das meninas com o nome da avó.

Àquela altura a mesa já estava vazia e dava pra ouvir o suspiro de cada um em meio ao silêncio de satisfação, não que estivessem de barriga cheia, a verdade é que poderiam comer bem mais. Os trocados que reuniram não deu para muita coisa. Ainda assim, os que estavam com expectativas de comprar apenas algumas balas, já estavam satisfeitos. Mais satisfeitos ainda, os que não tinham moedas para nada naquele dia.

**Balinha** rompeu o silêncio para anunciar que não ia poder brincar de tobogã, apesar de terem combinado com uma semana de antecedência. "Justo hoje que a gente vai na duna mais alta do parque?!" – perguntou, o Professor, em tom de protesto. Naquele buraco do muro que separa o Parque da comunidade, perto do Pé Preto, nenhum deles tinha coragem de ir sem **Balinha**. Da última vez que foram, só conseguiram brincar porque combinaram de encontrar o primo de **Balinha** que morava lá. Dessa vez, ninguém ia ter coragem de ir sem ele, se chegassem lá e já tivesse algum grupo brincando nas dunas eles iam ser escoraçados. Era domingo, um dos dias mais disputados nas dunas, com certeza iriam encontrar outro grupo por lá e não queriam confusão.

**Flor** se mostrou aliviada, porque teria que acompanhar a avó mais tarde na Igreja e prometeu que não ia demorar muito na pracinha. Se fossem brincar na duna grande, ela teria que inventar uma boa desculpa, já certa de que se atrasaria. **Balinha** esperou todas as considerações serem feitas até começar a se explicar. A justificativa foi bem aceita por todos. Ele disse que iria à Pituba tentar ganhar alguma coisa "dos barão". A semana foi difícil para sua família, deixaram de sair para reciclar por dois dias por conta dos "homí de marrom" que entraram atirando na comunidade.

Ninguém do grupo gostava de ir até a Pituba, diferente de **Balinha**, que ia com frequência "catar" reciclagem por lá com a avó e sempre voltava cheio de relatos sobre os brinquedos que encontrou ou sobre os trocados que "os barão" ofereciam. Nenhuma das estórias contadas por **Balinha** até então foram capazes de convencer o resto do grupo a se aventurar entre os prédios-monstros e os olhares tortos dos "barão" do outro lado do parque. Era consenso geral: ninguém queria ter que atravessar os "puliça" na entrada da Pituba.

**Balinha** já tinha se adiantado. Caminhava pelas bandas da biblioteca quando **Pôcas** correu atrás dele. Apesar de já saber que não era novidade para **Balinha**, achou melhor alertar o amigo sobre a permanência dos "homí de marrom" na entrada da comunidade. **Balinha** vestindo a camiseta, que até então carregava nos ombros, fez sinal para **Pôcas**, mostrando os bolsos da bermuda costurados pela avó. Sorriram. **Balinha** se virou e seguiu pelo pistão até a entrada, teve o impulso de correr para adiantar a chegada, mas mal conseguiu começar a alargar os passos quando ouviu "Corre não, menino!". Não reconheceu a voz feminina, mas sabia que era com ele. Sem parar de caminhar, deu um giro, andando e sorrindo, como quem agradece ao invisível pelo aviso. Seguiu...

**Pôcas** estava retornando para a mesa quando o **Professor** falava sobre como eles iriam se dividir dali em diante. **Flor** iria para casa, afinal ela não teria muito mais tempo até a hora de acompanhar a avó na igreja. **Professor** e **Pôcas** decidiram ficar juntos, com os meninos das pipas, no gramadão da creche que havia na comunidade, ali quase adulto nenhum perambulava. **Doca** levaria as andorinhas para um passeio no Parque da Cidade. Cada um rumou na direção combinada. Ainda estavam felizes, todos gostavam muito de pipoca e guaraná.

1.1

**Diálogos e  
aproximações**  
acerca das infâncias  
periféricas



Partindo dos sujeitos principais com quem esta pesquisa dialoga, parece importante introduzir brevemente algumas reflexões em torno do que se entende por infâncias periféricas, visto que essa é uma ideia bastante mobilizada durante a pesquisa. Se entendemos que a infância - e suas subjetividades - enquanto categoria social é uma construção histórica, pensar as infâncias periféricas incorpora ainda mais camadas que complexificam essa noção. Manuel Jacinto Sarmento (2004), professor e pesquisador acerca de estudos da criança, organiza o pensamento sobre a concepção da infância como um artefato social e cultural da concepção moderna, visto que “durante grande parte da idade média, as crianças foram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia existencial” (Sarmiento, 2004, p. 3). O autor aponta que a referência à infância, no campo historiográfico, não aparecia até o começo da modernidade.

Etimologicamente a palavra “infância” (origem no latim *infantia*, onde *fan* - do verbo *fari* - significa falar, e o prefixo *in* refere-se a sua negação), sugere os “*infans*” como indivíduos que ainda não são capazes de falar. Durante muito tempo, leituras e posturas científicas compreenderam a criança enquanto um ser em processo de construção social e, por isso, ainda não apto para participar ativamente da vida em sociedade. Maria Tereza Tavares (2014), aponta que

A construção histórica da infância foi resultante de um processo complexo, que incluiu muitos fatores, dentre eles, a produção de representações sobre a criança,

a estruturação de seus cotidianos e modos de vida e, especialmente, a constituição de instituições sociais específicas para educar/cuidar das crianças (Tavares, 2014, pp. 22)

Nesse sentido, o aparecimento ou a invenção da infância enquanto conceito traz consigo a elaboração de um conjunto de saberes em torno da criança, que “paulatinamente, constituem e demarcam um campo disciplinar destinado ao estudo da infância” (Tavares, 2014, pp. 38). A Sociologia da Infância, por exemplo, surge como um campo de debate que reconhece as crianças enquanto atores sociais ativos, evidenciando a necessidade de compreensão das suas formas de organização e recreação cultural para melhor conhecimento da cultura da infância e da sociologia em geral.

Sarmento (2007) também nos informa a partir do campo da Sociologia da Infância, e sugere que as crianças, por serem muitas vezes privadas de direitos políticos diretos, acabam sendo invisibilizadas enquanto atores políticos concretos, e como consequência, na mesma medida em que são invisibilizadas são também as mais afetadas pelas desigualdades socioespaciais e pela não efetivação de políticas públicas. Partindo dessa perspectiva, em direção a um debate da contemporaneidade - onde são muitas e complexas as transformações sociais -, demarca-se a importância de não homogeneizar as experiências das infâncias, visto que “há várias infâncias dentro da infância global, e a desigualdade é o outro lado da condição social da infância contemporânea” (Sarmento, 2004, p.6).

O Dossiê da Situação Mundial da Infância, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2012, teve como tema “Crianças em um Mundo Urbano”, incorporando alguns debates e problemáticas vivenciadas pelas



crianças urbanas. De acordo com este documento, em 50 anos (de 1955 a 2005), a população infantil urbana cresceu de 27% para 43%, e espera-se que até 2025 metade das crianças do mundo vivam em cidades. O relatório aborda que a infância urbana enfrenta um conjunto particularmente complexo de desafios ao seu desenvolvimento e ao cumprimento de seus direitos, refletindo fatores tais como ilegalidade, insegurança de posse, bens e proteção legal, sendo a exclusão frequentemente reforçada por dimensões de raça, gênero e classe (UNICEF, 2012).

A infância é o grupo etário e geracional que, mediante as condições atuais de globalização hegemônica, é mais (e fortemente) afetado pelas “desigualdades multiplicadas”, principalmente, pelas guerras, pela pobreza, pela fome, pela destruição ambiental, pelo crime organizado, pela ausência de políticas públicas destinadas (e efetivamente implementadas) às crianças, especialmente, nos países dos chamados “terceiro e quarto mundo” (Latino-americanos, africanos, indianos e asiáticos) (Tavares, 2014, pp. 38).

Nessa mesma perspectiva, Galeano (1998) reforça o olhar crítico sobre a realidade infantil latino-americana e pauta que as crianças e os adolescentes são os primeiros e os mais afetados pelo sistema de desigualdades:

Na América Latina, crianças e adolescentes somam quase metade da população total. A metade dessa metade vive na miséria. [...] Existem cada vez mais crianças pobres nas ruas e nos campos dessa região que fabrica pobres e proíbe a pobreza. Crianças são, em sua maioria, os pobres; e pobres são, em sua maioria, crianças. Entre todos os reféns do sistema, elas são as mais atingidas (Galeano, 1998, pp.12).

De fato, a infância não é uma categoria que pode ser entendida a partir de padrões de homogeneidade, ela abrange diferentes vivências e recortes - como gênero, raça, classe social e território. Ainda assim, é possível construir algumas noções em torno das infâncias periféricas que, mesmo que não seja uma categoria homogênea, têm sua inserção nas cidades em um contexto de luta constante contra a exclusão social. O conceito de periférico é compreendido aqui para além do seu caráter geográfico, assimilando-o para codificar corpos e existências implicadas em condições e contextos de vida na cidade que são postos à margem das políticas, ações e institucionalidades (Pereira, 2019).

Outras dimensões são incorporadas nessa codificação, sobretudo no que se refere a sua retomada para assumir aspectos culturais, práticas cotidianas e modos de existir na cidade que direcionam o entendimento da periferia a uma noção de pertencimento, afirmação e resistência, em detrimento das ausências e carências. Essa é uma ambiguidade que José Guilherme Magnani (2006), que tem seus estudos voltados para antropologia urbana, observa:

Há aí uma certa visão propositiva segundo a qual “ser da periferia” significa participar de um certo éthos que inclui tanto a capacidade para enfrentar as duras condições de vida, quanto pertencer a redes de sociabilidade, a compartilhar certos gostos e valores (Magnani, 2006, p. 39).

A relação com as crianças da Nova República permitiu enxergar um certo éthos nas suas formas de viver, representar, pensar e se relacionar com o espaço da cidade, mais especificamente com o espaço da cidade em que eles vivem: a periferia. Essa ideia de éthos é entendida a partir dos aspectos morais e estéticos de uma determinada cultura, tal como propõe Geertz (1989):

O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete (GEERTZ, 1989, pp. 94).

Junto à ideia de ethos, o autor também apresenta a concepção de “visão de mundo”, como um quadro dos aspectos cognitivos que elaboram as visões sobre as coisas como elas são na realidade, os conceitos acerca da natureza, de si mesmo e da sociedade. Ambas as noções parecem importantes para mobilizar as discussões propostas aqui, a partir da possibilidade de interpretar as codificações que estão implicadas nesses corpos e existências periféricos.

Ao refletir sobre as relações entre cidade, periferia e juventude, Alexandre Barbosa Pereira (2010), professor e pesquisador na área da Antropologia Social, incorpora os conceitos de Geertz em atravessamento com os diálogos construídos com os sujeitos - em maioria adolescentes e jovens - de interlocução da sua pesquisa, que traziam, em suas noções de periferia, uma ideia que é associada

[...] não apenas ao âmbito territorial do bairro onde moravam, mas também a noções como força, transgressão e risco. A periferia configurava para eles uma espécie de éthos que remetia a valores e a modos de portar-se. Esse éthos reverteria a percepção de certos caracteres, antes vistos como estigmas, como a própria ideia de pobreza, atribuindo significados positivos à noção de periferia, ligados a marcas mais gerais de pertencimento que transcenderiam o contexto local de um bairro específico. (PEREIRA, 2010, pp. 10)

Pensar as codificações, o ethos e as visões de mundo que estão imbricadas nessa ideia de infâncias periféricas, demarca uma posição importante para sua leitura e discussão: essa concepção, além de classe, tem cor. As crianças que habitam e experienciam a vida cotidiana nesses territórios periféricos são, em sua maioria, crianças negras - pretas e pardas. A dimensão da raça transversaliza essa discussão de forma estruturante para seu entendimento. No bairro onde está localizada a comunidade da Nova República, por exemplo, 87,9% da população se autodeclara negra (BAHIA, 2016). Esse é um dado que, além de quantificar, dá amplitude e caracteriza a dimensão racial no território<sup>1</sup>.

Para compreender territórios, corpos e infâncias periféricas, além das desigualdades de renda é necessário o conhecimento acerca do racismo e de suas formas de operar mecanismos, estruturas e subjetividades que atravessam radicalmente as vivências desses sujeitos e as suas relações com o território em que vivem. Nesse sentido, é importante também, para a compreensão que se busca aqui, pensar sobre a infância negra e a sua inscrição histórica no tecido social e nas diversas camadas em que o racismo se revela socialmente.

Em uma tentativa de localizar e refletir sobre a figura da criança negra na história do Brasil, incorporam-se à pesquisa os estudos de Ione da Silva Jovino, professora e pesquisadora com temas vinculados à linguagem, imagem, re-

---

1. De acordo com o Painel de Informações (2016) da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), que organiza e sistematiza os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) distribuídos por bairros e prefeituras-bairro do município de Salvador, a porcentagem de negros (soma entre pretos e pardos) no bairro de Santa Cruz (87,9%) é ainda superior a porcentagem da cidade de Salvador (82,1%) que é considerada a cidade com maior porcentagem de negros entre as capitais brasileiras.

apresentações e infâncias negras. Jovino parte da análise da imagem da criança na iconografia brasileira do século XIX e aponta que as práticas escravistas produziram a invisibilidade da infância negra, uma a categoria que além de social e cultural é também racializada (JOVINO, 2008). A autora destaca a importância de olhar para a vinculação histórica da vivência desses sujeitos com o mundo do trabalho, mais especificamente, do trabalho escravo, onde essa presença começa a aparecer nas imagens, pinturas e arquivos do Brasil Colônia<sup>2</sup>.

Ao mesmo tempo em que as práticas escravistas produziram exacerbadamente a imagem exótica do trabalho escravo, elas também criaram a invisibilidade das pessoas negras, em especial das crianças, evidenciada pela falta de sinais de infância e pela proximidade com o trabalho. [...] as práticas do século XIX produziram, sobretudo uma ambigüidade: a existência de um sentimento de infância e a invisibilidade da criança e da infância negra. (JOVINO, 2008, pp. 14)

Outro ponto de inflexão importante na história da infância no Brasil refere-se ao uso das categorias “criminalização” e “delinquência” associadas às crianças, em especial as crianças pobres e negras, demarcando, mais uma vez,

---

2. A autora analisa acervos na cidade de São Paulo, em especial do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP/USP), bem como bibliografia específica sobre imagens de negros no século XIX: “Nas imagens de Debret e em algumas fotografias do século XIX, um dos sinais perceptíveis da infância negra é a experiência ligada ao trabalho e à escravidão. Além do tamanho, crianças e adultos também se diferem (ou se igualam) nos tipos de tarefas que realizam. Ainda que não tenham idade para realizar trabalhos, as crianças pequenas, por exemplo, estão às costas de suas mães para que estas tenham as mãos livres para os afazeres. Mesmo considerando que essa seja uma prática cultural de tradição africana e também indígena, na escravidão ela ganha outro contexto. Ao tomarmos a infância como experiência, constatamos que a maior vivência da criança negra está relacionada ao mundo do trabalho. (JOVINO, 2008, pp. 13)

um viés seletivo e estigmatizado das imagens históricas de infância relacionadas à esse grupo. Também nesse período, chama atenção a relação punitivista, excludente e discriminatória do Estado com esses sujeitos, se desdobrando na criação de instituições igualmente problemáticas, como o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinquente, em 1920, a Fundação do Juizado de Menores, em 1923, e o Código de Menores, em mesmo período, criados para para regulamentar o trabalho infantil, a tutela, a delinquência e a liberdade vigiada.<sup>3</sup>

Souza e Carvalho (2022), em estudo sobre a ausência enfática de temas voltados para a educação racial na Base Nacional Comum Curricular, também reforçam essa ideia de que a inscrição das crianças negras na sociedade é marcada por um processo histórico de apagamento e/ou de visibilidade seletiva, diante da ausência da negritude, em sua forma e conteúdo, nos simbolismos das representações da infância.

Há uma cadeia global de equivalências de sentidos pronta a justificar o apagamento da criança negra como sujeito central de uma história que resiste a rever a lógica de seus acontecimentos, valores e as forças das identidades que insistem em se fixar como representação imutável. Como vínculo mais vulnerável do sistema social, as crianças negras seguem carregando as insidiosas marcas da fantasia da dominação e do pluripoder do racismo (SOUZA; CARVALHO, 2022, pp. 10).

---

3. [...] "a imagem da criança pobre enquanto abandonado física e moralmente; uma concepção da infância enquanto uma idade que exige cuidados e proteção específicos; as grandes cidades como lócus de vadiagem, criminalidade e mendicância; os espaços públicos (ruas, praças, etc.) como espaços da socialização da marginalidade. Por fim, a ideia de que cabe a instituições especializadas a "recuperação" e a formação de uma infância "moralizada". (ALVIN; VALLADARES, 1988, pp. 8, apud, BENEVIDES, et al, 2014)

Refletindo sobre as atualizações das táticas de apagamento e do “pluripoder” do racismo nos dias atuais, os autores defendem a importância de dar nome, imagem e forma à infância negra, fugindo de uma ideia ampla e genérica de “infâncias no plural”, que, na verdade, não destaca a pluralidade das infâncias, ao contrário, se comporta como um “rolo compressor teórico” que contribui para invisibilização dessas crianças. “Na neocolônia abstraem-se as crianças negras em concepções de “infâncias plurais” com a recusa deliberada de assumi-las como negras” (SOUZA; CARVALHO, 2022, pp. 18). Significa dizer que a ideia de pluralidade da infância só não se concretiza como uma ideia forjada e irreal quando são respeitadas as diferenciações, as singularidades e as subjetividades presentes nessa pluralidade.

## 1.2

# Breves considerações sobre a inserção das infâncias na comunidade da **Nova República**





A comunidade da Nova República está inserida no bairro da Santa Cruz, na Região Nordeste de Amaralina (RNA), em Salvador/Bahia (Mapa 1). A RNA, por sua vez, se configura como um conjunto de bairros populares, que além da Santa Cruz, abrange também a Chapada do Rio Vermelho, o Vale das Pedrinhas e, seu homônimo, o Nordeste de Amaralina (Mapa 2).



Mapa 02 - Bairros da RNA e a Nova República

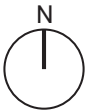


Oceano Atlântico

Região Nordeste de Amaralina

Mapa 02:  
Bairros da Região  
Nordeste de  
Amaralina e a  
Nova República

Fonte: Adaptado do  
Google Earth, 2022



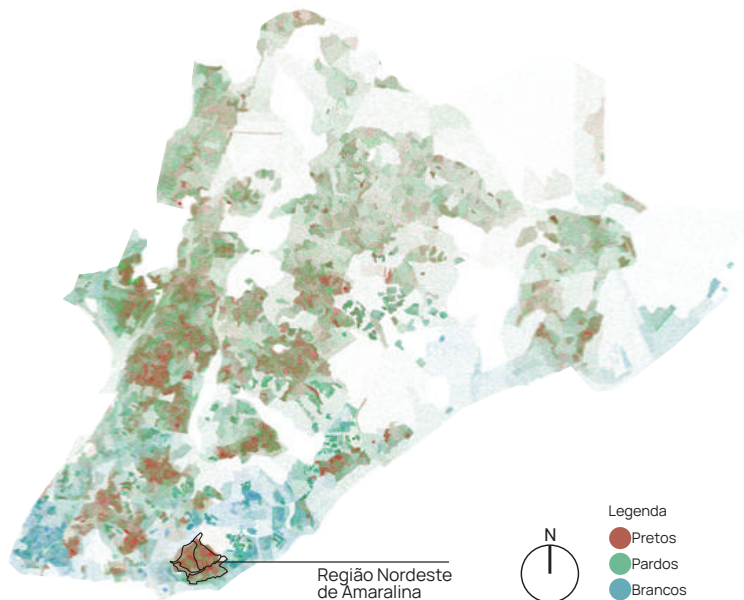
Geograficamente, a RNA<sup>1</sup> está localizada na Orla Atlântica da cidade, sendo cercada por bairros de elite, o que reflete em um processo histórico de enclausuramento, ameaças de expulsão e opressões de diversas ordens. Atualmente, a região é identificada enquanto ZEIS I (Zonas Especiais de Interesse Social), que corresponde à ocupações de assentamentos precários em favelas, loteamentos e conjuntos habitacionais irregulares.

Em termos socioeconômicos, não existem dados especificados para a comunidade, mas é possível perceber uma congruência com a caracterização do bairro de Santa Cruz, onde a mesma está inserida. Nesse sentido, a partir do Painel de Informações da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), que sistematiza informações dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010, revela-se atualmente no Bairro de Santa Cruz uma população majoritariamente negra (Mapa 03), representando 87,9% de seus moradores, dos quais, 47,19% são homens e 52,81% são mulheres; do total, 48% deles figuram na faixa de renda familiar média de até um salário mínimo. Em relação à habitação, a localidade da Nova República é uma das áreas com maior déficit qualitativo de moradias no bairro, além de possuir um dos IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) mais baixos de Salvador, de 0,608 (BAHIA, 2016).

---

1. De acordo com Tatiane dos Santos Souza (2008), que pesquisa acerca da cultura e identidade da RNA, o entendimento desse aglomerado de bairros enquanto "região" se dá principalmente pela sua conjunção ilhada em meio a bairros de classe média alta. Essa cojunção é reforçada desde a criação da Zona Homogênea do Nordeste de Amaralina (ZHNA), que considerou os 4 bairros para definir uma poligonal e estabelecer parâmetros de ocupação para proteção dos assentamentos de baixa renda contra a atividade especulativa do solo urbano (SOUZA, 2008, pp. 67). Além dos aspectos físicos e econômicos, os bairros que conformam a RNA se aproximam também em questões relacionadas à cultura e identidade local, sendo esse termo (e essa ideia de unidade) reivindicado também pelas lideranças locais com as quais essa pesquisa dialogou, como sinal de agrupamento e resistência coletiva.

Mapa 03 - Mapa Racial de Pontos de Salvador  
com localização da RNA



**Mapa 03: Mapa Racial de pontos de Salvador, com localização da RNA**

Fonte: Adaptado de Gusmão, 2010. Disponível em: <[desigualdadesespaciais.wordpress.com](http://desigualdadesespaciais.wordpress.com)>

Atravessar essas informações com relatos de lideranças e moradores da região, conduz a leitura de um território que enfrenta cotidianamente opressões, violências e violações de diferentes ordens, intensificando o caráter de vulnerabilidade do local. É nesse cenário de desigualdades que estão inseridas as crianças da Nova República, revelando uma infância urbana que enfrenta um conjunto particularmente complexo de desafios ao seu desenvolvimento e ao cumprimento de seus direitos, refletindo em processos de exclusão que são frequentemente, e perversamente, reforçados por dimensões de raça, classe e gênero.

No bairro da Santa Cruz, crianças e adolescentes representam cerca de 30% da população, somando mais de 8.000 pessoas entre 0 e 19 anos (BAHIA, 2016). Esse grupo é parcialmente atendido pelos 5 equipamentos públicos educacionais existentes, sendo complementados por pequenas escolas privadas e comunitárias que se distribuem pelo bairro. Existe também uma relação de uso desses equipamentos em bairros vizinhos, por conta da proximidade e oferta de vagas (Mapa 04). Os relatos das crianças que dialogaram com esta pesquisa permitem um breve panorama do tema: se por um lado são postas problemáticas relacionadas à precariedade e a falta de manutenção dos equipamentos educativos, por outro revela-se a ausência - ou a baixa oferta - de atividades socioeducativas complementares que sejam garantidas pelo poder público, além da falta de espaços e ações voltadas para a cultura e o lazer desse público específico.

Em contraposição a esse cenário, a Associação de Moradores organiza uma estrutura possível para viabilizar atividades educativas, culturais e esportivas para o público infanto-juvenil. Mesmo com muita dificuldade para mobilização de recursos, já foram oferecidas aulas de boxe, street dance, capoeira, ballet, percussão, reforço escolar, dentre outras.

Além dessas ações, os espaços e equipamentos coletivos existentes na comunidade também tem forte relação com a luta das lideranças comunitárias, isso porque, quando não são espaços pertencentes à Associação (sendo ela responsável pela sua manutenção e continuidade), são equipamentos públicos conquistados a partir de muita disputa e mobilização comunitária. Territorialmente, esses espaços e atividades estão localizados em torno da Praça da Nova República, que reúne os equipamentos por onde a maioria das crianças transitam e permanecem quando não estão na escola: a quadra, o parquinho, a biblioteca, a sede e a cooperativa de reciclagem (Mapa 05).

## Mapa 04 - Equip. Educacionais na RNA



### Equip. Educacionais Estaduais e Municipais:

#### Colégios Estaduais (C.E.)

- 01 - C. E. Dionísio Cerqueira
- 02 - C. E. Carlos Santana I
- 03 - CEEP Carlos Santana
- 04 - Escola Polivalente

#### Escolas Municipais (E. M.)

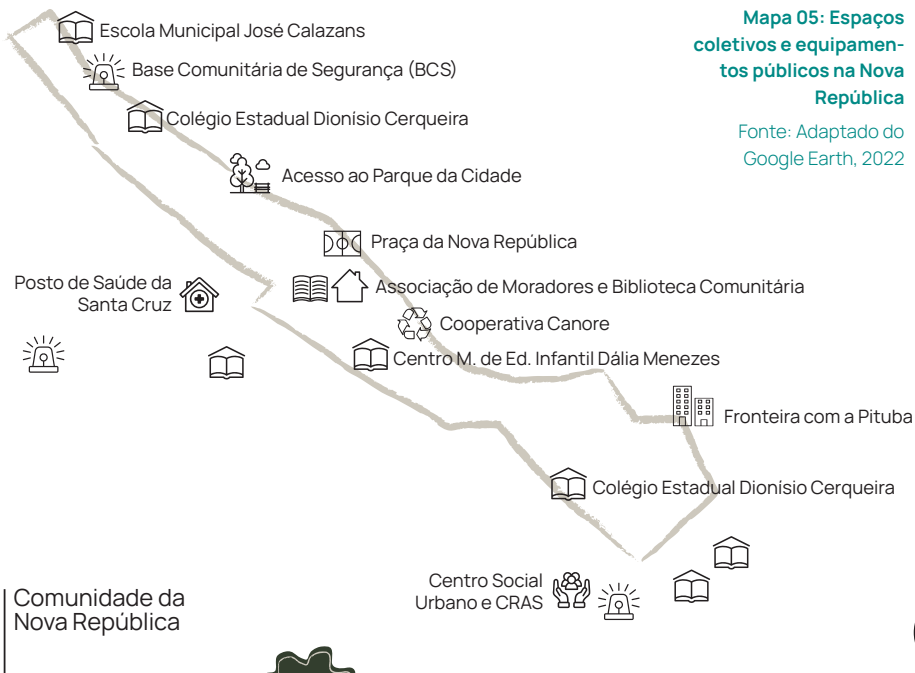
- 05 - E. M. José Calazans
- 06 - CMEI Dália Menezes
- 07 - E. M. Anita Barbuda
- 08 - E. M. Zulmira Torres
- 09 - E. M. Teodoro Sampaio
- 10 - E. M. São Pedro Nolasco
- 11 - E. M. Santo André
- 12 - E. M. Artur de Sales
- 13 - E. M. Cristo é vida
- 14 - E. M. Cristo Redentor
- 15 - E. M. Vale das Pedrinhas
- 16 - E. M. Neusa Nery
- 17 - CMEI Vale das Pedrinhas
- 18 - E. M. Maria Amália Paiva

Mapa 04: Equip. educacionais na RNA

Fonte: Adaptado do Google Earth, 2022

**Mapa 05: Espaços coletivos e equipamentos públicos na Nova República**

Fonte: Adaptado do Google Earth, 2022



Mapa 05 - Espaços Coletivos e Equipamentos Públicos na Nova República

O diálogo aproximado com as crianças da Nova República revelou que grande parte das narrativas e imagens construídas por elas sobre a região, estão atreladas à dimensão da violência e do medo, impactando expressivamente na forma como elas enxergam o lugar em que vivem, e, por consequência, enxergam suas vidas nesse lugar. Junto ao tema da violência, evidenciaram-se também questões relativas ao monitoramento e ao cerceamento da(s) infância(s) no território, que estão diretamente articuladas com as abordagens e ações efetivadas no âmbito dos planos e políticas de segurança pública historicamente implementados na Região Nordeste de Amaralina.

É importante situar que os aparatos de policiamento no estado da Bahia foram intensificados a partir da efetivação do Programa Pacto Pela Vida<sup>2</sup>, que propôs a instalação de Bases Comunitárias de Segurança (BCSs) estrategicamente posicionadas em espaços considerados com alto índice de criminalidade pelo discurso hegemônico - e pela formulação das políticas públicas -, que sempre se sobrepõem nos lugares de maioria preta e pobre.

A forma como a concepção de violência e criminalidade é territorializada nas cidades por esse discurso hegemônico se ancora em um viés racista, excludente e estigmatizado. Essa discussão será retomada com mais profundidade no capítulo "Cidade fragmentada e corpos interditados: políticas de morte, violências e violações de direitos nos territórios periféricos". Contudo, em termos de contextualização, é importante ainda destacar que, das 11 BCSs implantadas em Salvador e

---

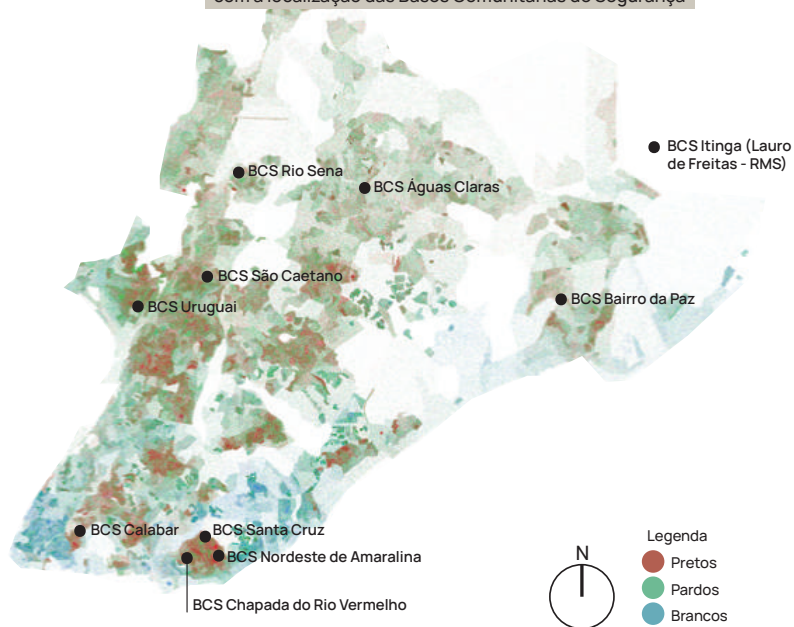
2. O Programa Pacto Pela Vida (PPV) é a política de segurança pública vigente no estado da Bahia, implementada desde 2011 pelo Governo do Estado. O programa, em teoria, é baseado em um discurso de policiamento comunitário, contudo, na prática são aferidas contradições e violações que serão melhor descritas no capítulo "Cidade fragmentada e corpos interditados: políticas de morte, violências e violações de direitos nos territórios periféricos".



Região Metropolitana, nos seus mais de 200 bairros, 3 estão localizadas na Região Nordeste de Amaralina (Mapa 06). Entre as 3 BCSs existentes na Região Nordeste de Amaralina, 2 são mais presentes na vida cotidiana da Nova República: (1) A BCS Santa Cruz, alocada entre duas grandes escolas que atende a região e próxima a entrada do Parque da Cidade, que é bastante frequentado pelas crianças; e (2) A BCS Nordeste, que fica dentro do Centro Social Urbano (CSU), um grande equipamento voltado para o público infante-juvenil, com quadras, piscina e salas para a realização de atividades sócio-culturais (Mapa 07). A localização das bases, e a presença dos policiais, intimida a utilização de equipamentos como o CSU, além de representar um dispositivo de vigilância e controle dos corpos que transitam entre aqueles espaços.

Entre as diversas questões emergidas a partir das relações e experiências em campo, é muito marcante perceber a forma como o Estado se revela e é apresentado para as crianças, sendo personificado, em grande parte das vezes, pelo braço armado policial. A presença desses atores e aparatos de policiamento, que se colocam no território a partir de um modelo de controle e gestão territorial contribuem para o cerceamento e a repressão ao lazer na comunidade, simbolizando um dispositivo de negação ao uso dos espaços e equipamentos urbanos, e, portanto, uma negação do acesso das crianças da Nova República à cidade.

Mapa 06 - Sobreposição do Mapa Racial de Pontos de Salvador  
com a localização das Bases Comunitárias de Segurança



**Mapa 06: Sobreposição do Mapa Racial de pontos de Salvador com localização das bases comunitárias de segurança**

Fonte: Adaptado de Gusmão, 2010. Disponível em: < desigualdades espaciais. wordpress.com >

## MAPA 07 - BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA NA RNA



### Mapa 07: Bases Comunitárias de Segurança na RNA

Fonte: Adaptado do Google Earth, 2022



### BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA (BCS)

**01 - BCS Chapada do Rio Vermelho**  
Ponto alto da RNA, próximo ao campo de futebol da Chapada.

**02 - BCS Santa Cruz**  
Entre duas escolas e próximo à entrada do Parque da Cidade

**03 - BCS Nordeste de Amaralina**  
Dentro do Centro Social Urbano



**Figura 08: Comunidade da Nova República  
vista a partir do Parque da Cidade**

Fonte: ARAÚJO; PARDO, 2019



## 1.3

**“A biblioteca é o mundo!”**

O processo de aproximação e interlocução com as crianças da Nova República



Como já abordado anteriormente, no tópico que se debruçou acerca dos percursos metodológicos trilhados na pesquisa, os primeiros diálogos com as crianças da comunidade da Nova República iniciaram-se no âmbito do desenvolvimento de um Trabalho Final de Graduação (TFG), a partir da aproximação com lideranças comunitárias, moradores e educadores que atuavam na região. Após um processo coletivo de identificação das questões prioritárias de serem trabalhadas na localidade, evidenciou-se a necessidade de fortalecer as atividades voltadas para as crianças, com atenção às suas demandas, desejos e movimentos propositivos.

Relatos nessa perspectiva, apareceram desde as primeiras entrevistas com lideranças comunitárias da região:

Não temos espaços seguros para as crianças, elas passam por muita vulnerabilidade. Queremos que a universidade traga projetos pras nossas crianças e jovens, para que eles consigam mais oportunidades, porque eles sofrem muitas desigualdades (Teixeira; Oliveira, 2018).

Foi nesse contexto que a decisão de trabalhar em campo, com uma maior permanência e constância, levou ao uso do espaço da biblioteca comunitária local como ponto de encontro das ideias, conversas e debates com os moradores da comunidade, em especial com as crianças, que se fizeram presentes desde os

primeiros dias de abertura da biblioteca. É importante pontuar aqui que o espaço da biblioteca comunitária é conquista de um processo de luta das lideranças comunitárias para inclusão da Nova República em projetos e iniciativas que contemplassem suas reivindicações.

O edifício foi construído nos anos 2000, pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), no âmbito do Programa Viver Melhor (PMV)<sup>1</sup>, tendo sido destinado à Associação após muitas mobilizações para garantir espaços de uso comunitário na região. O local teve diversos funcionamentos até ser transformado em biblioteca comunitária no ano de 2018, através da parceria da comunidade com o Projeto Cantos de Leitura<sup>2</sup>, que, além de realizar uma pequena reforma no espaço, disponibilizou o mobiliário, os equipamentos e o material didático existente (Figura 09).

A presença na biblioteca aconteceu semanalmente, durante todo o ano de 2019, com apoio de estudantes do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, o Curiar, de educadores e professores de escolas públicas da região e também de jovens da comunidade que se voluntariaram para participar das atividades<sup>3</sup>. A chegada das crianças ao espaço aconteceu de forma muito orgânica,

---

1. O Programa Viver Melhor, visava a construção de moradias, implantação de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários em áreas de ocupações informais (MAGALHÃES, 2000). Será melhor descrito no Capítulo 2 desta dissertação.

2. O Cantos de Leitura é um projeto, promovido pela Rede Educare, voltado para implementação ações educativas e espaços de leitura em parceria com organizações comunitárias em todo o Brasil (CANTOS DE LEITURA, 2016).

3. Participaram e contribuíram com a realização das atividades na biblioteca, seja nas oficinas realizada no âmbito do TFG, seja com a promoção de outras dinâmicas para manter o espaço ativo: Ana Clara Oliveira de Araújo, Mika Santos, educador Bruno Silva, professora Marcia Ministra.



apesar de terem sido produzidos cartazes e panfletos divulgando sua abertura, já no primeiro dia circularam cerca de 20 crianças pela biblioteca. Em poucas semanas, um grupo mais ou menos fixo começou a frequentar o espaço com uma certa constância. Eram, em sua maioria, crianças que já costumavam percorrer os arredores da praça principal da comunidade, que fica ao lado da biblioteca.



**Figura 09: Fachada da biblioteca comunitária da Nova República**

Fonte: Autoria própria, 2019

Essa constância na presença, além de aprofundar as relações com as crianças envolvidas, permitiu a construção de um diálogo aberto entre as próprias crianças, onde elas puderam compartilhar suas vivências e leituras sobre o território, estabelecendo pontes importantes entre a cidade e seus cotidianos. Na busca por articular e mapear informações sobre a infância na Nova República, e de construir, a partir dessa experiência, um panorama local sobre o tema, a biblioteca passou a ser pensada como um espaço disparador e mobilizador das questões, abrindo um amplo campo de possibilidades de atividades a serem trabalhadas junto ao grupo que passou a frequentá-la. Assim, ao mesmo tempo em que a biblioteca estava aberta para seu uso corriqueiro, foi possível também planejar e realizar uma série de oficinas que pretendiam movimentar questionamentos, experimentar ferramentas e criar elaborações coletivas acerca da cidade (Figuras 10 e 11).

As oficinas também se voltaram para a construção de uma agenda de discussão urbana pautada nas demandas e nos desejos das crianças da Nova República, incorporando-as às ações e projetos da Associação de Moradores. O planejamento e a organização das oficinas se estruturou em torno das escalas da cidade, do edifício e do objeto, provocando respectivamente: (1) discussões sobre a Nova República e as experiências infantis urbanas para pensar a cidade, e seus processos de produção; (2) noções sobre o espaço construído na dimensão do edifício, a partir da própria biblioteca; (3) a experimentação das ferramentas e materiais de auxílio para as atividades, onde mapas, escalímetros, isopor e até papéis em branco, se tornaram instrumentos que ajudaram a trabalhar questões sobre arquitetura e cidade com as crianças.



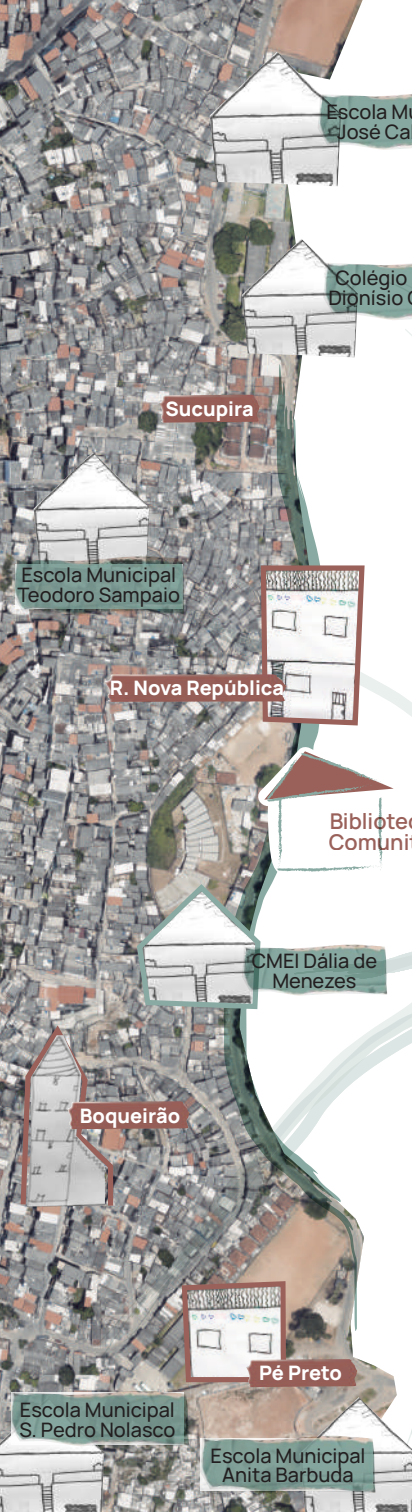
**Figura 10:** Atividade de colagem “conhecer o passado para imaginar o futuro” na biblioteca comunitária da Nova República

Fonte: Autoria própria, 2019

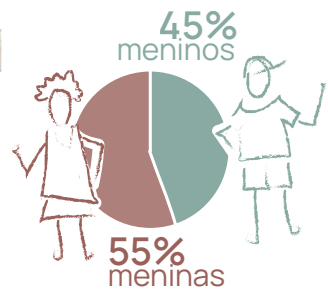


**Figura 11:** Atividade de maquete na biblioteca comunitária da Nova República

Fonte: Autoria própria, 2019



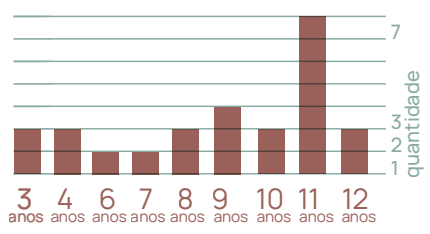
sexo



raça

**todas** as crianças são negras (pretas e pardas)

idade




escola

**18** estavam matriculadas em escolas da região  
~~4 não estavam estudando~~

moradia

**todas** moram na comunidade da Nova República  
**40%** vivem em áreas com risco de deslizamento  
**30%** vivem nas regiões consideradas mais perigosas pelos moradores

Através da leitura e análise dos relatórios das atividades e do diário de campo desenvolvido durante o TFG, foi possível identificar um grupo constante e frequente de crianças que estavam diretamente envolvidos nas oficinas de 2019 (Figura 12). Esse grupo totaliza 22 crianças, com idades entre 3 e 12 anos, sendo 55% meninas e 45% meninos. Todas as crianças são negras (pretas e pardas). Ainda que a maioria delas estudasse em escolas da região, haviam 4 crianças que, no período em que as atividades aconteceram, não estavam matriculadas em nenhuma rede de ensino, um número consideravelmente alto para o universo em questão (quase 20%). Sobrepondo algumas informações, foi possível perceber também que as crianças que não estavam estudando residiam nos contextos mais vulneráveis da região, como é o caso do Boqueirão e do Pé Preto. Ainda em relação à moradia, é importante apontar que 40% das crianças vivem em áreas com risco de deslizamento<sup>4</sup> e 30% vivem nas regiões consideradas mais perigosas pelos moradores<sup>5</sup>.



**Figura 12: Síntese gráfica dos dados das crianças que participaram das atividades**

Fonte: Autoria própria, 2022

---

4. A maioria das crianças que moravam em residências em área de risco de deslizamento de terra coincide com famílias que vivem em uma encosta da região que foi trabalhada no âmbito do TFG por Ana Clara Araújo, parceira de trabalho. Atualmente, a situação da encosta é uma das demandas trabalhadas pelo Coletivo Escalar

5. As áreas consideradas mais perigosas pelos moradores costumam estar localizadas em regiões onde ocorrem muitos confrontos armados, entre polícia e poder paralelo, com frequência de tiroteios, entre outras ocorrências.



**Figura 13: Registro de  
atividade na biblioteca  
comunitária da Nova  
República**

Fonte: Autoria própria, 2019



## 1.4

# A comunidade da Nova República pelas crianças





### **1.4.1. Interpretações e leituras sobre a comunidade da Nova República a partir das imagens elaboradas pelas crianças**

Durante as diferentes atividades realizadas junto as crianças na biblioteca comunitária da Nova República, muitos desenhos foram produzidos em contextos e com finalidades diferentes, e que, durante a realização deste mestrado, foram retomados enquanto acervo de pesquisa. Observar as formas, os conteúdos e os códigos usados pelas crianças para representar a comunidade foi um exercício muito importante que contribuiu nas reflexões acerca das experiências de encantamento, medo, segurança, insatisfação e desejos para o lugar.

Para esse exercício de observação de imagens e símbolos, a pesquisa se ancorou nos estudos de Edith Derdyk, pintora, desenhista e escritora brasileira que se debruça sobre os grafismos da infância. A autora defende que o desenho é um instrumento de comunicação e expressão que pode se manifestar através de diferentes materialidades e técnicas. Mas não só, para além da sua capacidade comunicativa, o desenho possui também potencialidade de reflexão, abstração e conceituação (Derdyk, 2015, pp. 23). Desenhar implica um movimento de apreensão de formas, figuras, proporções e escalas. Ainda mais, implica no exercício de observação, leitura e aproximação com o mundo. Se tratando da relação do desenho a partir da infância, Derdyk (2015) traz uma contribuição importante para essa discussão através do questionamento de como a criança desenha:

A criança enquanto desenha canta, dança, conta histórias, teatraliza, imagina, ou até silencia... O ato de desenhar impulsiona outras manifestações, que acontecem juntas, numa unidade indissolúvel, possibilitando uma grande caminhada pelo quintal do imaginário (Derdyk, 2015, pp. 19).

O desenho, para a criança, é uma maneira de manifestar e agir sobre o mundo que a cerca, seja para se divertir, dialogar ou expressar seus desejos. É justamente nesse ponto, da expressão dos desejos, que a ação de desenhar ganha força. Isso porque, a capacidade imaginativa da infância, muitas vezes representada graficamente em suas ilustrações, sugere ao desenho uma potência de imagear transformações e novas possibilidades em cima da realidade.

O mundo para as crianças é continuamente reinventado. Ela reconstrói suas hipóteses e desenvolve a sua capacidade intelectual e projetiva [...] Enquanto houver crianças desenhando, representando, construindo, inventando, processando o consumo deste mundo ficcional que lhes é apresentado como realidade, esta poderá ser fruída de maneira inteligente, sensível e indagadora (Derdyk, 2015, pp. 23).

Desenhar é uma forma de comunicar uma ideia, uma imagem. É, sobretudo, uma linguagem amplamente entendida, acessada e interpretada. Nos processos de diálogo com as infâncias na comunidade da Nova República, o desenho se tornou um instrumento fundamental para a conversa, possibilitando que as trocas e os aprendizados compartilhados ganhassem forma e materialidade através das imagens elaboradas. Muitas atividades propuseram o uso do desenho, seja ele produzido coletivamente ou de forma individual, como meio de expressão dos enunciados trazidos e dos diálogos movimentados.

Nesse sentido, cabe trazer uma dimensão importante que ganhou corpo a medida em que as atividades foram acontecendo: o reconhecimento das paredes da biblioteca enquanto parte fundamental do processo, visto que o ato de colar, pendurar e expor nas paredes o que se produzia a cada atividade, fazia com que as crianças pudessem ver e reconhecer umas às outras nos próprios desenhos. Esse movimento, muitas vezes, despertou nas crianças a vontade de reconstruir suas representações a partir das representações do outro. Assim, os desenhos e os materiais produzidos, por estarem sempre disponíveis e expostos na parede, recebiam constantemente interferências e novas abordagens propostas pelas próprias crianças.

O dinamismo, a flexibilidade e a transitoriedade do movimento se manifestam na pontinha do lápis, transformando a criança num ente criador. No ato de desenhar, a criança é o papel, o lápis, a linha, o objeto, a pontinha que contactua e mergulha neste universo animico e mutante. **Desenhar concretiza material e visivelmente a experiência de existir** (Derdyk, 2015, pp. 23).

Partindo dessa concepção, de que o desenho concretiza a experiência de existir, o retorno aos materiais produzidos na biblioteca implicou em uma leitura atenta e demorada que, no processo de observação e sistematização dos arquivos, se desdobrou na divisão dos desenhos existentes em quatro categorias-temas: (1) a casa e a rua; (2) as brincadeiras; (3) o lugar preferido; e (4) o medo. Tais categorias - que foram estruturadas com base nas produções das crianças, seus relatos e no contexto das atividades - contribuem para uma leitura do território a partir das representações construídas pelas crianças, que nos informam sobre os símbolos e significados que estão presentes em seus imaginários.

Os desenhos incluídos na categoria “a casa e a rua”, em consonância com o contexto das atividades e os relatos trazidos pelas crianças, evidenciou, por exemplo, a indissociabilidade entre esses dois espaços: casa e rua. Isso porque, muitas vezes, as ruas eram interpretadas a partir das relações de vizinhança estabelecidas entre as crianças, que sempre referenciavam as casas de amigos e familiares como forma de localizar suas próprias casas. É possível perceber que essa sociabilidade identificada pelas crianças, se articula a partir das suas redes de afeto, refletindo diretamente na forma como elas se apropriam desses espaços.

Desenhar a própria casa foi a proposta de uma das primeiras atividades, que apresentou em seu processo movimentações interessantes acerca da forma como as crianças enxergam seus espaços de moradia. As primeiras crianças trouxeram como imagem da casa, a figura de uma casinha de telhado triangular, um arquétipo muito presente no imaginário infantil coletivo. Contudo, quando a primeira criança passou a representar sua casa com o telhado de forma retangular, ou ainda, substituindo-o pela presença da laje, outras crianças reconheceram suas casas daquela mesma forma e passaram a incorporar também o elemento “laje”, associando-o inclusive a um lugar de festa e diversão - como pode ser observado nos desenhos com a presença de corações e balões no espaço onde fica a laje (Figuras 14 e 15).

Algumas crianças, no entanto, decidiram representar o interior das suas casas e explorar os cômodos internos (Figura 16) sob a justificativa de que suas casas eram mais bonitas por dentro do que por fora. Esse imaginário de beleza se repetiu em outras atividades, onde alguns espaços da comunidade foram apontados como espaços “feios” que deveriam ter “mais cores” ou serem “maisajeitados” - palavras usadas pelas próprias crianças. Outros elementos foram

introduzidos nos símbolos desenhados, como por exemplo as elevações de determinadas casas em relação ao nível da rua, por serem casas preparadas para a época de chuva, período em que algumas ruas da Nova República ficam completamente alagadas (Figura 17).

Da casa partimos para pensar a rua, que se revelou enquanto lugar de reconhecimento das relações de vizinhança entre as crianças, como já mencionado. Foram observados, por exemplo, trechos inteiros habitados por pessoas da mesma família (Figuras 18, 19 e 20). Essas relações dizem muito sobre a maneira como as crianças ocupam as ruas de um modo geral, mas principalmente das ruas em que vivem. Enquanto algumas sinalizavam suas ruas como lugares de longa permanência - onde se podia conversar, brincar e jogar bola -, outras apontavam como lugares indesejados, por serem consideradas muito estreitas e/ou perigosas. Normalmente, o primeiro cenário acontecia nas ruas próximas a avenida principal, enquanto o segundo se intensificava a medida em que se adentrava na comunidade (Figuras 21, 22 e 23).



**Figura 14: Desenho da casa de uma das crianças incorporando a visão do telhado retangular e a associação da própria casa como lugar preferido na comunidade**

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019

Figura 15:

Presença da laje como espaço importante da moradia. Os corações e balões presentes da laje, referem-se ao espaço ser utilizado por sua família para festas e comemorações

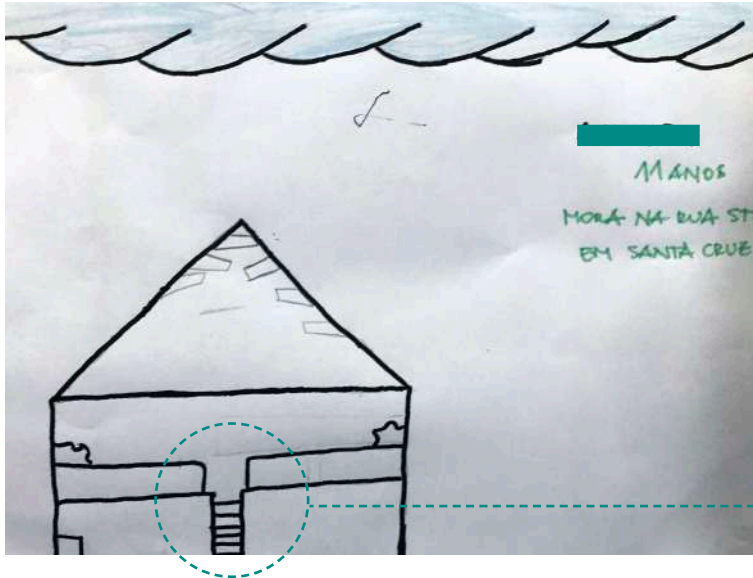
Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019



Figura 16:  
Desenho da criança que escolheu retratar a sua casa internamente

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019





**Figura 17:** Presença do elemento de elevação da casa em relação ao nível da rua. Essa criança morava em uma rua da comunidade que alagava constantemente

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019

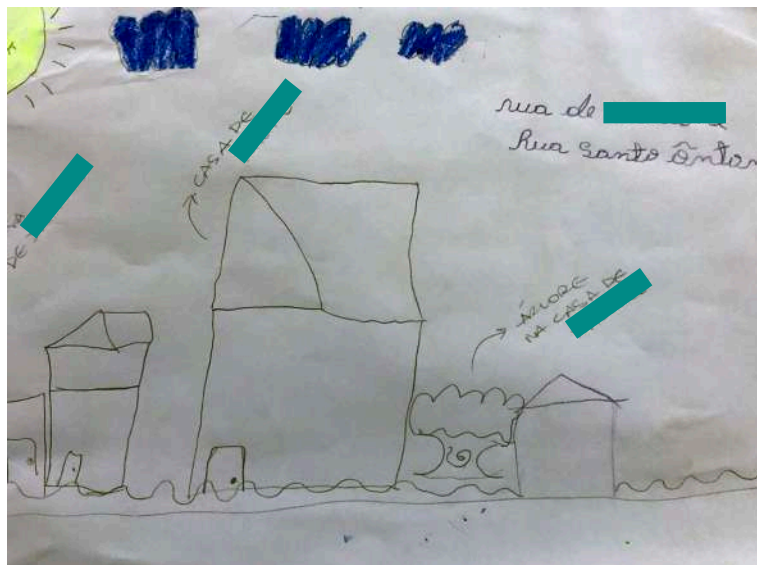


**Figura 18:** Desenho da casa de uma das crianças que imprimiu desejo de ter mais cores associadas a sua moradia

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019

**Figura 19:** Uso das casas dos amigos e familiares como forma de localização e inserção da sua própria casa

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019

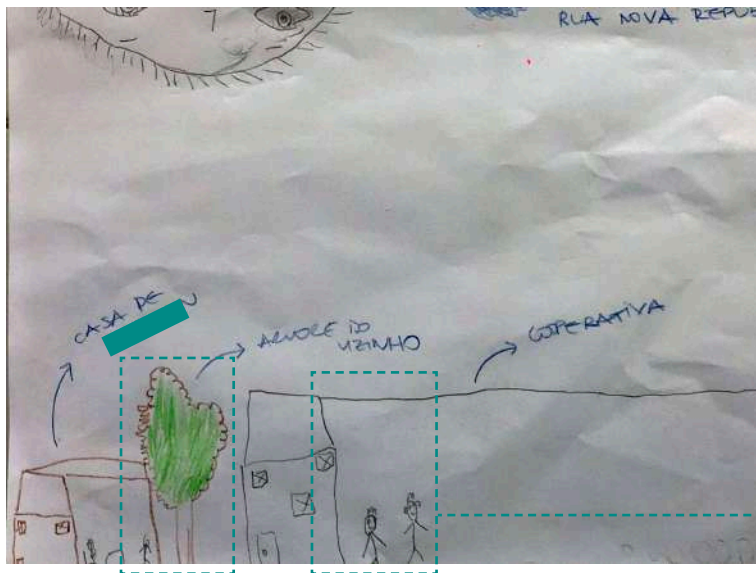


**Figura 20:** Esse desenho recebeu menos detalhes sobre a casa, dando destaque a rua. Para essa criança importava mais desenhar o parque, a quadra e a praça que ficam imediatamente próximos da sua moradia

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019

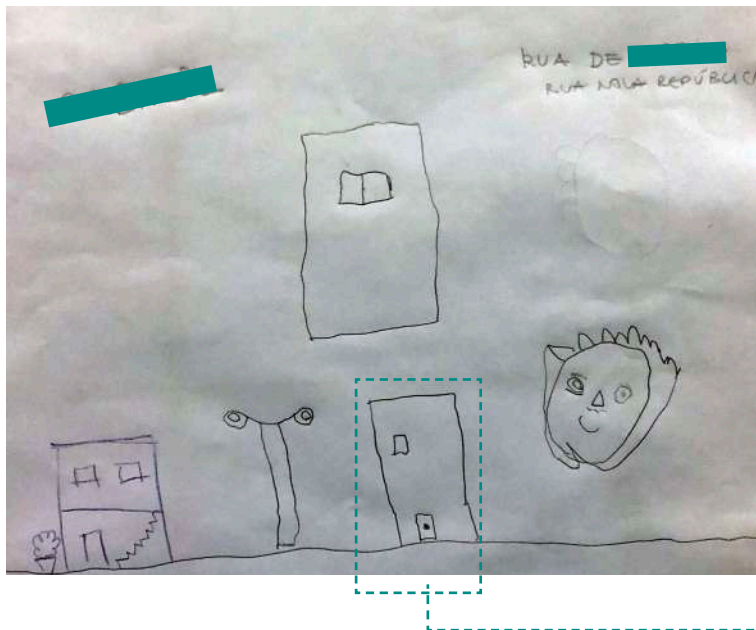






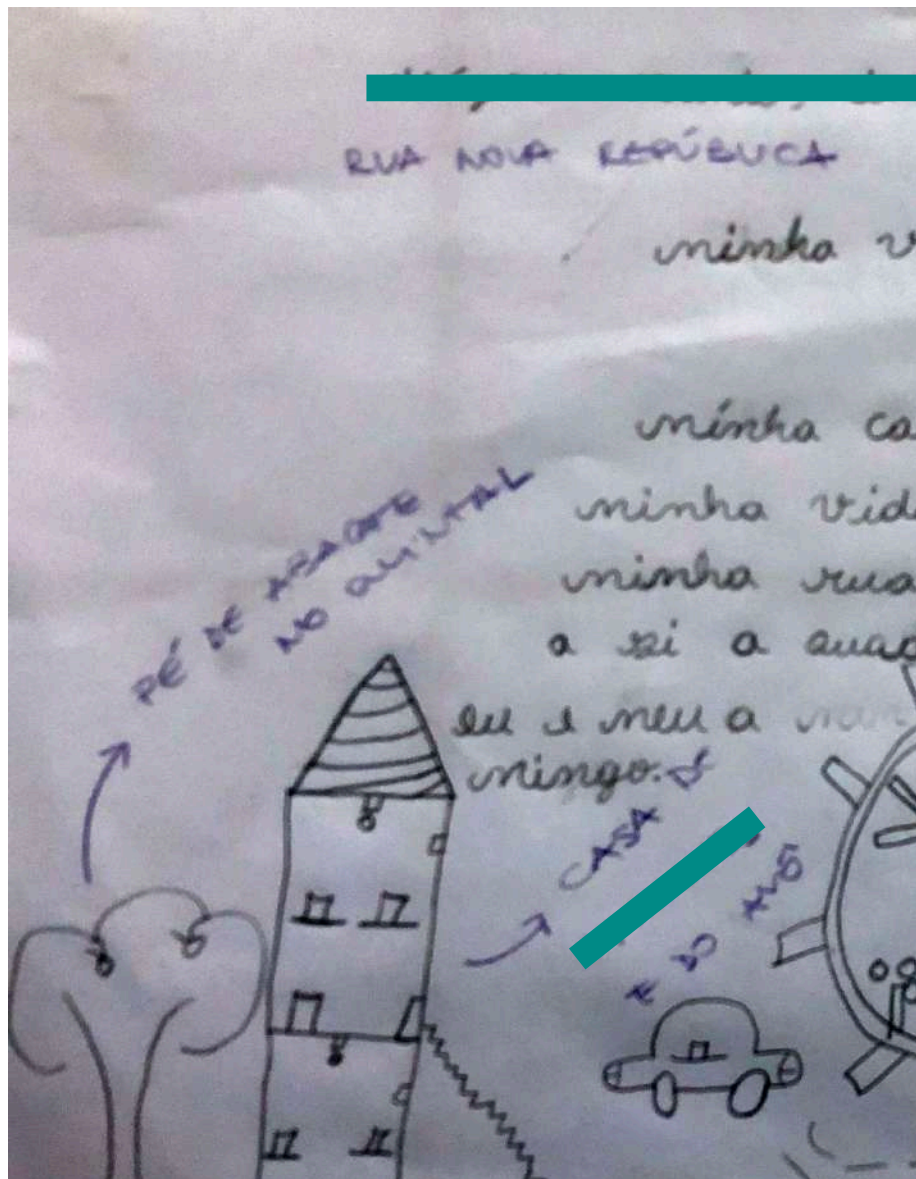
**Figura 21:**  
Localização da casa e da rua a partir de elementos marcantes da comunidade: pé de abacate e a cooperativa

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019



**Figura 22:**  
Tentativas de redesenhar as casas a partir do telhado como elemento retangular

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019



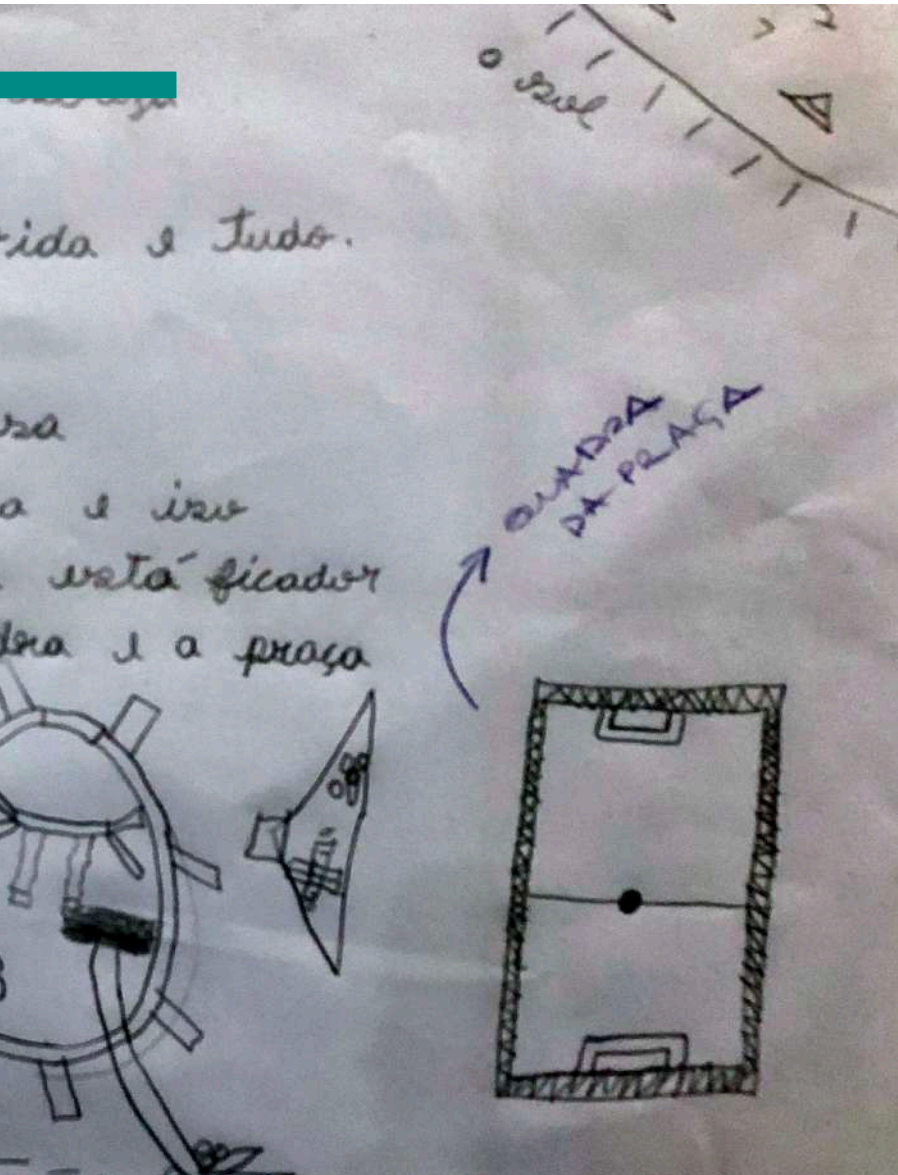


Figura 23: Desenho com muitos detalhes sobre a casa e a rua. Essa criança acompanhava a construção da praça da comunidade da janela da sua casa, e registrou isso tanto na escrita onde explica “a minha rua está ficando assim...”, quanto nos desenhos da praça, do parquinho e da quadra em planta

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019

Os desenhos agrupados na categoria das “brincadeiras” revelaram uma vivência urbana que, dentre tantas experiências, também é marcada pela criatividade e pela inquietação: ambas presentes no desejo de (re)invenção dos espaços que elas utilizam. As brincadeiras de rua que mais apareceram e foram registradas evidenciam a apropriação dos espaços de forma lúdica e adaptável. Esse é o caso da brincadeira de “escorrega” que acontece no areial localizado dentro do Parque da Cidade (Figura 24). Esse parque, apesar de ser colado com a Nova República, é dividido e separado da comunidade através da presença de um grande muro - com acesso por um portão com controle de entrada -, contudo existe um furo no meio do muro que foi apropriado pelas crianças e transformado em um “portal secreto” para acessar esse lugar de brincadeira.

Outro ponto importante para esse tema é a existência de uma cooperativa de reciclagem ao lado da praça principal, onde trabalham muitos familiares dessas crianças. Para elas, a cooperativa simboliza um espaço repleto de matéria prima para as suas invenções. De chuta-lata<sup>1</sup> à fubica<sup>2</sup>, as crianças se apropriam dos materiais e equipamentos que encontram pela comunidade para subverter os espaços que elas ocupam a partir de uma prática coletiva nas brincadeiras de rua que, quase sempre, são em grupo (Figuras 25, 26, 27 e 28).

---

1. Chuta-lata, de acordo com as crianças da Nova República, é uma brincadeira que se assemelha ao futebol, substituindo a bola por uma lata ou uma garrafa.

2. Fubica é um jogo de tabuleiro que as crianças da Nova República reproduzem usando papelão e tampas de garrafa PET.

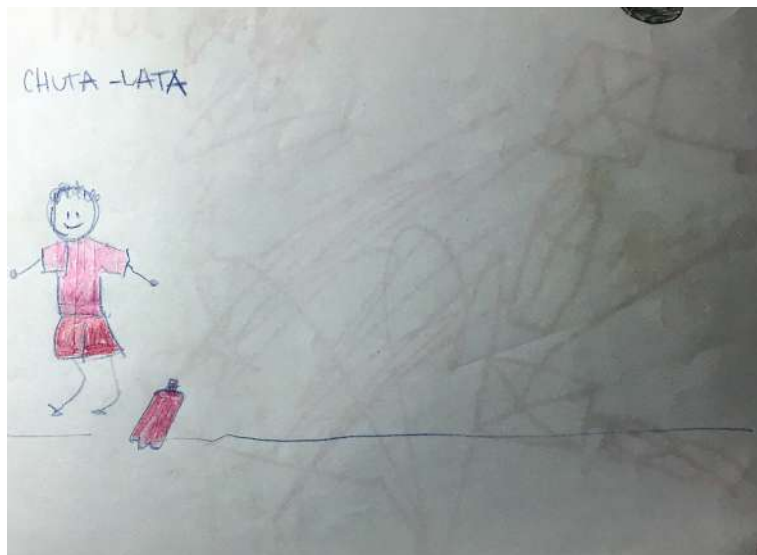


Figura 24: Representação da brincadeira de “escorrega”, do topo do areial em direção à pista (que é como chamam a avenida principal do bairro) e o muro, que fica entre o areial e a pista, não foi registrado no desenho

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019

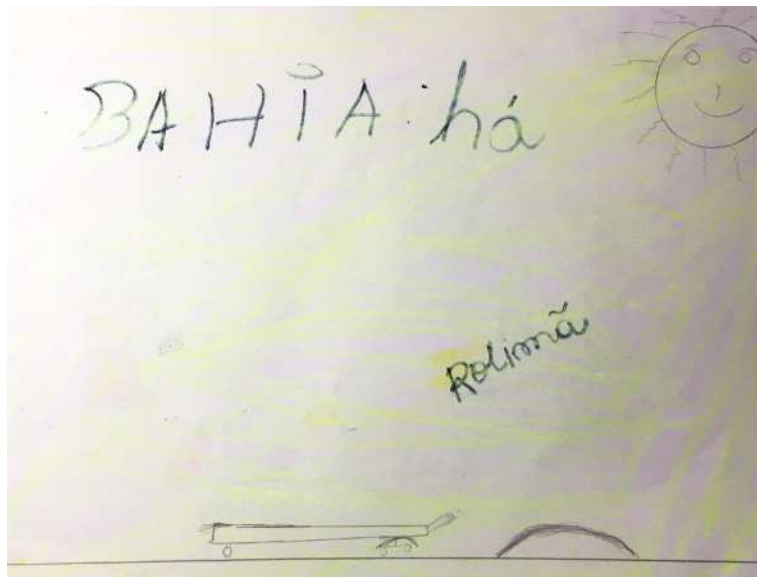
**Figura 25:**  
Registro da brincadeira de chuta-lata que usa garrafas e latas, que são recolhidas da cooperativa, no lugar da bola de futebol

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019



**Figura 26:**  
O carrinho de rolimã também apareceu como uma brincadeira que utiliza dos materiais da cooperativa para construção dos brinquedos

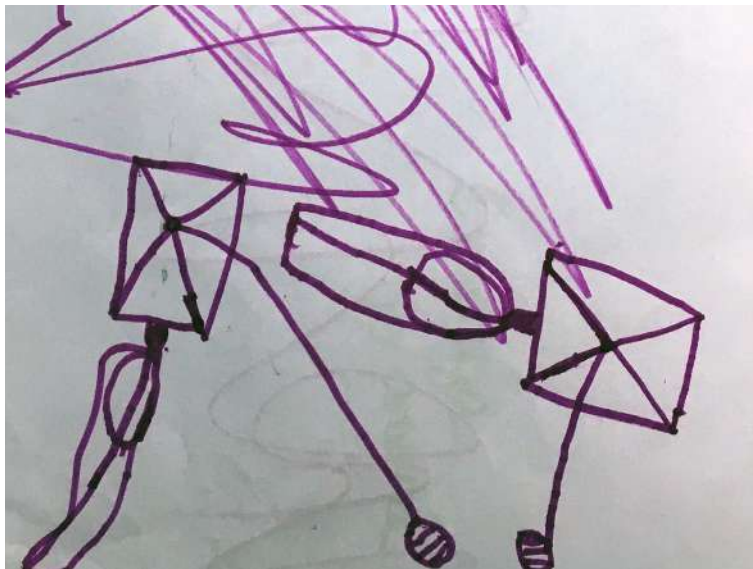
Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019





**Figura 27:** O parquinho da praça principal também apareceu em muitos desenhos, especialmente por ser uma construção recente e as crianças mencionarem com entusiasmo sobre a novidade

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019



**Figura 28:** Representação do jogo de Fubica, onde o tabuleiro e as pecinhas são feitas a partir da reciclagem de materiais da cooperativa

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019

Os “lugares preferidos” também ganharam um agrupamento próprio diante da possibilidade de identificar os espaços onde as crianças se sentiam mais confortáveis e seguras na comunidade. Os locais que apareceram com mais recorrência foram a biblioteca, a associação de moradores, a quadra e o parque da cidade (Figuras 29, 30, 31 e 32). A praia de amaralina, que fica próximo à comunidade, também apareceu nas representações, mas com menos intensidade (Figura 33). Não por coincidência, os lugares mais registrados pelas crianças são espaços coletivos mobilizados de forma autônoma pelos moradores. São nesses mesmos espaços que elas relataram se sentirem mais felizes, sempre relembando as diversas atividades socioeducativas que já realizaram neles: aulas de ballet, boxe, capoeira, percursão, reforço escolar e etc. Ou seja, os espaços ganham um lugar especial nas representações da infância muito em função dos seus significados de uso.

Algumas poucas crianças apontaram suas próprias casas como o lugar preferido e retornaram aos primeiros desenhos para complementá-los. Foi interessante perceber que as casas que apareciam nessa categoria costumavam ser as que se localizavam próximo à avenida principal da comunidade, onde estão as casas com melhor acesso e condições de permanência - são casas maiores, com mais cômodos, melhores condições de ventilação/iluminação natural, localizadas em lugar de maior visibilidade e menos intercorrências de violências e ações truçulentas, por exemplo.





**Figura 29: Representação da Associação de moradores conectada à biblioteca comunitária por um caminho desenhado em torno da praça**

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019

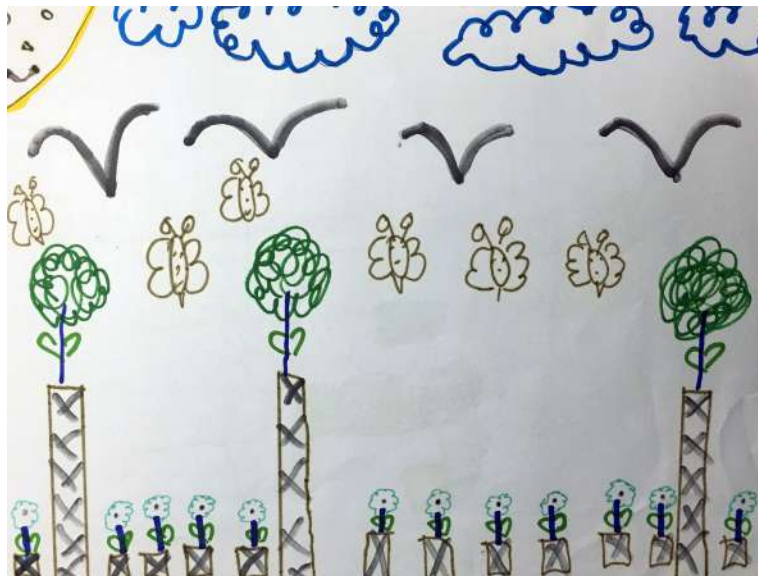
**Figura 30: Desenho da biblioteca comunitária onde aconteciam as atividades mencionadas no âmbito do Trabalho Final de Graduação**

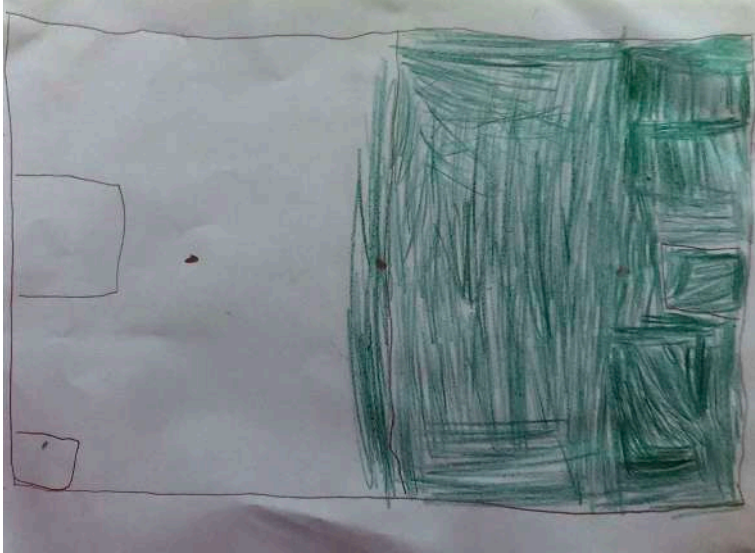
Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019



**Figura 31: Desenho do Parque da Cidade, com presença marcante de árvores, plantas e animais**

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019





**Figura 32:** Registro da quadra, localizada na praça principal, onde acontecem as atividades que exigem espaços mais amplos e abertos, como a percussão e a capoeira

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019



**Figura 33:** A Praia de Amaralina, próxima da comunidade, foi desenhada por poucas crianças, sendo um registro feito principalmente pelas mais velhas, que tinham mais liberdade para percorrer distâncias maiores

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019



Figura 34: Desenho coletivo da praça principal da comunidade da Nova República

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019

É importante registrar que os desenhos associados aos lugares preferidos, assim como as brincadeiras, receberam mais cores, elementos e detalhes do que as outras categorias. Eles aglutinaram informações em muitas camadas diferentes, tanto na forma de localizar o espaço referido e representá-lo, quanto na vontade de preenchê-lo com a presença de pessoas e animais, por exemplo. Além disso, muitos desses desenhos estavam associados à ações em movimento, aos gestos e as atividades que aconteciam nesses espaços, reforçando o a a dimensão que os projetos socioeducativos mobilizados pela Associação de Moradores representam para seus cotidianos.

Ao perceber que os equipamentos e espaços em torno da praça principal apareceram repetidamente nos desenhos, decidimos trazer o desenho por uma outra abordagem, utilizando um único papel grande o suficiente para permitir que todas as crianças pudessem desenhar ao mesmo tempo a praça como um todo. O desenho ao lado é o registro desse exercício coletivo de olhar para esse trecho do território que reúne tantos espaços significativos para a infância (Figura 34).

A continuidade das conversas com as crianças sobre as representações de determinadas ruas da comunidade, trouxe para as atividades algumas narrativas associadas à **dimensão do medo e da insegurança**. Foram identificados nos desenhos símbolos, lugares e ações que dão corpo a discussão acerca da inserção da infância em estruturas necropolíticas de cidade, onde a morte também foi trazida como imagem e representação.

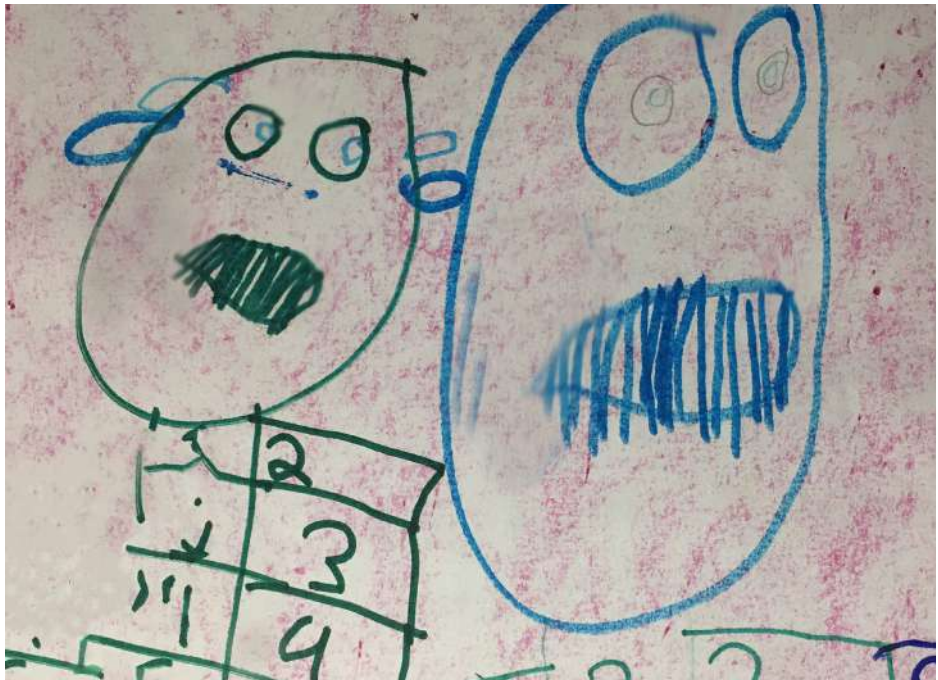
Alguns desenhos trouxeram, por exemplo, a imagem de edifícios com muitos andares como personagens monstros (Figura 35), que em conversas com as crianças percebeu-se que referia-se a transição entre a Nova República e a Pituba (bairro de elite, com prédios e muros altos). Esse espaço de transição entre os bairros é apontado como um território de medo pelas crianças, diante das bruscas mudanças físicas, espaciais e sociais que se desenham. As casas de no máximo 3 pavimentos viram edifícios muito altos; as janelas e portas normalmente voltadas para a rua são substituídas por grandes muros de cerca elétrica; quanto mais próximo da Pituba menos as pessoas nas ruas sabem seus nomes e quem são.

Essa transição entre os bairros também é marcada pela presença constante de policiamento, instaurando um estado de controle e vigilância de quem transita nesses espaços. A polícia é representada mais de uma vez nos desenhos, marcando a lembrança de que as crianças registram a presença e os espaços que ela ocupa. Outros códigos são assimilados nas imagens sobre a polícia, como por exemplo os helicópteros que as vezes são utilizados em dias de operações e incursões policiais, e que causam pânico entre as crianças (Figuras 36 e 37). É curioso também como as crianças conseguem identificar e categorizar as diferenças entre as polícias de acordo com a cor da roupa e dos carros, escalonando níveis de medo diferentes para cada uma delas.

Outros indícios grafados nos desenhos, como armas de fogo e facas, apareceram fazendo referência aos momentos de tiroteio que acontecem em alguns trechos específicos da comunidade, trechos esses que as crianças sabem mapear e evitam passar por perto durante seus caminhos e brincadeiras pela região (Figuras 38 e 39).

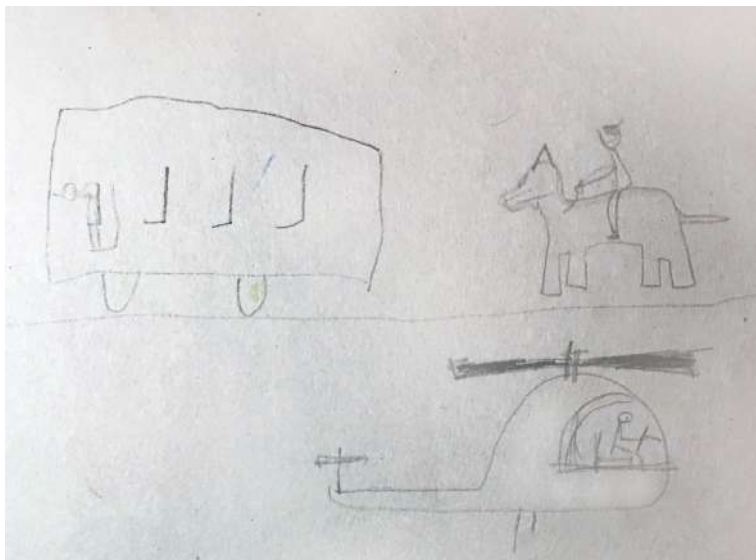
**Figura 35: Prédios com muitos andares e cabeças de monstros**

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019



**Figura 36:**  
**Meios de**  
**transporte**  
**utilizados**  
**pela polícia**  
**para andar na**  
**comunidade**  
**(carro,**  
**cavalaria e**  
**helicóptero)**

Fonte: Acervo  
das crianças  
da biblioteca  
comunitária da  
Nova República,  
2019

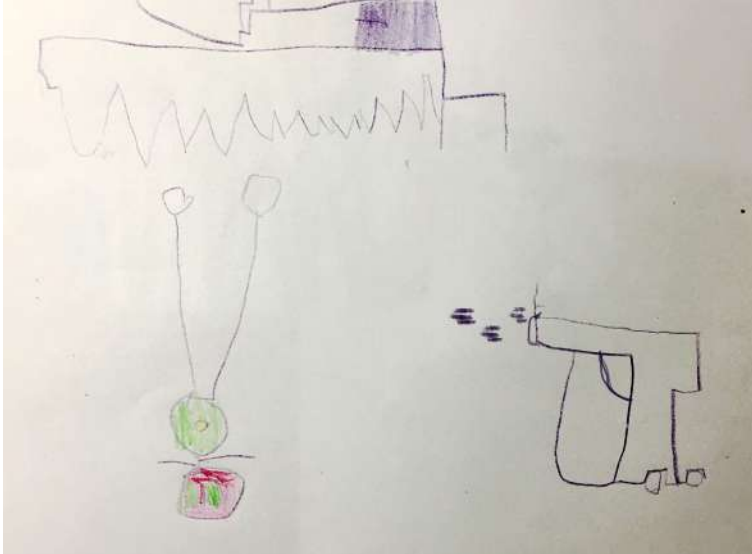


**Figura 37:**  
**Helicóptero**  
**da GRAER,**  
**utilizado**  
**durante**  
**operações**  
**e incursões**  
**policiais**

Fonte: Acervo  
das crianças  
da biblioteca  
comunitária  
da Nova  
República,  
2019

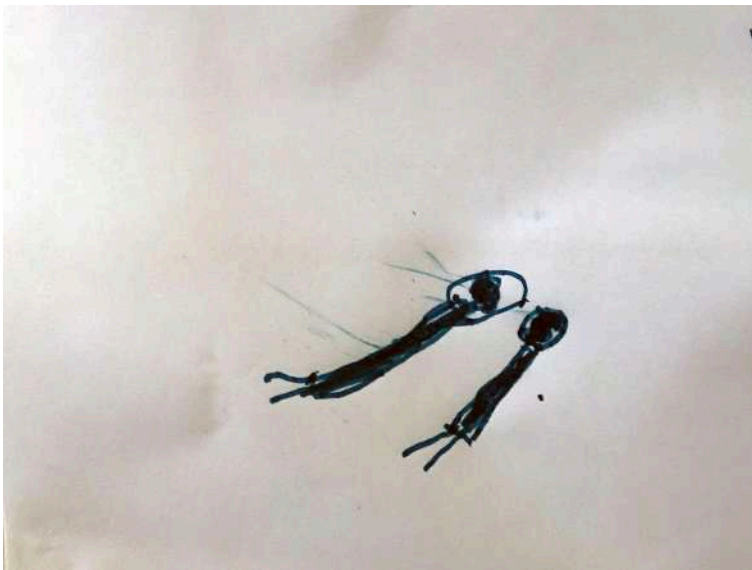






**Figura 38:**  
Arma de fogo  
desenhada  
durante as  
atividades na  
biblioteca

Fonte: ARAÚJO;  
PARDO, 2019.



**Figura 39:**  
Representação  
da morte

Fonte: Acervo  
das crianças  
da biblioteca  
comunitária da  
Nova República,  
2019

#### 1.4.2. Mapografias das infâncias na Nova República

Como já mencionado anteriormente, além da retomada ao material produzido e coletado durante o Trabalho Final de Graduação (TFG), foi possível também realizar, posteriormente, no desenvolvimento da pesquisa, um conjunto de entrevistas com as crianças que haviam participado das atividades na biblioteca comunitária. Os relatos e as narrativas coletadas nas entrevistas evidenciaram novos insumos e camadas de reflexão acerca das violências, dos medos e das políticas de segurança e do urbano implementadas na Nova República, assim como dos enunciados de vida, dos arranjos comunitários e das relações de cuidado ali existentes.

Essas novas camadas de discussão que emergiram das entrevistas, além de darem subsídio para os capítulos que seguem - que irão discutir de forma mais aprofundada as temáticas das políticas de morte e das alianças de vida -, também garantiram corpo, forma e conteúdo para a elaboração de um conjunto de mapografias que sintetizam essas informações. A escolha pelo uso das mapografias como método de análise, depuração e representação das questões, se deu a partir da integração da pesquisa no Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP/FAUUSP), sob coordenação do professor Jorge Bassani, que também orienta esta dissertação.

A participação junto ao grupo implicou em transformações significativas no processo investigativo da pesquisa, aproximando ainda mais os atravessamentos entre estudos urbanos e formas de leitura e representação territorial. A atuação do GeMAP, que acontece junto a espaços culturais e educativos da cidade de

São Paulo, parte das múltiplas possibilidades de expressões e linguagens que surgem na elaboração das mapografias, mobilizando ferramentas que permitem produções compartilhadas com os sujeitos em diálogo.

O grupo entende o exercício mapográfico como uma possibilidade de aprofundamento do olhar crítico para a cidade, para as vivências e experiências territoriais, tendo o mapa “como condição aberta de estudo a priori da conceituação, uma base de assentamento, representações táteis da condição urbana” (Bassani, 2012, pp. 121). Jorge Bassani (2012) se debruça sobre o entendimento das mapografias e defende a ideia de fazer mapas como um processo que contribui para o entendimento e descobrimento das pulsações do ambiente urbano.

A análise mapográfica consiste da diversidade dos temas mapeados e das condições de mapeamento. [...] processa-se com a fusão e a extrusão de mapas diversos, em materiais e técnicas diversas, em escalas diversas e sem escala, mas com dobras o suficiente para definir relações de experimentação do tempo-espaço (Bassani, 2012, pp. 140).

Os dados e registros que configuram o mapeamento não precisam ser tratados apenas como objetivo final, mas podem ser pensados também como meio de articulação das diferentes escalas e tempos territoriais. O mapeamento como “meio de” e não “produto de” estimula o registro das narrativas e subjetividades como forma de compreensão das condições heterológicas da cidade. Nesse sentido, partindo do exercício de mapeamento enquanto meio, cabe retomar uma atividade de cartografia que aconteceu na biblioteca, ainda no âmbito do TFG, em duas etapas diferentes (Figuras 40 e 41).

Em um primeiro momento foi proposto para as crianças que fossem marcadas sobre o mapa da Nova República as suas relações com o território, identificando os espaços de morar, estudar e brincar, assim como os trajetos, os limites e os atravessamentos (Figura 42). O exercício de identificação e registro no mapa se deu através do uso de adesivos produzidos com os desenhos das próprias crianças, facilitando o reconhecimento territorial e criando linguagens mais acessíveis. Em um segundo momento foi proposto retomar o olhar para a cartografia que havia sido construída e, sobre ela, identificar as demandas, os desejos e os sonhos de transformação para a Nova República, sem se limitar apenas ao possível e materializável, explorando o campo da imaginação e do subjetivo (Figura 43).

Ambas as cartografias resultantes dessas duas oficinas apontaram questões que foram fundamentais para despertar a inquietação e a vontade de trabalhar nesta pesquisa de mestrado. Isso porque, foi no exercício de mapeamento que começaram a se desenhar as noções sobre os territórios de medo para as crianças, onde estavam as fronteiras e os limites trazidos em suas narrativas.



**Figura 40: Adesivos (produzidos a partir dos desenhos das crianças) utilizados na atividade de cartografia realizada na biblioteca comunitária**

Fonte: ARAÚJO; PARDO, 2019



**Figura 41: Atividade de cartografia realizada no âmbito do TFG na biblioteca comunitária**

Fonte: ARAÚJO; PARDO, 2019

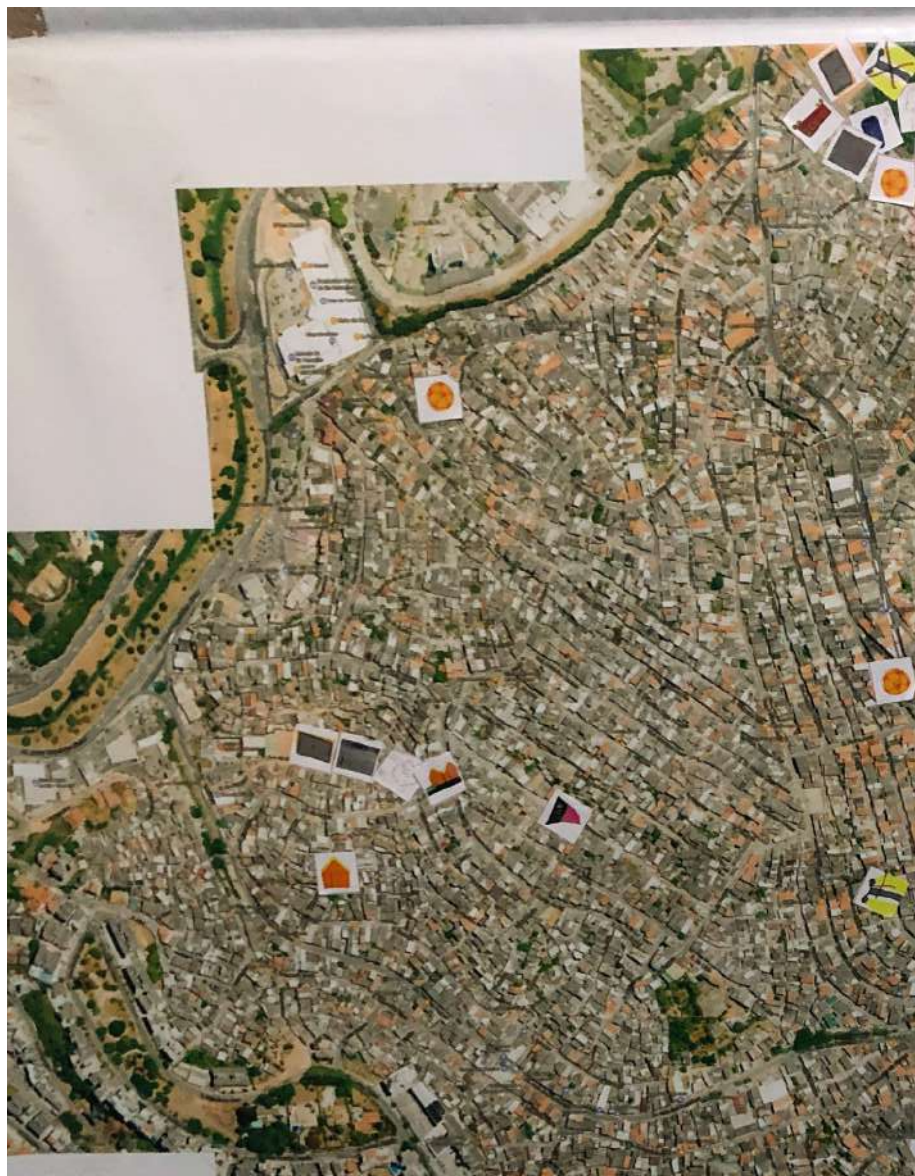
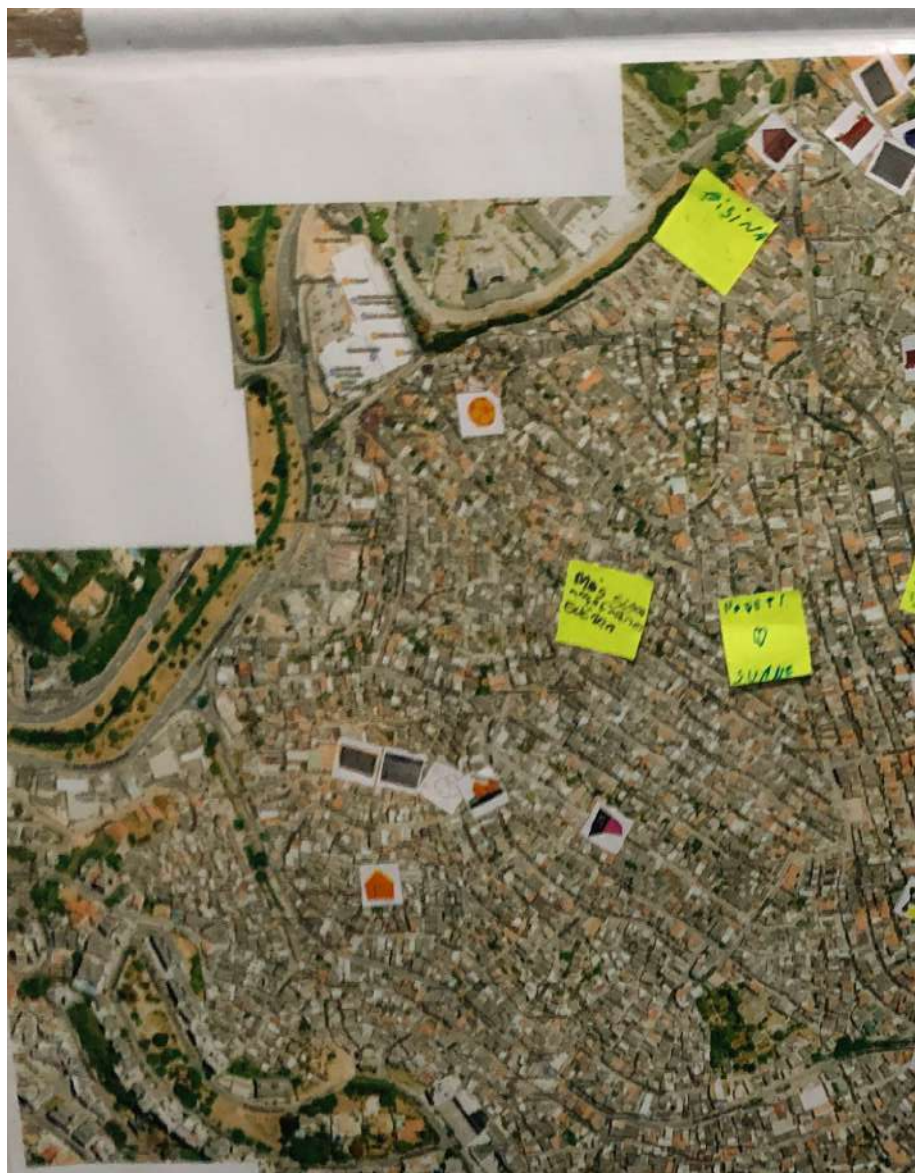




Figura 42:  
Cartografia  
resultante da  
primeira etapa  
da atividade

Fonte: ARAÚJO;  
PARDO, 2019







Retornando ao debate proposto por Bassani (2012), um outro ponto de destaque na sua discussão refere-se a importância de não perder de vista a capacidade discursiva e de fabulação do mapa. “Não existe limite mapográfico entre o imaginário ou o simbólico e o real. O mapa cria cidades, imagens e realidades urbanas” (Bassani, 2012, pp. 136). Nesse mesmo caminho, Dionne Brand, poeta, romancista e ensaísta, em seu livro “Um mapa para a porta do não retorno: notas sobre pertencimento” (2001), explora, através de cartografias, viagens e narrativas da sua infância no Caribe, questões sobre a diápora negra. A autora cria um mapa a partir da literatura, reivindicando a potência que esse instrumento tem de criar ficções e questionando também quais ficções estamos criando e quais imaginários estamos produzindo a partir disso.

Brand (2001) defende que existe uma dimensão coletiva, um processo histórico e geográfico, ao se construir uma narrativa, mesmo que ficcional. Por outro lado, existe também uma dimensão subjetiva, individual, enquanto sujeito ficcional. Por tanto, a autora traz reflexões acerca de qual ficção é essa que é produzida? Como se aprendem os códigos, e como se escapam deles? Brand (2001) acredita que é nos momentos de banalidade que aparecem os escapes e passam a ser construídas as imagens e as ficções. Qualquer resquício de sonho é possibilidade de imaginação nesse exercício de imaginar lugares e mapas.

Partindo dessas perspectivas, e acreditando na potência de apresentar as narrativas das crianças da Nova República a partir dos mapas, foram elaboradas mapografias para cada uma das entrevistas realizadas no ano de 2020. É importante lembrar que, o próprio processo de entrevista aconteceu com auxílio de um mapa da comunidade onde as crianças podiam se referenciar espacialmente,

realizar interferências e utilizar como elemento disparador das conversas e das temáticas trazidas. Essa base de mapa foi a mesma utilizada posteriormente para a produção das mapografias que serão apresentadas nas páginas a seguir (Figuras 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50).

Nesse sentido, as sínteses mapográficas elaboradas se colocam como uma tentativa de desenhar junto com os desenhos das crianças, de narrar o espaço junto com os relatos trazidos por elas. É também um exercício de interpretar e sistematizar essas camadas de informações, códigos e símbolos que foram aparecendo a cada nova interlocução realizada. É importante mencionar que houve um cuidado em registrar as questões no mapa sem revelar informações que identifiquem ou capturem as presenças dessas crianças no território. Dentre muitas questões, as mapografias revelam a forma como as crianças espacializam suas experiências de vida na Nova República: a ruas onde se sentem mais seguras; os caminhos que são evitados; os equipamentos públicos e os espaços coletivos que mais utilizam; os que mais sentem falta; os códigos e os símbolos físicos da cidade que representam medo; e os que representam vida.

Figura 44:  
Mapografia  
01, com  
base em  
entrevista  
realizada em  
2020

Fonte: Autoria  
própria com  
colagens de  
desenhos de  
crianças  
da Nova  
República,  
2022



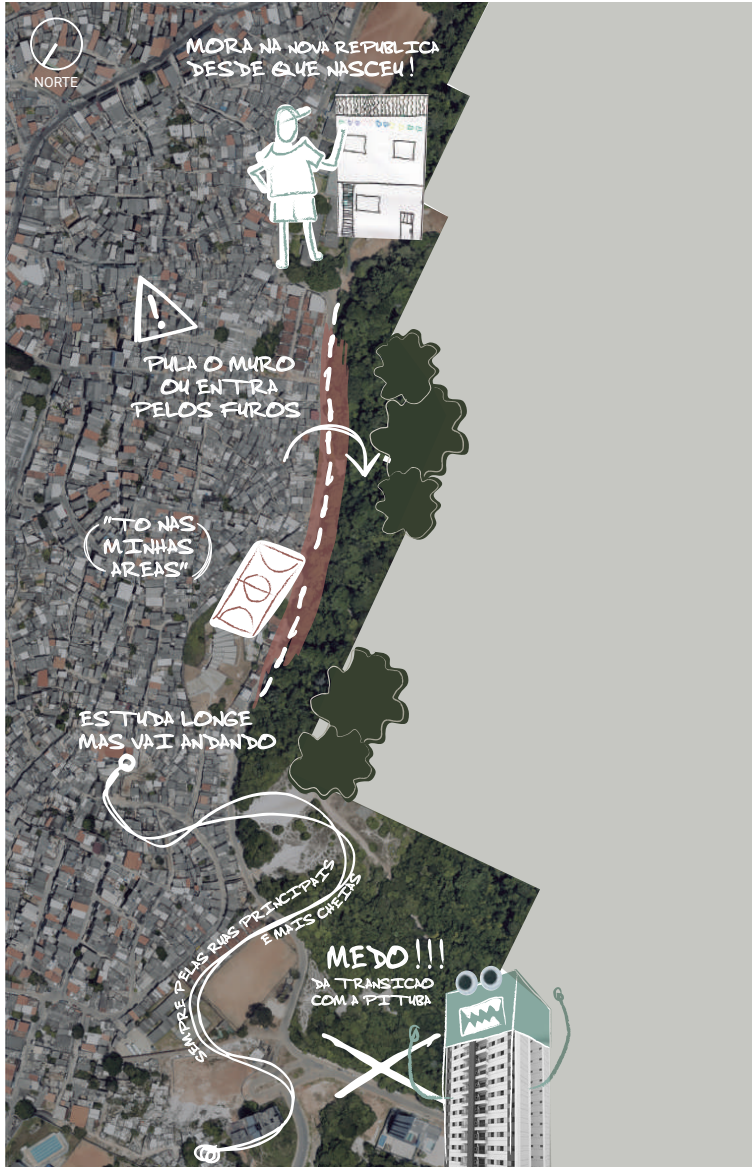


Figura 45:  
Mapografia  
02, com base  
em entrevista  
realizada em  
2020

Fonte: Autoria  
própria com  
colagens de  
desenhos de  
crianças da Nova  
República, 2022

Figura 46:  
Mapografia  
03, com  
base em  
entrevista  
realizada em  
2020

Fonte: Autoria  
própria com  
colagens de  
desenhos de  
crianças  
da Nova  
República,  
2022

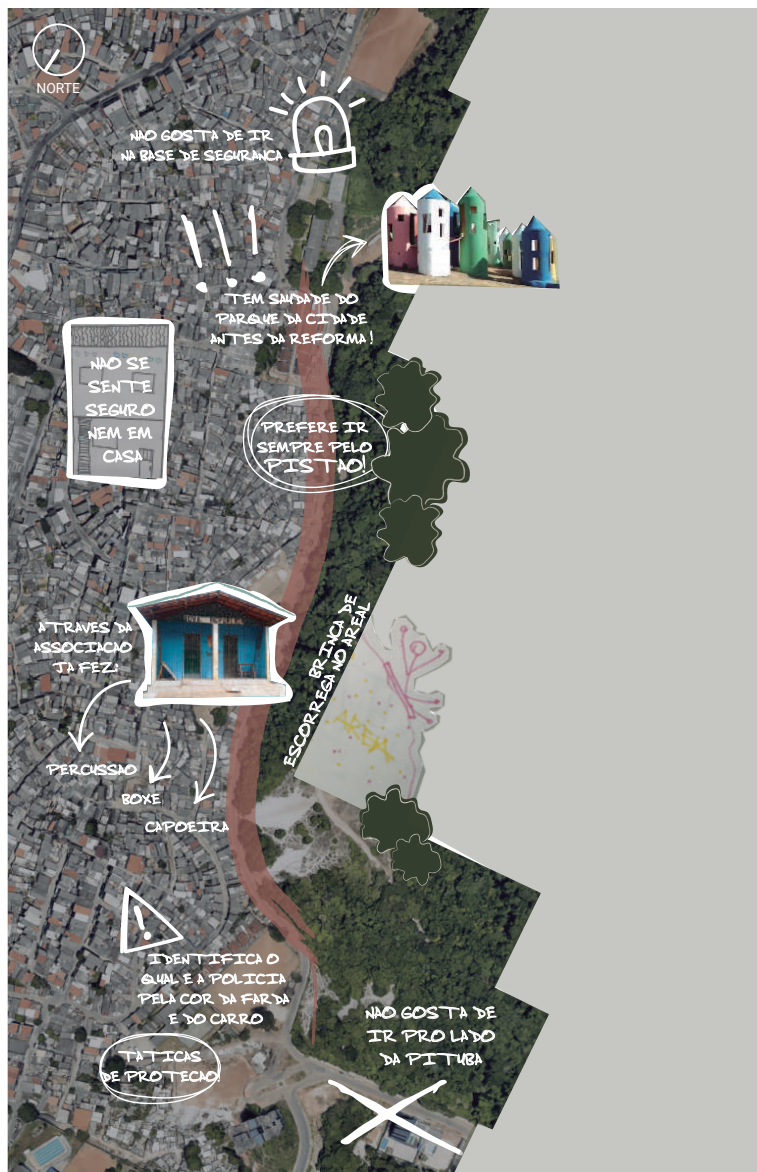




Figura 47:  
Mapografia  
04, com base  
em entrevista  
realizada em  
2020

Fonte: Autoria  
própria com  
colagens de  
desenhos das  
crianças da Nova  
República, 2022

Figura 48:  
Mapografia  
05, com  
base em  
entrevista  
realizada em  
2020

Fonte: Autoria  
própria com  
colagens de  
desenhos  
das crianças,  
2022







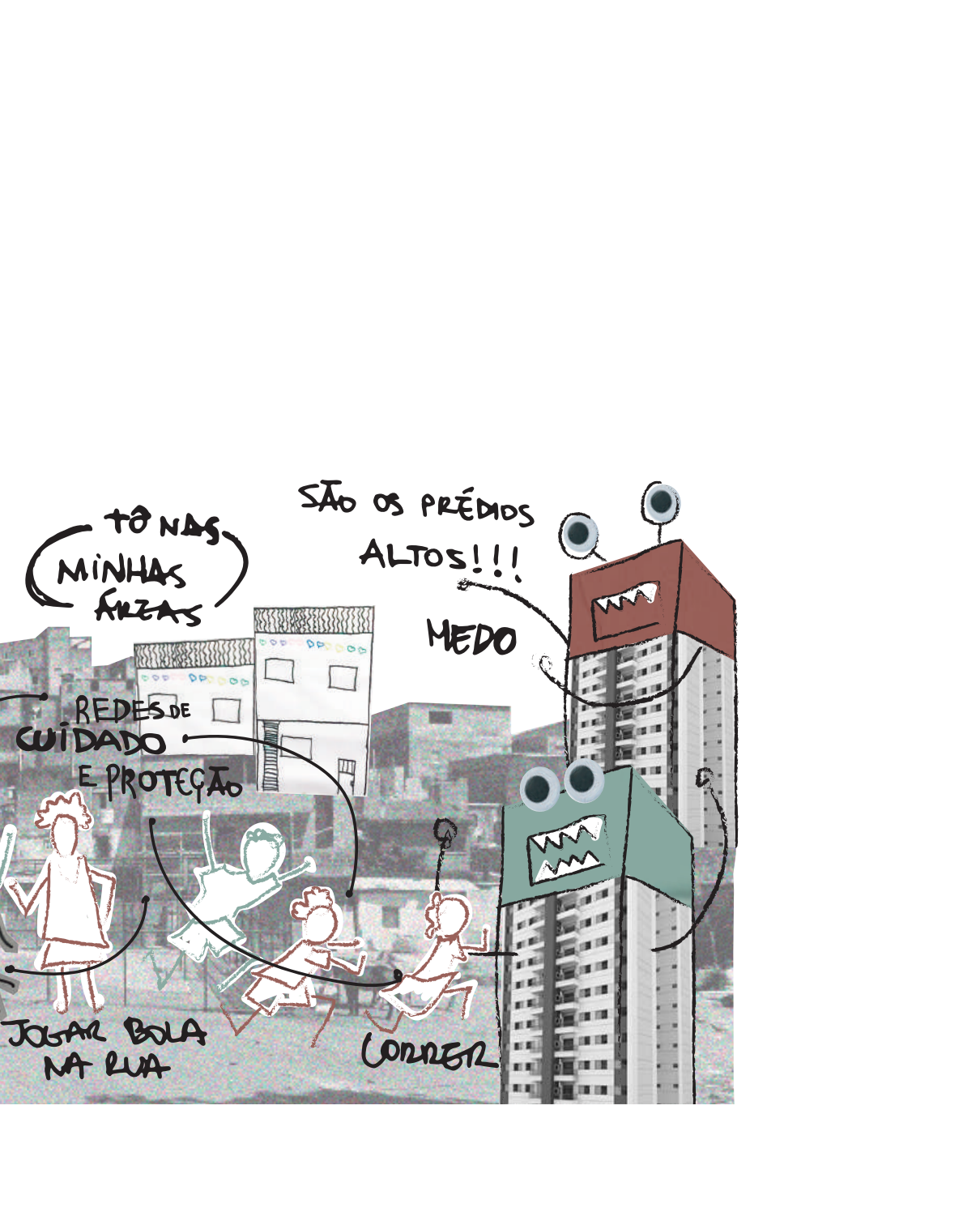
Figura 49:  
Mapografia  
06, com base  
em entrevista  
realizada em  
2020

Fonte: Autoria  
própria com  
colagens de  
desenhos das  
crianças, 2022



Figura 50: Colagem  
"Infâncias na  
encruzilhada"

Fonte: Autoria  
própria com colagens  
de desenhos das  
crianças da Nova  
República, 2022



TÔ NAS  
MINHAS  
ÁREAS

SÃO OS PRÉDIOS  
ALTOS!!!

MEDO

REDES DE  
CUIDADO  
E PROTEÇÃO

JOGAR BOLA  
NA RUA

CORRER



# capítulo 2

Apontamentos sobre a  
história da comunidade da  
Nova República

## Conto #02

# Há muito tempo atrás...

Conto elaborado em coautoria com Mika S.

Naquele sábado as meninas chegaram cedo. Dona Dora ainda passava o café e preparava as torradas quando ouviu o arfar estabanado do cachorro e pressentiu o chamado da mais velha das "andorinhas" no portão. Andi, Dori e Inha, como ficaram conhecidas por todos ali no reduto da pracinha, amavam a rotina dos finais de semana com a avó. Sentar na calçada que dá para o pistão, com papéis e lápis de cor, logo após o ritual do café da manhã, e a conversa sobre a escola e as notas com a avó, era o costume mais habitual daquele dia de domingo.

Andi já tinha proposto a brincadeira favorita das quatro enquanto esperavam Doca chegar. Estranharam a demora da amiga mais velha, que aos sábados sempre estava a espreita, esperando ouvir o barulho estridente da risada de Dori para pular de repente através do portão da casa vizinha, fingindo assustar as amigas. Esperaram mais um pouco, mas Doca não apareceu. Resolveram, então, seguir com a adedonha, já preparando a contagem do alfabeto nos dedos.

Estavam no meio de uma discussão acalorada sobre a possibilidade de aceitar ou não a escolha de Dori, que havia utilizado sem nenhum constrangimento a mesma palavra "goiaba" para duas categorias, fruta e cor, com a letra "G", quando foram interrompidas pelo Professor que se aproximava lá do outro lado da pista, acenando exageradamente para as meninas. Ele logo tratou de relembra-las que naquele final de semana Doca estava viajando, tinha ido competir no campeonato interestadual, numa cidade de nome engraçado.

Sobre o paradeiro dos outros, o professor não sabia em detalhes, mas fez questão de contar o pouco que sabia. De Balinha, ele sabia que estava de castigo desde o final de semana passado, quando o amigo inventou de ir até a Pituba no

domingo sem avisar a ninguém. Segundo o professor, Balinha conseguiu se livrar das chineladas, mas além da escola, só saiu de casa naquela semana para ajudar a avó na reciclagem. Nos corredores da escola, soube, pelo próprio Balinha, que a avó lhe empregou a pena máxima dos castigos: nos próximos finais de semana estava "jurado" de passar com a avó paterna, fazendo os serviços da igreja.

Com a viagem de Doca e Flor adoentada desde o meio da semana, Pôcas tinha "evaporado" da pracinha. "Só apareceu por aqui duas vezes para saber notícias de Flor. Na primeira mal terminei de responder e ele já saiu sem nem agradecer direito. Pois, na segunda vez, eu bem disse que não sou garoto de recado." Esperou as risadas das amigas cessarem para completar: "Ele que vá lá saber dela, pra Dona Rosa colocar ele para correr". Todos riram gostosamente por algum tempo. Por fim, ele mesmo anunciou que também não estaria disponível naquele final de semana, pois tinha aniversário de um primo lá no Vale das Pedrinhas. Por vontade própria, ele mesmo não iria, mas a avó o estava obrigando.

Terminou de contar já às pressas, ao falar do aniversário, lembrou do motivo pelo qual ele caminhava ali pelo pistão, estava indo na barbearia de Sandro, tinha horário marcado e, certamente, depois de toda aquela falação, já estava atrasado. As meninas compreenderam, apesar do estado de tristeza que se instalou instantaneamente entre o trio, que já tinha perdido as contas da adedonha junto com a própria vontade de brincar.

As andorinhas atravessaram o portão quase que em fila indiana, uma por uma, ignorando as tentativas de brincadeiras de Zé Caramelo que, sem resposta, se pôs a deitar com o rabo entre as pernas embaixo da escada. Dona Dora, que estendia a última peça de roupa no varal improvisado, notando o clima de insatisfação geral, resolveu intervir. "Ué, desistiram de brincar?". Foi Dori que respondeu, contando para a avó que naquele final de semana o grupo da pracinha tinha sido disperso.

Enquanto Dona Dora terminava de varrer o chão da sala porta a fora, ordenou de maneira carinhosa que as meninas recolhessem os papéis, os lápis e reunissem o que mais quisessem levar para a Associação de Moradores. E antes que alguma delas pudesse protestar, ela falou de maneira firme: "Não vai ficar ninguém sozinha em casa de 'cara amarrada' arranjando briga, não. Tem reunião

daqui a pouquinho e vocês vão comigo". Andi até tentou, mas assim que percebeu que não teria o apoio das irmãs, desistiu de protestar.

Caminhando até a pracinha, seguiram as quatro pelo pistão, as andorinhas na frente e Dona Dora um pouco mais atrás, parando e ordenando a parada das meninas à medida em que era interpelada por algum conhecido que queria cumprimentar, reclamar ou sugerir alguma medida que poderia ser adotada pela líder comunitária. As meninas seguiam com a esperança de encontrar os membros da turma ali pela pracinha, sentados na calçada da Associação de Moradores, brincando em uma gangorra do parquinho ou até mesmo zanzando pela quadra de futebol. Mas nenhum desses cenários se realizou.

Até tinham outras crianças por ali, reproduzindo aquelas mesmas situações, mas a verdade é que as meninas não se interessaram. Enquanto aguardavam Dona Dora abrir o portão e trocar algumas palavras com Seu Lopes, que já esperava pela companheira há, pelo menos, uns dez minutos, as meninas se revezavam em escanear o ambiente. Cada uma, alternadamente, olhava para direções opostas, em busca dos amigos da pracinha, mas sem muita insistência.

Trataram de se acomodar em uma ponta da mesa grande, onde Dona Dora começava a dispor a jarra de água, alguns copos e uma bandeja com pacotes de biscoitos. Sem muito interesse, ouviam ao longe Seu Lopes contar que havia esquecido a chave dele em casa e só percebido quando chegou no portão, para logo depois tranquilizar Dona Dora de que não havia perdido a chave na rua e nem de que precisou esperar muito tempo. "Só o tempo necessário para 'esticar as canelas'", brincou.

Inha cutucou Dori e apontou para um dos desenhos coloridos na parede da Associação de Moradores, era um desafio silencioso entre elas: "Quem conseguiria reproduzir melhor?". Andi, apesar de se sentir desafiada pelas outras duas, preferiu concentrar a atenção em algumas frases soltas dispostas de forma dispersa em uma das paredes. De alguma maneira, as meninas foram, cada uma a seu modo, percebendo aquele ambiente. Não porque nunca entraram ou passaram tempo suficiente ali, mas pelo seu exato oposto, alguns diriam: o efeito colateral do excesso de familiaridade.



Desde que "se entendiam por gente" as três andorinhas "se criaram" brincando dentro e aos arredores da Associação de Moradores da Nova República. Talvez a Associação era a única coisa, além delas, que recebia tanta atenção e dedicação da avó. Andi cresceu ouvindo, de outras maneiras, aquele discurso que agora lia na parede e, por isso, não teve dúvidas sobre a autoria: era um poema de sua avó sobre a história da comunidade da Nova República! Seus olhos, agora com toda paciência do mundo, percorriam a poesia buscando encaixar os sentidos palavra por palavra.

A reunião já se encaminhava pela metade, alguns cinco ou seis moradores e mais outros três ou quatro universitários que estavam sempre por ali, discutiam sobre uma encosta e algumas casas. Era possível entender algumas palavras soltas que se repetiam, mas as meninas não estavam dispostas a dividir a atenção. Dori já havia abaixado um pouco a cabeça próxima da altura dos ouvidos de Inha e lia em voz baixa, tentando acompanhar o movimento dos olhos de Andi. Finalizada a reunião, as meninas continuavam desenhando e colorindo, em silêncio, imersas no próprio pensamento. Dona Dora olhou a cena com estranhamento, mas não interferiu, continuou arrumando o lugar ao lado de Seu Lopes, enquanto prolongavam o assunto recém discutido.

As andorinhas acompanhavam os movimentos de Dona Dora fechando as janelas, seguida da porta... Nenhuma delas poderia saber o que a outra estava pensando, não se comunicavam, mas a egrégora era formada por um só pensamento em sintonia. Foi a batida do portão que despertou Dori e, como num impulso, quase um reflexo ou estalo, lançou a pergunta: "Vó, como a senhora veio morar aqui na Nova República?". Dona Dora pensou em responder com outra pergunta: "Mas porquê essa curiosidade agora, menina?". Mas não o fez. Sabia que haveria outras perguntas seguidas daquela que precisavam ser respondidas.

Depois de três passos de silêncio e um longo suspiro, a avó começou: "Há muito tempo atrás...".

**E**ste é um pequeno capítulo, que mais funciona como uma passagem entre capítulos, para contextualizar a comunidade da Nova República no processo de urbanização da cidade de Salvador. Este capítulo se insere após o primeiro por conta da decisão de apresentar a comunidade inicialmente através dos relatos, desenhos e narrativas das infâncias, como foi feito anteriormente, para, em seguida, apresentar as diversas camadas que se sobrepõem na ocupação do espaço e nos planos, programas e ações que interferiram na consolidação dessa localidade.

Como já mencionado anteriormente, a comunidade da Nova República está inserida no bairro da Santa Cruz, na Região Nordeste de Amaralina (RNA), em Salvador. A formação dessa região acontece a partir da década de 1930, com a ocupação de terras ao norte do Loteamento Cidade Jardim Balneário de Amaralina (atual região em torno da Avenida Manoel Dias da Silva), pertencentes à fazendas que já se encontravam em estado de decadência (Salvador, 1978).

Segundo estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador elaborado nos anos 1980 (PLANDURB), os proprietários das terras onde hoje se localiza a RNA vendiam, arrendavam ou subdividiam os lotes para famílias advindas do interior do Estado da Bahia ou de outras ocupações e loteamentos, a fim de estimular a realização de loteamentos naquele momento entendidos como “clandestinos” (Figura 51). Poucas áreas da região não passaram por esse processo inicial de ocupação, uma delas era conhecida como Coqueiral (Figura 52), onde hoje se localiza o bairro de Santa Cruz e, mais especificamente, a comunidade da Nova República. A não ocupação deste trecho, devia-se à presença de seguranças particulares nas terras (Salvador, 1978).



**Figura 51: Região Nordeste de Amaralina, 1977**

Fonte: FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA, 1977



**Figura 52: Área do Coqueiral, atual bairro da Santa Cruz na Região Nordeste de Amaralina, 1977**

Fonte: FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA, 1977

O processo de ocupação da RNA se situa no período de aumento da população urbana da cidade de Salvador, onde o acesso à moradia e seus serviços complementares estava condicionado, muitas vezes, à compra, arrendamento ou ocupação de lotes em contextos de grandes áreas privadas, como aponta Milton Santos (1993). Em contexto ampliado, nesses movimentos e processos de intensificação da população urbana, durante o século XX, as favelas despontam como espaços alternativos para essas populações em trânsito.

Sobre o tema, Gabriela Leandro Pereira (2015), aponta que

Todas essas tentativas de fixação no território e seus desdobramentos, gravitaram em torno do terreno da incerteza, da insegurança e do mito da ilegitimidade. Quase sempre tais tentativas eram acompanhadas por processos que visavam legitimar a criminalização do território em questão e conseqüentemente de seu ocupante, que expropriado de seus direitos encontrava poucas brechas para se impor diante das prematuras investidas em direção a sua condenação (Pereira, 2015, p.230).

A partir da década de 1960, inicia-se a intensificação do processo de ocupação da RNA como consequência da expansão da cidade para a região do Iguatemi, que fica próxima a localidade, e da Avenida Paralela, com a construção do Centro Administrativo da Bahia (CAB). Cristóvão de Brito (2005), verifica também nesse período um movimento expressivo de privatização de terras urbanas – com incentivo da municipalidade – que intensificou a segregação socioespacial e os processos de fragmentação na cidade de Salvador, em especial nas redondezas da RNA, materializando-se em uma “[...] expansão física socialmente seletiva e complexa da cidade” (Brito, 2005, p.52).

Entre os anos 1970 e 1980, a região que abrigava uma população em torno de 60 mil habitantes – com densidade de 297,76 hab/ha – passou por um período de grande insegurança da posse dos terrenos irregulares ocupados pelos moradores da região (Figuras 53 e 54). Climaco Dias (2017), geógrafo e pesquisador da Universidade Federal da Bahia, que dedicou parte dos seus estudos à região, reforça que essa sensação de insegurança era intensificada pelo indicativo de obras públicas no entorno desse espaço, diante da sua localização próxima à orla da cidade e a bairros de alta renda. É também nesse período que o bairro de Santa Cruz (onde está localizada a comunidade da Nova República) passa a ser ocupado com mais intensidade, através da consolidação de pequenos lotes e de ocupações coletivas de pescadores e suas famílias, expulsos de terras próximas que estavam sendo utilizadas para a construção de empreendimentos de luxo (Dias, 2017).

É nesse contexto que, entre os anos de 1972 e 1976, a Prefeitura de Salvador elabora o Programa de Desenvolvimento Social (PRODESO) para atuar, de forma mais ampla, em ações de melhorias em assentamentos precários da cidade, além da montagem, implementação e institucionalização de um novo sistema de planejamento, como reflexo do crescimento intensificado da mesma (SALVADOR, 1976). No escopo de trabalho do programa havia um plano de ações voltados especificamente para a região do Nordeste de Amaralina:

A inclusão do Nordeste de Amaralina nos trabalhos iniciais do PRODESO se deu por ter sido ele identificado como segundo bairro mais carente de Salvador e por ter sido encaminhado ao Prefeito uma solicitação de melhorias assinada pelo Conselho de Moradores (Salvador, 1976, s/p).

## infâncias na encruzilhada

Os registros históricos encontrados desse período e os relatos das lideranças comunitárias locais apontam a ativa mobilização dos moradores em torno das necessidades da região, denunciando e demandando dos poderes públicos ações acerca de temas como contenção de terras, da construção de escadarias, da expansão da rede de águas pluviais e da pavimentação de ruas (SALVADOR, 1976). Também nesse período, é possível encontrar evidências de projetos na RNA em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em diferentes áreas do conhecimento.

Como desdobramento dessas articulações envolvendo comunidade, universidade e poderes públicos, acontece, em 1977, a elaboração de um programa habitacional, denominado Programa Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), gerido pela Prefeitura Municipal de Salvador, que pretendia realizar intervenções urbanísticas para melhoria da qualidade de vida de comunidades de baixa renda, tendo como área inicial piloto a Região Nordeste de Amaralina.

### Figuras 53 e 54: Região Nordeste de Amaralina, 1977

Fonte: FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA, 1977



É no contexto dos estudos gerados a partir desse programa que, em 1978, é publicado o Decreto no 5.403 que institui a Zona Homogênea do Nordeste de Amaralina (ZHNA), estabelecendo parâmetros de ocupação realistas e compatíveis com a área e considerando a necessidade de proteger os assentamentos residenciais de baixa renda contra a atividade especulativa do solo urbano (DECRETO, 1978). Adriana Lima, pesquisadora e professora de Direito Urbanístico na Universidade Estadual de Feira de Santana na Bahia, aponta o duplo papel que o estabelecimento dessas zonas assumia: ao mesmo tempo em que restringia a entrada do mercado imobiliário em favor dos loteamentos populares, servia como instrumento para impedir o avanço das famílias de baixa renda para além da poligonal da zona (Lima, 2012).

Parte dos reflexos da implementação da Zona Homogênea, na época, foi a inclusão da região em novos planos e projetos que previam intervenções na infraestrutura urbana e no âmbito habitacional, como foi o caso do Projeto Nordeste de Amaralina. O projeto previa a realização de obras buscando atender os quatro bairros da RNA, em conjunto com proposições que envolviam proteção institucional aos moradores, melhorias e ampliação das redes de infraestrutura e serviços urbanos, além de programas habitacionais (Salvador, 1980). No âmbito do projeto foi criado o Escritório Técnico Nordeste de Amaralina (ETNA), que dispunha de assistência técnica e jurídica para a população local, tendo como objetivo “[...] estabelecer os princípios e a forma de atuar junto a comunidade, exercendo um papel dinamizador na sua familiarização com o planejamento (Salvador, 1980, p.8).

Os planos, programas e ações que interferiram de forma mais direta na comunidade da Nova República, começaram com maior intensidade a partir da década de 1990. O Programa Viver Melhor (PMV), desenvolvido pelo Governo do

Estado da Bahia, voltado para provisão de moradia e melhorias urbanas no local, é um exemplo disso. As movimentações em torno desse programa, demarcaram um contexto onde borbulhavam as questões e os conflitos na relação da comunidade com o poder público, sendo oficializada, no ano 2000, a fundação da Associação de Moradores da Comunidade da Nova República a partir do grupo que já se articulava. Diante das reivindicações e mobilizações locais, foi garantido, em negociação intensa, que o programa construísse alguns equipamentos comunitários destinados ao uso da Associação, na época funcionavam a sede do grupo e a padaria comunitária.

Alguns anos após a criação da Associação, o Governo do Estado implantou na região o Programa Viva Nordeste, que funcionou entre os anos de 2004 e 2007. O programa tinha como objetivo desenvolver uma metodologia integrada, através da articulação entre os Governos Municipal, Estadual e Federal, para promover ações de autogestão comunitária, das quais a Associação de Moradores da Nova República esteve presente. Em 2008, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) vigente na cidade de Salvador, passa a classificar a RNA como ZEIS I, que corresponde à ocupações de assentamentos precários em favelas, loteamentos e conjuntos habitacionais “irregulares”. Esse é um processo que, segundo Lima (2012), é decorrente da experiência anterior, de classificação das Zonas Homogêneas, as quais a RNA fazia parte desde 1978.

Ainda que incluída nessas setorizações, a comunidade da Nova República, que faz fronteira com alguns bairros de elite, vivencia um processo histórico de enclausuramento, ameaças de expulsão e pressões do sistema imobiliário que se estende até os dias atuais. Somam-se a esses conflitos, uma série de opressões, violências e violações de direitos que condensam ainda mais camadas de



vulnerabilidade no território, e que serão abordadas com mais profundidade no capítulo seguinte, “Cidade fragmentada e corpos interditados: políticas de morte, violências e violações de direitos nos territórios periféricos”. Na contramão dessas narrativas e fortalecendo as mobilizações por melhorias nas condições de vida da população, a Associação de Moradores (Figura 55), tem, desde sua fundação, ocupado um espaço importante de confronto as diversas injustiças socioespaciais presentes na região, denunciando, demandando e pressionando para que os poderes públicos promovam acesso de qualidade aos direitos básicos da população.

**Figura 55: Edifício da Associação de Moradoras da Nova República**

Fonte: ARAÚJO; PARDO, 2019.





# capítulo 3

**Cidade fragmentada  
e corpos interditados:  
políticas de morte,  
violências e violações de  
direitos nos territórios  
periféricos**

## Conto #03

# Aquela sensação de peito apertado também poderia ser chamada de medo

Conto elaborado em coautoria com Mika S.

Já estava tudo escuro e Balinha se esforçava para entender como ficou noite tão de repente, sem ele nem se dar conta do momento que o comércio da Pituba começou a "baixar as portas". Andando de volta para casa, em vão, treinava as vistas em busca de um relógio que pudesse lhe indicar as horas. Lembrou que era domingo e, então, aquela solidão das ruas da Pituba fez sentido. Tinha passado tempo demais sentado no meio fio do estacionamento que dava acesso a entrada do mercado. Não sabia ao certo quanto tempo, mas agora não tinha mais importância pensar naquilo. Importante mesmo era pensar numa desculpa boa pra fugir da surra que já estava garantida.

Se durante a semana, àquelas horas, mesmo com toda a movimentação do trânsito em rush, dos pontos de ônibus cheios e dos transeuntes caminhando ao final ou em começo de suas jornadas de trabalho, nada era capaz de garantir a sua segurança, "quem dirá no domingo, meu 'fio'?" - sempre lhe dizia sua avó. Era nela que Balinha pensava enquanto apertava os passos.

"Se você tá sozinho na Pituba e alguém te acusa de alguma coisa, hein? 'Cê' acha que 'os homi' vão acreditar em quem?" Dona Zefa nunca precisou se preocupar muito em utilizar monstros alegóricos para barganhar um bom comportamento com o neto. Talvez Balinha nunca nem tivesse ouvido falar sobre "bicho papão" ou sobre o "homem do saco", aprendeu desde muito cedo com a avó que os perigos que ele deveria evitar estavam para além do portal do Pé Preto.

Sabia que Dona Zefa já deveria estar preocupada, quiçá já teria insistido para sua mãe sair de casa para dar uma olhada na pracinha e se certificar de que alguma das crianças por ali daria conta de seu paradeiro. Balinha torcia para que, caso confirmada a hipótese, ninguém do grupo desse com a "língua nos dentes".

"Se o professor falar alguma coisa, eu vô me retar com a cara dele dessa vez, não quero nem saber". E era assim que canalizava o medo presente, em uma esperança torta de futuro: poder continuar exercitando a implicância com os amigos.

Balinha ainda não entendia bem que aquela sensação estranha que sentia de "peito apertado" também poderia ser chamada de medo. Naquele cenário escuro da cidade, muitas coisas lhe apertavam o peito. A própria escuridão, por si só, lhe causava um grande aperto. Mas dessas abstrações infantis, nenhuma delas, ele dava conta de atribuir nome ou grande importância. Porque medo, medo mesmo, ele tinha dos "homi de marrom". O medo que fazia sentido para Balinha era aquele que podia ser dito em voz alta e que era compartilhado com ele, pela sua avó, pelos seus amigos e por toda comunidade de Nova República...

Depois de cruzar a Manoel Dias, já pelas alturas da Rua Amazonas, o pulsar do coração disparado fez a cabeça esquecer a insistência de buscar pela exatidão das horas. Não conseguia apressar mais os passos, o entrecruzar das canelas finas já tinha atingido o seu alcance máximo. Ali, à medida que os prédios iam ficando mais altos, as janelas iluminadas se multiplicavam. Para Balinha eram olhos, um monstro com muitos olhos, um megazord de olhos em sua direção. Olhos que o estavam observando caminhar naquele lugar, aquelas horas.

Com tantos olhos o monstro não precisava de boca, pelos olhos mesmo ele dizia: "Um moleque desses aqui? A essas horas? Coisa boa não deve ser..." E Balinha, embora às vezes ouvisse bem, com "os ouvidos que a terra há de comer", nem precisava aguçar a audição para escutar o que o monstro mudo falava. Era aquele aperto no peito que se comunicava com ele e lhe transmitia a mensagem.

Queria poder ensaiar um suspiro de alívio toda vez que avistava alguém compartilhando da mesma solidão que a sua caminhando pelas ruas, mas

precisava se certificar de arrumar a postura, inconscientemente sabia que precisava continuar se comunicando em silêncio, informar que era apenas uma criança e que não oferecia perigo.

Foi só quando avistou o prédio abandonado perto do Pé Preto que se deu conta do coração já pulsando na garganta e lembrou de respirar fundo. Os passos foram desacelerando à medida que ia caminhando pelo pistão da Nova República. Ainda não havia chegado em casa, mas já estava em casa. Sentiu aquela moleza boa que começa pelas pernas invadir seu corpo todo: a adrenalina que ia embora. Por ali, antes de abrir a porta e contar a mentira "deslavada" que tinha planejado para a avó, que já deveria estar com o chinelo na mão, sabia que outros olhos o observavam. Subindo a rua de casa, ainda tinham os olhos quase invisíveis da base de segurança que fica ali perto.

Daqueles ele sentia menos medo, não porque apresentavam menor perigo ou porque, inevitavelmente, a gente acaba se acostumando com os monstros que entram e moram em casa, mas porque outros olhos o cuidavam. Mais um pacto silencioso que Balinha ainda não tinha idade para entender, mas que determinava a diferença da sua experiência com a cidade. Era a sensação de corpo leve e da pulsação tranquila de estar em casa, em comunidade.



## 3.1

Breves  
apontamentos  
sobre **violência**  
**urbana** e o campo  
de estudo e  
**produção das**  
**idades**



As vivências urbanas contemporâneas revelam, cada vez mais, que noções de medo, insegurança e fragmentação têm mobilizado e atravessado a forma como as relações sociais e espaciais se constroem nas grandes cidades. As discussões em torno dessa temática têm refletido em uma importante produção teórica que reconhece a existência de um estado permanente de perigo nas relações entre os indivíduos e também nas suas relações com a cidade. Marcelo Lopes de Souza (2008), professor e pesquisador das relações sociais e o espaço, reflete sobre como o tema da insegurança acompanha o fenômeno urbano ao longo da sua história, e argumenta que

[...] o que parece haver são épocas em que, por razões variadas, a presença do medo como fator condicionante e estruturante das relações sociais e da organização espacial é menor, sendo maior em outras. Nossa época pertence ao segundo tipo. Sendo caracterizada, também, pela centralidade da urbanização, seria inevitável, assim, que o medo e a cidade se entrecruzassem para formar uma combinação especialmente marcante. Essa combinação é o que tenho denominado “fobópole”, a “cidade do medo” (Souza, 2008, pp. 8).

Essa ideia de “cidade do medo”, descrita por Souza, vem acompanhada de reflexos nas formas de produzir e de habitar o espaço. A busca constante das elites urbanas contemporâneas por segurança, por exemplo, têm trazido

consequências que reforçam lógicas sócio-espaciais de exclusão e afastamento, materializadas em muros, grades e sistemas privados de proteção que tensionam ainda mais as experiências do medo. Zygmunt Bauman (2009) contribui com esse debate a partir do entendimento de que a “sensação de insegurança na modernidade” é consequência de um processo de individualismo e isolamento que baliza ações de segregação nas cidades, “protegendo” os cidadãos que estão na “primeira fila” dos “excluídos”. O autor ainda aponta para os espaços que são construídos no intuito de garantir essa “segurança” seletiva:

Esses e outros tipos de espaços proibidos têm um único - embora composto - objetivo: manter os enclaves extraterritoriais isolados do território contínuo da cidade, construir pequenas fortalezas [...] Na paisagem urbana, os espaços vedados transformam-se nas pedras milionárias que assinalam a desintegração da vida comunitária, fundada e compartilhada exatamente ali (Bauman, 2009, pp. 16).

De fato, o debate acerca da violência e do medo têm ocupado um espaço relevante nas discussões urbanas. Contudo, é importante estar atento à tendência da disseminação de um discurso de “cidade violenta” generalizado e pouco complexificado, que não se aprofunda nas dimensões, escalas e heterogeneidades em que a violência urbana se revela territorialmente (Souza, 2008). O perigo desse “discurso global” está justamente na possibilidade de alimentar modos de pensar e de produzir espaços urbanos que reforçam e reproduzem desigualdades. A violência não se distribui pela cidade de forma homogênea, da mesma forma, os aparatos, as ações e as políticas efetivadas no âmbito da segurança também não.

As relações entre o planejamento das cidades e a violência urbana, reiteram a noção de que existem reflexos e incidências políticas diferentes, para espaços e grupos sociais diferentes. Enquanto, por exemplo, parte da população investe em condomínios fechados e práticas privadas para “garantir segurança” na cidade, os territórios periféricos vivenciam, progressivamente, espaços cercados de um lado pela atuação do tráfico e, de outro, pelas ações de um Estado vigilante e punitivista. Janaina Brito (2018), em estudo sobre o tema a partir da cidade de Fortaleza (CE), aponta que

Os problemas urbanos causados pelas desigualdades sociais são reforçados por planos e projetos excludentes e racistas. Nem o planejamento urbano e nem o de segurança, dissociados de políticas públicas adequadas e pensadas a curto, médio e longo prazo, vão conseguir resolver ou minimizar a problemática da violência urbana (BRITO, 2018, pp.13)

As ações abrangidas pela demanda da segurança urbana, muitas vezes são instrumentalizadas e operadas por lógicas de controle e repressão que se efetivam através dos aparatos de policiamento do Estado. Essas lógicas também se traduzem no planejamento e na ordenação territorial, acompanhando processos que reforçam violações de direitos e afastam sujeitos e territórios do pleno acesso à cidade. Aqui, é importante chamar atenção para a forma como as políticas urbanas e a segurança pública são atravessadas pelo racismo institucional, visto que, os espaços onde os direitos são violados com maior intensidade se sobrepõem aos espaços que são habitados por populações majoritariamente pretas e pobres (Avelar, 2016).

Essa perspectiva espacializada e racializada das políticas conduzidas pelo Estado, intensificam e reforçam os processos de segregação sócio-espaciais urbanos que, por sua vez, incidem novamente na questão da violência urbana. Marques (2017) se debruça sobre a forma como são manejadas presenças e ausências de ações, políticas, serviços e equipamentos pelos espaços da cidade, e reforça que

[...] as ações dos atores políticos (inclusive do Estado) especializam-se sobre essas estruturas espaciais herdadas. Sabendo disso, os atores adiantam estrategicamente os efeitos do espaço sobre suas ações, adaptando-as. [...] Como as cidades são segregadas por grupos sociais, o "onde" define quase sempre o "quem", e a espacialidade das políticas influencia seu alcance e elegibilidade (Marques, 2017, pp.4).



## 3.2

### **Segurança**

### **Pública: a**

urgência da

transparência

de dados e da

descentralização

do tema

Como abordado no tópico anterior, o debate acerca da violência nas cidades tem mobilizado discussões importantes para o campo do planejamento e produção das cidades, levantando pautas importantes de serem incorporadas nos planos e projetos urbanos. A maioria dessas pautas estão vinculadas ao tema da Segurança Pública e das políticas efetivadas pelo Estado nesse âmbito. Para iniciar essa discussão é importante localizar a Segurança Pública como uma instância que costuma ser tratada com um grande distanciamento da sociedade civil, com debates e decisões construídas de forma hermética, com pouca transparência na verificação, manipulação e divulgação dos dados referentes à(s) violência(s) e suas formas de distribuição pelos territórios da cidade.

Edna Jatobá Barros (2012), cientista social e especialista em segurança pública, afirma que a falta de transparência dos dados relativos a violência urbana, afasta ainda mais as possibilidades de colaboração e participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas de segurança:

A mudança na metodologia de disponibilização dos dados sobre crimes violentos letais intencionais enfraqueceu largamente a transparência das informações que, por sua vez, enfraqueceu também a confiança da população nas ações sobre segurança pública, e impediu, junto a outros fatores, a capacidade de colaboração da sociedade civil organizada na parceria para a busca de soluções. Registra-se que não é possibilitada a participação efetiva

da sociedade civil em instâncias paritárias e decisórias sobre segurança pública e defesa social, apesar de toda pressão realizada pela sociedade, especialmente nos últimos quatro anos. A política pública de segurança pode abrir mão da participação da sociedade? (Barros, 2012, pp.1).

Nesse sentido, a construção de uma perspectiva descentralizada e popular, no âmbito da segurança pública, desponta como uma aposta que se ancora na defesa de sair da chave do tecnicismo como alternativa única. É fundamental que as possibilidades de respostas para a questão da violência dialoguem e atendam, principalmente, às necessidades dos sujeitos e espaços que são mais afetados por ela. Barros, ainda acrescenta que “o protagonismo das comunidades ao apontar respostas para a sua segurança sempre tem um alcance maior do que o tecnicismo e arrogância que dominam o campo” (Barros, 2012, pp. 1).

Significa dizer que pensar as políticas públicas de segurança por um viés descentralizado exige compreensões e reflexões construídas junto aos territórios populares, entendendo que nesses espaços as políticas de segurança são, em grande parte das vezes, efetivadas pelas perspectivas do controle, da vigilância e do policiamento. Tais perspectivas, por sua vez, desconsideram uma série de relações sociais e espaciais que estão tecidas nesses territórios, revelando um modo de pensar e de fazer segurança pública que reproduz e intensifica desigualdades raciais, econômicas, geográficas, dentre outras dimensões.

Apesar da dificuldade na transparência e sistematização dos dados por parte do estado, acredita-se que uma das principais fontes de informação, análise e divulgação dos números relativos a violência e a segurança pública no país vem



sendo construída pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)<sup>1</sup>, uma organização que aposta na divulgação de dados como chave principal para elaboração das políticas públicas. É justamente nesse sentido que, em 2007, o FBSP lança o primeiro Anuário Brasileiro de Segurança Pública:

Não há no Brasil um canal de disseminação ou uma publicação que consiga, em maior ou menor grau, dar um retrato nacional do tema e, ao mesmo tempo, oferecer análises sobre assuntos específicos associados à questão das políticas de segurança e às polícias. E é nessa brecha que o Fórum idealizou o seu Anuário e pretende que ele seja, exatamente, uma publicação de referência que, mais do que exaurir todas as possibilidades e dados disponíveis, articule alguns deles de modo a transformá-los em informações qualificadas e, com isso, identifique lacunas, virtudes e potencialidades do material existente e, sobretudo, consolide a incorporação de requisitos democráticos de transparência e monitoramento de políticas públicas. (FBSP, 2007, p.8)

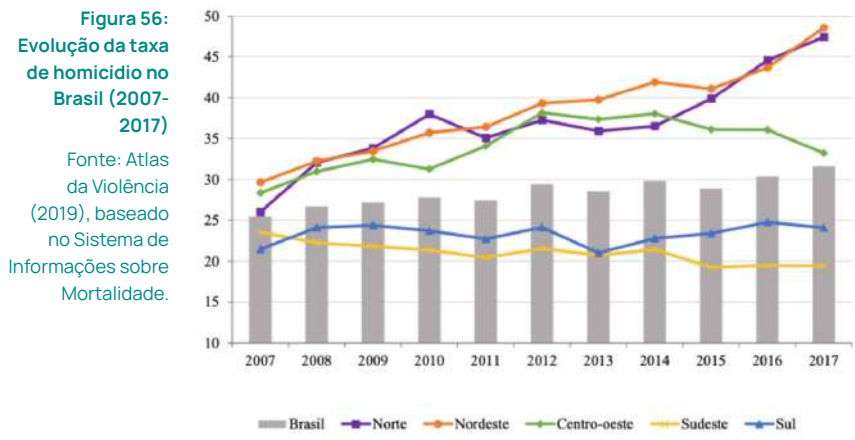
Além do Anuário, o FBSP passou a elaborar, também anualmente, o Atlas da Violência, com objetivo de construir e analisar indicadores que auxiliem na compreensão dos processos de intensificação da violência no país. A edição de 2019 do Atlas, por exemplo, incorporou reflexões importantes sobre a forma como as políticas públicas de segurança vêm sendo conduzidas no território brasileiro,

---

1. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, "integrada por pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais federais, civis e militares, operadores da justiça e profissionais de entidades da sociedade civil, que juntos contribuem para dar transparência às informações sobre violência e políticas de segurança" (FBPS, 2019, pp. 1)

e aponta que, especialmente na região Nordeste, intensificaram-se os planos e aparatos de policiamento que são baseados em falhos “mecanismos violentos para conter a violência” (FBSP, 2019, p.18).

Os dados disponibilizados pelo Atlas da Violência de 2019<sup>2</sup> chamam atenção para um tema que interessa a esta pesquisa: o processo de nordestinação da violência. Isso porque, a evolução das taxas de homicídios entre 2007 e 2017 caminhou com diferenciações regionais muito fortes. Enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste houve uma certa estabilidade, e às vezes até pequenas quedas, nas regiões Norte e Nordeste o cenário foi de crescimento progressivo da letalidade (Figura 56).



2. Os dados analisados e comparados para a construção do Atlas da Violência, de 2019, são referentes ao período de 2007 a 2017, com base nas informações tabuladas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), divulgadas pelo Departamento de Informática do SUS.

Os estados com as maiores taxas de homicídios no Brasil em 2017, estão localizados nas regiões Norte e Nordeste. Das 7 unidades federativas que encabeçam essa lista, 5 são nordestinas: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (Figura 57). Existe, por parte das análises elaboradas pelo Atlas, uma aposta de que a intensificação dos indicadores de violência nas regiões Norte e Nordeste nos últimos anos, tenha sido influenciada principalmente pela guerra das maiores facções criminosas brasileiras em busca de novos mercados nestes territórios (Manso e Dias, 2018 apud FBSP, 2019).

Em meados da década passada, a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), hegemônica no controle do tráfico em São Paulo, expandiu seus negócios para Estados nordestinos e do Norte. O mesmo ocorreu com o Comando Vermelho (CV), oriundo do Rio de Janeiro. Elas passaram a atuar no atacado da droga, repassando os produtos para grupos menores venderem nas ruas [...] A chegada dessas redes, levando a uma maior oferta de drogas e armas, aumentaram rivalidades entre traficantes locais. (Manso e Dias, 2018, pp. 13)

Para além das facções criminosas, outros fatores são somados na escalada da violência na região. A desestruturação, e os equívocos, do sistema carcerário brasileiro é um deles, mas não só. Os planos e políticas de segurança, implementados nos últimos anos, também entram nesse pacote de contribuição para o aumento da violência no Nordeste.

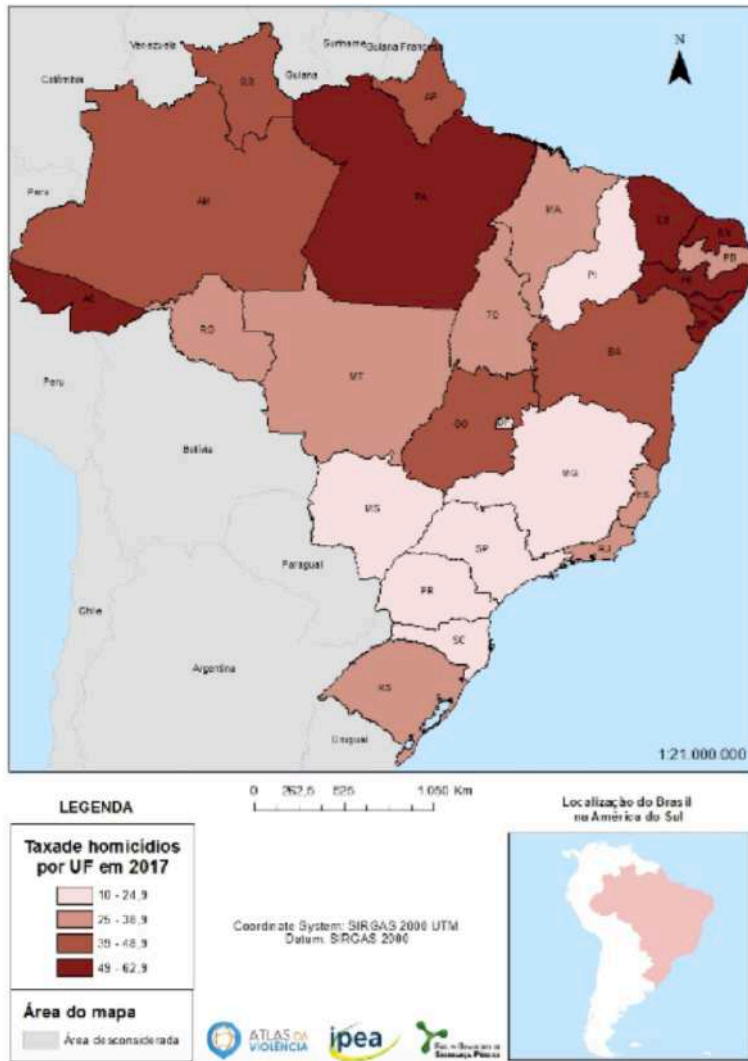


Figura 57: Taxa de homicídios por Unidade Federativa no Brasil, em 2017

Fonte: Atlas da Violência (2019), baseado no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Outros dois processos têm se intensificado em relação ao tema no Brasil, trazendo mais uma vez o Nordeste como palco principal. Por um lado, a morte prematura da juventude tem marcado números muito altos: em 2017, mais de 77 mil jovens foram assassinados no país, a maioria em estados nordestinos (Figura 58). Por outro lado, verifica-se também a continuidade e o aprofundamento dos processos de desigualdade letal racial. No ano de 2017, mais de 75% das vítimas de homicídios no Brasil foram indivíduos negros (Figura 59). Os números revelam uma piora na desigualdade da letalidade racial no Brasil entre 2007 e 2017, enquanto a taxa referente aos não negros apresentou uma certa estabilidade nesse período, a taxa de letalidade de indivíduos negros cresceu 7,2% (FBSP, 2019).

O Atlas da violência mais recente, de 2021, segue apostando na importância da qualidade das informações relativas à violência para construir uma agenda de aprimoramento das políticas públicas de segurança. Um aspecto ressaltado neste último Atlas diz respeito ao processo de ampliação do acesso às armas de fogo no Brasil, fomentado por mais de 30 mecanismos editados pela esfera federal, ainda que existam diversos estudos e literaturas no campo da Segurança Pública que apontam que quanto mais armas de fogo em circulação, maiores as taxas relativas à violência letal.

No sentido de qualificar e ampliar o debate sobre segurança pública, outras iniciativas mais recentes têm construído espaços de debate, interlocução, divulgação e análise de dados em panoramas mais críticos e territorializados. Exemplo dessa movimentação pode ser verificada nas ações mobilizadas pela Rede de Observatórios da Segurança, que se configura como um espaço de articulação de grupos da sociedade civil que buscam monitorar informações sobre

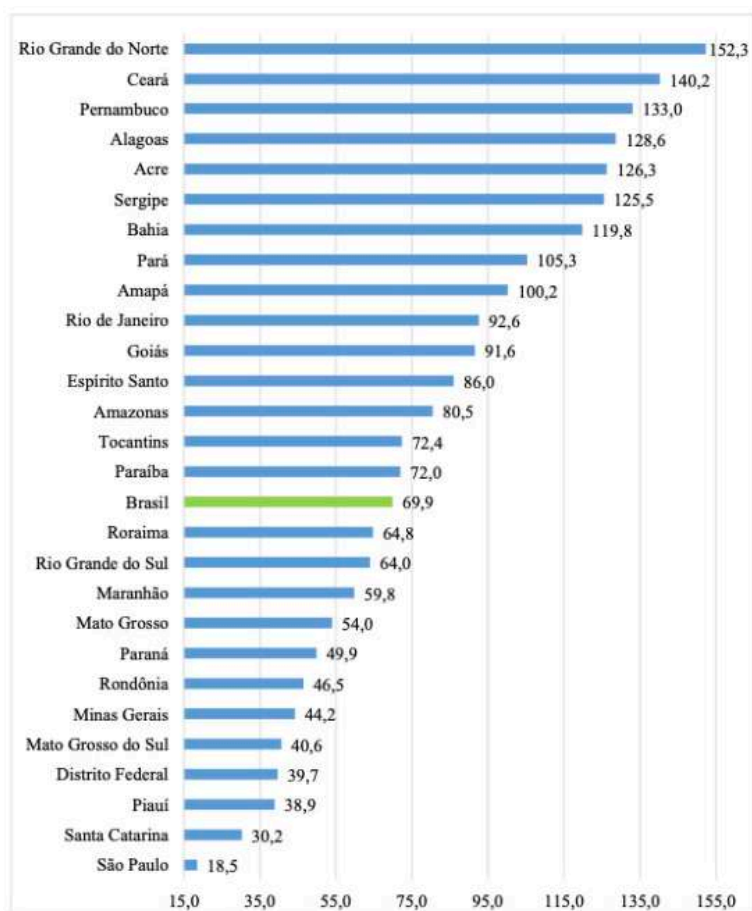
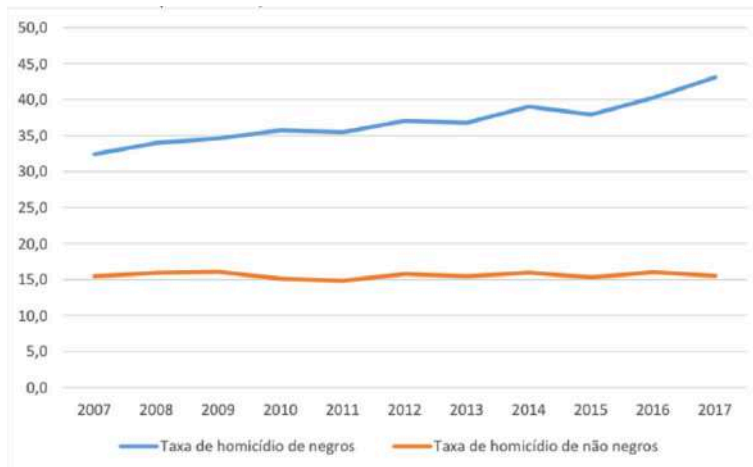


Figura 58: Taxas de homicídios de jovens, por grupos de 100 mil, por estado no Brasil, em 2017

Fonte: Atlas da Violência (2019), baseado no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Segurança Pública em território nacional. Uma das entidades integrantes dessa rede é a Iniciativa Negra, que têm sido responsável por levantamentos e reflexões fundamentais para pensar o tema na cidade de Salvador, a qual será aprofundada no próximo tópico.



**Figura 59: Taxas de homicídios de negros e não negros, a cada 100 mil habitantes, no Brasil, entre 2007 e 2017**

Fonte: Atlas da Violência (2019), baseado no Sistema de Informações sobre Mortalidade.

### **3.3**

**Uma leitura  
territorializada  
sobre violência,  
segurança  
pública e racismo  
em Salvador**



Um estudo recente realizado pela Iniciativa Negra<sup>1</sup> sobre racialidade, territorialidade e reexistência em Salvador, apostou na tentativa de construir um panorama da violência na cidade soteropolitana, através do levantamento de atos de violência e ações de segurança pública noticiadas na mídia entre os anos de 2019 e 2020, com base nos dados fornecidos pela Rede de Observatórios da Segurança. Ao final, 3040 eventos de violência foram analisados, onde 50% deles foram categorizados enquanto “violência, abuso e excesso por parte de agentes do Estado”. Ainda que esse seja um dado relevante, esse não é um tipo de indicador que aparece nos dados oficiais disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA).

[...] os eventos relacionados às violências, abusos e excessos cometidos por agentes do Estado, que se destacaram no monitoramento das notícias, não são apresentados pela SSP/BA. A divulgação apenas dos “principais delitos”, além da demonstração das escolhas político-administrativas em torno da gestão da política de segurança pública, constitui também um dos exemplos da falta de transparência e dificuldade de compreensão/exploração dos dados oficiais sobre a segurança na Bahia (Iniciativa Negra, 2021, pp. 10).

---

1. A Iniciativa Negra Por Uma Nova Política Sobre Drogas é uma organização da sociedade civil que atua, desde 2015, “na construção de uma agenda de justiça racial e econômica por meio de uma atuação conjunta com outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais” (INICIATIVA NEGRA, 2021, p.5)

Nessa perspectiva, uma parte importante dos levantamentos estava direcionada para notícias relativas às operações policiais, onde notou-se que apesar de haver registros sobre as ações de policiamento, pouco se falava a respeito dos efeitos letais que elas tem nos territórios periféricos e negros da cidade, com incursões territoriais que demarcam o peso da violência estatal nesses espaços. Essa atenção é ainda mais importante quando se considera que

Dentre os estados com maiores índices de letalidade policial (morte de civis por policiais), a Bahia ocupou em 2020 a terceira posição, com 7,6 pessoas assassinadas a cada 100 mil habitantes (Iniciativa Negra, 2021, pp. 11).

A partir dessas informações, a pesquisa realizada buscou espacializar as dinâmicas de violência em Salvador através da organização dos seguintes indicadores: (1) ações de policiamento; (2) mortes em ações de policiamento; (3) violências, abusos e excessos pelo Estado; (4) linchamento e chacinas. Com base no somatório destes indicadores, destacaram-se os 10 bairros com maior número de eventos violentos: São Cristóvão, Sussuarana, Itapuã, Mata Escura, Nordeste de Amaralina, Lobato, Pernambués, Pituba, Boca do Rio e Brotas. Com exceção da Pituba, todos esses bairros são compostos majoritariamente por pessoas negras e pobres.

A pesquisa ainda aponta para uma discussão importante acerca da diferenciação com o que a polícia se estabelece e atua nos diferentes territórios da cidade:

A presença da polícia é meio de promoção ou acirramento da violência, a exemplo das localidades em que foram

instaladas as chamadas Bases Comunitárias. Exemplo disso é que, conforme os dados abertos da SSP/BA, a Pituba aparece com altos índices de registros de uso/porte de substâncias entorpecentes e nenhuma morte violenta. Enquanto o Nordeste de Amaralina, local em que há uma Base Comunitária instalada pela SSP/BA, aparece com menor número quanto a registros de uso/porte de substâncias entorpecentes e maiores números de mortes violentas (Iniciativa Negra, 2021, pp. 18).

Diante desse cenário, torna-se fundamental discorrer sobre a forma como o Estado efetiva suas ações e seus aparatos de policiamento através dos planos e programas de segurança pública. Propõe-se portanto, um breve registro da sequência de planos de segurança do Estado da Bahia, a partir de um recorte temporal iniciado no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Isso porque, é justamente nesse período que se intensificaram os discursos de aproximação e participação civil nas ações implementadas pelo estado, mesmo que, em grande parte das vezes, tais discursos representassem apenas uma nova roupagem para os mesmos modos de pensar e de fazer política pública nos territórios populares. É justamente em 1999 que se implementa o plano de segurança Projeto Polícia Cidadã (PPC), desenvolvido e executado pelo Governo Estadual, na época representado pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

O Plano, assumido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, incorporava em seus princípios e diretrizes uma narrativa de rompimento com a forma truculenta, invasiva e violenta com que as ações de policiamento nas periferias de Salvador aconteciam, intencionando, para tanto, o estabelecimento de relações de proximidade entre a polícia e a sociedade civil. Desenhou-se então um modelo de organização pautado na ideia do policiamento comunitário, onde a

previa-se a “gestão integrada das polícias, o planejamento pautado na qualidade, a descentralização e o diálogo com a comunidade” (PM COMUNIDADE – Projeto Polícia Cidadã, 1999).

Junto com o Plano Polícia Cidadã, foram implementadas também as Companhias Independentes da Polícia Militar (CIPMs), sendo configurados como espaços de atuação policial que cobrem recortes territoriais menores e operam de forma integrada, sob a justificativa de facilitar o processo de aproximação com os moradores onde as companhias estão inseridas. Contudo, esse modelo comunitário proposto só aparecia de fato no papel, na prática revelavam-se, além dos inúmeros problemas estruturais, a permanência do antigo *modus operandi* policial (Avelar, 2016). Lais da Silva Avelar (2016), ao discorrer sobre a forma como as políticas de segurança afetavam - e ainda afetam - o cotidiano dos moradores das periferias de Salvador, aborda que existe

[...] uma atuação diferenciada das políticas assentadas em modelos comunitários a depender do perfil do bairro – bairro rico/branco X bairro pobre/negro (Reis, 2005 apud Avelar, 2016, pp. 50).

Alguns anos depois, em 2007, ocorre o rompimento da gestão do governo Carlista<sup>2</sup> no estado da Bahia através dos sucessivos mandatos do Partido da Frente Liberal (PFL), com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar de

---

2. O Governo Carlista é entendido como o período onde o governo estadual da Bahia era assumido por um grupo político com influência e liderança de Antônio Carlos Magalhães, figura conhecida nacionalmente, que acabou exercendo diversos cargos públicos durante quase quatro décadas na Bahia, possuindo fortes influências sobre um conjunto de partidos políticos no estado (DANTAS NETO, 2006).

representar um importante processo de ruptura, indicando possibilidades de um novo direcionamento político no estado, notou-se a continuidade de um modelo de segurança pública pautado na militarização, na vigilância e no punitivismo.

Felipe Freitas (2015), em estudo sobre os discursos e práticas das políticas de controle de homicídios na Bahia, comenta que a política de segurança no estado foi por muito tempo pensada a partir de

[...] iniciativas gerais de aparelhamento da força policial sem grandes resultados sobre indicadores de taxas de homicídio. Entre 2007 e 2010 o número de homicídios no estado cresceu de 25,7/100 mil para 40,4/100 mil, bem como seguiram multiplicando-se os casos emblemáticos de mortes, desaparecimentos em operações policiais e graves violações de direitos humanos no estado da Bahia (Freitas, 2015, pp.68).

Em paralelo ao processo de intensificação dos aparatos de policiamento na capital baiana entre os anos de 2007 e 2010, o Governo do Estado começou a desenhar um Plano de Segurança Pública com base nas experiências de outros estados nordestinos<sup>3</sup>, dando corpo ao programa que hoje é conhecido como Pacto Pela Vida (PPV). Discursivamente, o PPV foi apresentado para a sociedade como uma nova política de segurança, integrada entre diversas secretarias do Estado, contando, inclusive com ações no campo social, que seriam voltadas para as “áreas identificadas como críticas em termos de criminalidade, de modo a reafirmar direitos e dar acesso a serviços públicos” (Pacto Pela Vida, 2016).

---

3. O programa Pacto Pela Vida se baseia em um plano desenvolvido pelo Governo do Estado de Pernambuco, de mesmo nome, implementado em 2008 (AVELAR, 2016, pp.53).

O que se afere na prática - desde a implementação do programa, em 2011, até os dias atuais - é a falta de conceitos e abordagens ancoradas em estudos e experiências sobre segurança pública, apresentando uma repetição das tendências conservadoras baseadas “na ideia de criminalidade para definição dos objetivos da política de segurança” (Avelar, 2016, pp. 55).

O pacote criminalizador, assim, é recepcionado a cada “nova” política de segurança, a cada novo “Pacto”. Legitimadas por discursos que acionam os estigmas racializados que perpassam raça e espaço urbano (Avelar, 2016, pp. 46).

Avelar (2016) discorre sobre a forma como a segurança pública e as políticas urbanas têm sido construídas em Salvador, onde 80% da população se autodeclara enquanto negra (BAHIA, 2016). A autora aponta que o Estado opera a partir de um “dispositivo de racialidade [...]”, onde dentro da lógica de “fazer viver e deixar morrer”, os “deixados à morte” são preferencialmente os corpos negros” (Avelar, 2016, pp.116-117).

Essa lógica onde se definem as condições de aceitabilidade dos corpos que são deixados à morte, é abordada por Foucault (1999) como um instrumento que possibilita o exercício do Estado no seu modo assassino, onde é estabelecida uma “condição para que se possa exercer o direito de matar” (Foucault, 1999, pp. 300). É aqui que Foucault insere em suas reflexões sobre as tecnologias e dispositivos de poder, um debate acerca do racismo.

É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer [...] Essa é a primeira

função do racismo: fragmentar, fazer censuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder. (Foucault, 1999, pp. 305)

A partir dos debates incorporados por Foucault, Carneiro (2005) constrói a ideia do “dispositivo de racialidade”, aplicando os conceitos foucaultianos da Biopolítica no campo das discussões raciais. Para Carneiro, a raça se coloca como um demarcador de verdade sobre o sujeito, e o dispositivo de racialidade, por sua vez, acaba por disciplinar as relações raciais na sociedade brasileira, determinando, assim, quem deve morrer e quem deve viver (Carneiro, 2005). Essas reflexões sobre a relação entre as presenças negras na cidade e os desdobramentos da violência e da atuação do estado, conecta-se também com o conceito proposto por Achille Mbembe (2016) sobre a necropolítica, compreendendo-a enquanto uma ferramenta contemporânea, pela qual o significado da vida está submetido ao poder de matar. Esse panorama contribui para pensar a forma como a violência e as políticas de segurança se distribuem na cidade de Salvador, balizadas por perspectivas raciais, sociais e espaciais. Ainda, colabora também com a discussão aproximada da comunidade da Nova República, na Região Nordeste de Amaralina, que será desenvolvida no próximo tópico.

## 3.4

**(In)seguranças  
e violências na  
Nova República:  
aproximações com  
o tema a partir  
da infância na  
comunidade.**



**A** comunidade da Nova República ocupa um território onde se sobrepõem múltiplas camadas presentes em ações e políticas que muito se aproximam do conceito das “políticas de morte”. De forma mais circunstanciada, é um espaço urbano que tem seu cotidiano atravessado por violências e violações de direitos, assim como por ausências e presenças de políticas estrategicamente manejadas para cercear determinadas existências e possibilidades de existir na cidade. As ideias em torno das políticas de morte aqui utilizadas se apoiam na concepção de necropolítica pautada por Achille Mbembe (2011), que, por sua vez, se ancora nas discussões mobilizadas por Foucault para falar sobre um racismo de Estado presente nas sociedades contemporâneas onde é possível ditar quem pode viver e quem deve morrer.

Como já abordado em tópicos anteriores, a aproximação com o tema em questão se deu a partir de um processo de interlocução com a infância na comunidade, que disparou reflexões sobre a indissociabilidade presente na relação entre as vivências das crianças periféricas, as políticas urbanas e os planos de segurança pública implementados nestes territórios, que, em grande parte das vezes, se dão na chave do policiamento, da vigilância e do monitoramento. Há, também, um cuidado em considerar os contextos de desigualdades presentes dentro dessa discussão, para não homogeneizar as experiências dessas crianças moradoras de periferia, elas vivenciam vulnerabilidades diferentes e, conseqüentemente, se relacionam de formas diferentes com o espaço urbano.

### 3.4.1. As infâncias entre espaços de liberdade e monitoramento

Na Nova República as crianças vivem entre o paradoxo da liberdade de correr e percorrer as ruas com certa autonomia e a imposição de alguns limites que não podem ser ultrapassados. Os relatos revelam a coexistência da curiosidade e do medo em seus trajetos pela comunidade. A vontade de desbravar novos lugares vem acompanhada do receio de se aproximar do desconhecido, até porque, muitas vezes, o desconhecido implica no afastamento da sociabilidade e do convívio local ao qual estão acostumadas.

O processo de aproximação com a infância revelou que o espaço de transição entre a Nova República e a Pituba - bairro de elite - é apontada como território de medo pelas crianças. Em entrevistas realizadas com as crianças, ao serem questionadas sobre os lugares que elas evitam percorrer e/ou onde sentem medo, grande parte das respostas incluíam essa região de transição, ou até o próprio bairro da Pituba.

– E onde você sente mais medo?

– Lá perto do campo dos 3 corações. [...] Porque é onde fica perto do boqueirão, e da entrada da Pituba, não gosto de ir lá.

(Morador da Nova República, 11 anos)

– E onde você sente medo por aqui?

– Ah, também não gosto muito daquelas ruas que começam a entrar na Pituba. Às vezes ali fica escuro e vazio, e os prédios são muito altos.

(Morador da Nova República, 12 anos)

– E onde você tem medo de correr?

– Do lado de lá (aponta no mapa para a parte que faz divisa com a Pituba). A rua lá fica sempre escura, sem ninguém, e por causa da polícia.

(Moradora da Nova República, 12 anos)

Os contrastes físicos que marcam a fronteira entre esses dois bairros são bastante significativos e interferem na forma como as crianças vivenciam o trânsito e a permanência nesse local. De fato, os prédios residenciais da Pituba que ficam mais próximos da Nova República, recebem uma estrutura privada de segurança e vigilância que é muito marcante visualmente. Davis (2006), ao abordar sobre as cidades do terceiro mundo e os conflitos vividos pelos pobres que habitam as áreas centrais, se debruça sobre a “arquitetura do medo” e o estilo de vida fortificado adotado pelas elites para se protegerem da suposta insegurança que permeiam os territórios populares, apontando que este tipo de tática é ainda mais evidente “nas grandes sociedades urbanas com as maiores desigualdades socioeconômicas: África do Sul, Brasil, Venezuela e Estados Unidos” (Davis, 2006, pp. 119).

O autor ainda reflete sobre como essa busca pela segurança se figura como uma obsessão urbana das elites contemporâneas que têm causado grandes impactos nas formas de produzir e de habitar as grandes cidades:

É importante perceber que estamos lidando aqui com uma reorganização fundamental do espaço metropolitano, que envolve uma diminuição drástica das interseções entre a vida dos ricos e a dos pobres, que transcende a segregação social e a fragmentação urbana tradicional. Alguns autores brasileiros recentemente falaram na “volta à cidade medieval”, mas as consequências da

secessão entre a classe média e o espaço público, assim como de qualquer vestígio de uma vida cívica junto com os pobres, são mais radicais (Davis, 2006, pp. 121).

Milena Conceição Oliveira (2006) contribui para a discussão mobilizada ao tratar da relação da RNA com a cidade, e mais especificamente com os bairros de elite que a rodeiam (Figura 60).

O Nordeste de Amaralina representa, dentro da extensão mais ampla da cidade de Salvador, uma “mancha incômoda”, enclavada no meio de “enclaves fortificados”. O que o separa dos chamados bairros nobres que lhe fazem fronteiras são, para além de suas características sociais, os muros e as tecnologias de segurança (Oliveira, 2006, p.63).

**Figura 60: Vista panorâmica da relação geográfica entre a Região Nordeste de Amaralina e os bairros vizinhos**

Fonte: Acervo Nordeste Eu Sou, 2015



### 3.4.2. Uma Nova República de muros e fronteiras

Os processos de segregação e exclusão aos quais a comunidade da Nova República e a RNA como um todo estão submetidas, têm reflexo direto na estrutura urbana e no planejamento do território. Além das interferências no âmbito privado e das relações com os condomínios dos bairros de elite, o estado também maneja presenças e ausências de equipamentos, aparatos e políticas a partir de lógicas pautadas na segregação socioespacial.

O tema das fronteiras – simbólicas e físicas – presentes no território, estende-se para as relações de segregação e opressão vivenciadas pelas crianças. Avelar (2016) reflete sobre a existência dos muros na RNA e aponta que esses elementos de divisa sugerem “a constituição de dois mundos: a cidade quilombada do lado de cá e a cidade europeia do lado de lá” (Avelar, 2016, pp. 71).

Pela vista que se apresenta à minha frente vejo, ainda, como aquele bairro encontra-se encurralado por construções dos bairros de classe média que o circundam - Pituba, Rio Vermelho, Amaralina e Itaigara. Bairros que, como a Pituba e o Itaigara concretizam em muros a sua separação sócio-racial em relação ao território negro vizinho (Avelar, 2016, pp. 72).

Além das tentativas físicas de separação impostas pelos bairros de elite que cercam a região, outros muros são simbólicos para as crianças da Nova República, como é o caso do paredão que separa a comunidade do Parque da Cidade, um dos grandes parques urbanos de Salvador e dos poucos equipamentos de lazer disponíveis nas proximidades. Para contextualizar o cenário é necessário pontuar que uma grande extensão da comunidade faz fronteira com Parque, fronteira essa que tentou ser bem delimitada pelo poder público municipal com a construção de

um muro de alvenaria com cerca de arame farpado no topo. Isso ocorre ao mesmo tempo em que as faces do parque que são voltadas para os bairros de elite são delimitadas apenas por um gradil escultórico.

Apesar da presença incisiva desse elemento de divisão, a relação das crianças com o parque é de afeto e diversão, tendo esse equipamento sido elencado por várias delas como um dos lugares preferidos e o muro, por sua vez, sendo visto como algo a ser atravessado da forma que for necessária (Figuras 61 e 62).

– E o parque da cidade? Você vai muito lá?

– Às vezes, pra catar manga. Eu pulo o muro ou entro pelos buracos que tem ali do lado.

– Esse muro do parque, sempre teve?

– Sempre, desde que eu lembro. Mas a gente que é criança sempre pulou, ou atravessou pelos furos que tem nele pra brincar do outro lado, ou na areia. (Morador da Nova República, 9 anos)

–E esse muro aí da frente, que divide a comunidade do Parque, sempre existiu?

– Minha mãe dizia que não, era tudo aberto, dava pra ver as árvores e os bichos às vezes vinham pro lado de cá. Mas eu não lembro direito não, minha mãe que lembra. (Moradora da Nova República, 12 anos)

As tensões e questões que emergem a partir das relações entre a Nova República, os bairros nobres circundantes e o Parque da Cidade, revelam também uma série de discussões relativas ao trânsito entre formalidade e informalidade, regularidade e irregularidade, que afetam as vivências das crianças e a maneira como elas enxergam o lugar em que vivem.



**Figura 61: Muro que divide a Nova República do Parque da Cidade**

Fonte: Imagem capturada a paratir do G. Street View, 2020



**Figura 62: Furo no muro mencionado pelas crianças**

Fonte: Imagem capturada a paratir do G. Street View, 2020

Durante as atividades de cartografia desenvolvidas, inclusive, um ponto bastante abordado foi sobre os contrastes entre as qualidades das habitações tanto dentro da comunidade, comparando partes mais pobres e precárias com outras mais consolidadas, como fora, trazendo a comparação com a Pituba. Quando questionadas sobre as possibilidades de transformação para o lugar, adesivos de “mais ajeitado”, “mais bonito” e “melhor organizado” foram colados na região da ocupação do Pé Preto, um dos espaços mais pobres da Nova República, por exemplo.

O Pé Preto fica localizado na região do areial próximo à Pituba, que foi recentemente ocupado pela população local em condições precárias, com casas de madeirite e total ausência de infraestrutura urbana (Figuras 63 e 64). Apesar de identificarem a necessidade de transformação e melhora daquele lugar, os relatos das crianças, de certa forma, denunciam a criminalização da informalidade na comunidade por parte do estado - que para elas é representado principalmente pela figura da polícia.

– E o Pé Preto, sempre esteve ali?

– Não, não tinha casa nenhuma. Era tudo de areia branca, que nem a do Parque, o povo que invadiu ali tudo pra fazer casa. Os “homi” (policias) não gostam, já tentaram tirar... Mas é algo novo, eu lembro quando começaram a fazer casa!

(Moradora da Nova República, 10 anos)

– E aquela região do início da Pituba, sempre teve aqueles prédios ali?

– Não lembro direito. Mas tem aquele prédio que divide os rico da favela, que tá abandonado, sabe? Fizeram



o prédio lá e o pessoal não quis ir morar porque era de frente pra favela, ai abandonaram. Ai os povo do Pé Preto ia invadir lá, mas não deixaram não. Mas tinha que deixar né não? Não tem ninguém, tudo abandonado lá! Botaram todo mundo pra fora... Mas o povo do Pé Preto conseguiu pegar pelo menos algumas portas e janelas e botaram nas casas lá do lado.

(Morador da Nova República, 12 anos)

**Figura 63:**  
**Comunidade do Pé Preto**

Fonte: ARAÚJO; PARDO,  
2019



**Figura 64:**  
**Cartografia produzida  
junto às crianças da  
Nova República**

Fonte: ARAÚJO; PARDO,  
2019



A urbanização informal é caracterizada por uma lógica de produção do espaço que pode ser identificada tanto em condições de pobreza, como em classes ricas, revelando linhas tênues entre conceitos de legalidade e ilegalidade, formalidade e informalidade, cidade e não-cidade. No caso de Salvador, a própria relação entre a Região Nordeste de Amaralina e a Pituba é posta nessa ambiguidade, tendo como exemplo os tipos de vínculos que esses dois espaços estabelecem com o Parque da Cidade. No primeiro, especialmente na comunidade da Nova República, o limite de relação com o Parque está demarcado, além do muro, por restrições de horários para o acesso, seja como passagem até o ponto de ônibus da Avenida ACM, ou para utilização desse local pelos trabalhadores ambulantes. Para o segundo, que se configura como um bairro de classe média alta, é permitido, inclusive, a redução da cobertura vegetal para construção de empreendimentos de luxo.

É importante compreender que, em Salvador, o contexto da ilegalidade, informalidade e não-cidade, para além das diferenças econômicas, é pautado pela questão das relações étnico-raciais, que relegam à esses sujeitos, a condição de problemas sociais, incidindo sobre eles pelo dispositivo da violência. A postura do Estado, nesse sentido, costuma seguir por dois caminhos. A urbanização de favelas é um deles, e atua desconsiderando os diferentes modos de vida e de produção da cidade que existem nesses locais, contribuindo para o aumento das desigualdades, da invisibilidade e da insegurança. O outro modo é a erradicação, principalmente em espaços com atividade imobiliária crescente, deslocando famílias pela cidade, e afastando-as do acesso à áreas com infraestrutura, bens e serviços urbanos consolidados.

Esse segundo caminho pelo qual o Estado costuma conduzir a existência de favelas próximas a locais com expansão das atividades imobiliárias, que é o da erradicação, se coloca como um estado de alerta e medo constantemente vivenciado pelos moradores da Nova República, que acaba refletindo também em tom de preocupação nas falas das crianças. Como já abordado anteriormente, por conta de sua localização geográfica privilegiada, na Orla Atlântica de Salvador, a RNA sofre um processo histórico de tentativas de expulsão, sendo ameaçada de um lado por imobiliárias interessadas na compra de barracos e áreas livres para a construção de prédios residenciais para a elite, e do outro pela atuação dos poderes públicos.

A partir das experiências vividas pela RNA é possível estabelecer também conexões entre a abordagem da erradicação das favelas em áreas centrais e as políticas públicas de segurança implementadas nesses locais, revelando a dimensão do policiamento e da vigilância dos corpos que habitam as favelas próximas de áreas nobres, quando não com fins de expulsão, pelo menos com objetivo de controlar essa presença e monitorar suas sobreposições no espaço.

### 3.4.3. A intensificação dos aparatos de policiamento na Região Nordeste de Amaralina e o Programa Pacto Pela Vida

As abordagens e ações efetivadas no âmbito dos planos e políticas de segurança pública historicamente implementados na Região Nordeste de Amaralina (RNA), impactam e atravessam diretamente as vivências e experiências urbanas das infâncias na Nova República. As políticas de monitoramento e policiamento são também responsáveis pela delimitação e cerceamento da permanência e da vida desses sujeitos nos espaços da cidade. Vilma Reis (2005), ao abordar sobre as políticas de segurança pública em Salvador, afirma que crianças, adolescentes e jovens negros são

[...] os alvos das políticas de controle mais severas e discriminatórias, fazendo com que a cor da pele [...] transforme raça, classe, local de moradia e outras dimensões identitárias desses grupos alvo, em capital simbólico negativo, através da ação do próprio Estado, que tem como marca das suas políticas de segurança a prática do racismo institucional. (REIS, 2005, p.64).

Esses sujeitos, que são entendidos por Reis (2005) como alvos de políticas discriminatórias de controle, trazem em suas narrativas sobre Nova República situações vivenciadas na corda bamba entre a vigilância das armas e das abordagens policiais e as consequências que as sujeições e imposições do tráfico refletem no território. A região do Boqueirão, por exemplo, que é entendida pelos moradores como zona de conflito entre o tráfico e a polícia, é também considerada por grande parte das crianças como um dos locais de insegurança, que não podem/devem ser acessados sem a presença de um adulto.

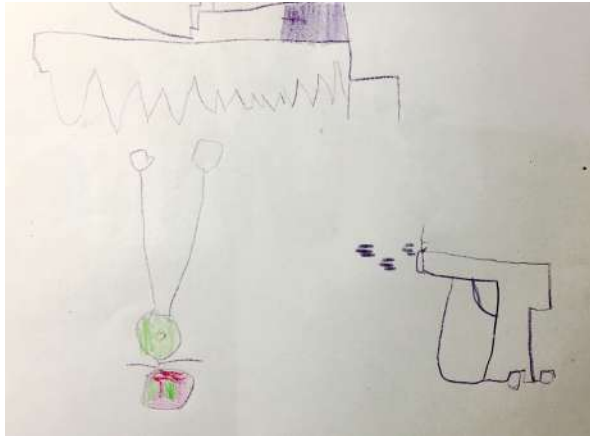
– Onde você tem mais medo?

– Nas ruas aqui de trás, que sempre tem muito tiroteio. E no Boqueirão. Tem muita gente que passa por lá e é baleada no tiroteio mesmo sendo inocente. Quando vou lá é sempre com minha mãe, e quando passamos ela vai comigo de mão dada, mesmo eu sendo mais velha.

(Moradora da Nova República, 12 anos)

**Figura 65:**  
**Desenho de arma**  
**de fogo feito por**  
**uma das crianças**  
**durante atividades**  
**na biblioteca**  
**comunitária da**  
**Nova República**

Fonte: Acervo  
das crianças  
da biblioteca  
comunitária da Nova  
República, 2019

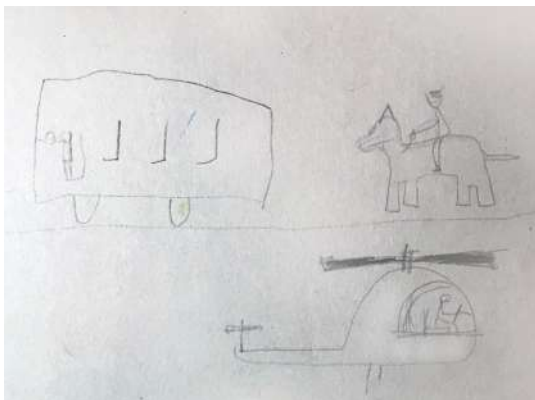


O período entre os anos 2007 e 2010 foi marcado pelo fortalecimento das ações de aparelhamento da força policial na RNA, especialmente na comunidade da Nova República. O estado de controle e vigilância, que passa a ser instaurado com mais intensidade sobre o território, reflete diretamente na maneira como a(s) infância(s) vivenciam esse lugar, não à toa, os relatos desses sujeitos sobre a comunidade são preenchidos por narrativas que sempre abordam as fronteiras entre limite e liberdade, proibição e permissão. Essas fronteiras são transforma-

das e agenciadas a partir, principalmente, da forma como as operações policiais e a presença do tráfico passam a ocupar determinadas ruas e equipamentos na região.

**Figura 66:**  
**Presença de elementos**  
**utilizados pela Polícia Militar,**  
**registrados por criança**  
**em atividade na biblioteca**  
**comunitária**

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019



É importante também chamar atenção para mais uma face da violência e do policiamento na região e na vida das crianças que habitam a RNA, que revela que, em determinados espaços da região, as suas próprias casas também ocupam o lugar do medo. Significa dizer que não é apenas na rua que é preciso estar em alerta, e muitas crianças sabem e sentem isso. Durante as interlocuções em campo foram registrados relatos sobre a sensação de insegurança sentida pelas crianças dentro das suas próprias casas:

- Onde você se sente mais seguro na Nova República?
- Nem em casa, porque às vezes “os homi chega” metendo o pé na porta, atirando adoidado.

(Morador da Nova República, 13 anos)

– Onde você se sente mais segura na Nova República?

– Em nenhum lugar. Só em casa. Aliás, “os homi” às vezes “entra” nas casas também. Já entraram lá em casa dizendo que a gente “tava” escondendo ladrão. Essas casas da minha rua entram muito porque tem duas portas que dá acesso pra outra rua, mas muita gente fechou as portas com tijolo pra pararem de fazer isso, lá em casa mesmo não tem.

(Moradora da Nova República, 13 anos)

É também nesse período que o Plano de Segurança Pública Pacto Pela Vida (PPV) começa a ser implantado pelo Governo do Estado. Como já abordado anteriormente, o lançamento do programa vinha acompanhado de um discurso de policiamento comunitário, baseado na aproximação e no respeito aos moradores. Contudo, essa promessa não é cumprida, Avelar (2016) se debruça sobre o programa e seus reflexos na RNA cinco anos após sua instalação, e aponta que

[...] a relação das Bases estatais, com o GNA [Grande Nordeste de Amaralina, nesta pesquisa abordada como RNA - Região Nordeste de Amaralina], especialmente com a juventude local, continua sendo baseada na suspensão, repressão e controle (Avelar, 2016, pp. 46).

A forma como o PPV é territorializado em Salvador e Região Metropolitana conta com a instalação de Bases Comunitárias de Segurança (BCSs) que funcionam como estruturas físicas estrategicamente posicionadas em espaços considerados com alto índice de criminalidade, evocando a ideia de um instrumento “que aproxima a polícia dos moradores e aumenta a sensação de segurança nessas áreas” (Pacto pela Vida, 2015). Entretanto, as bases acabam representando

para os territórios onde estão inseridas a resposta de um Estado que marca sua presença através do braço armado policial (Avelar, 2016, pp.46).

Contrariando o discurso defendido pelo governo estadual, quase todas as crianças que participaram do processo de interlocução relataram um sentimento de afastamento e de medo em relação às bases:

– **Onde você não vai aqui na comunidade porque tem medo?**

– [...] não gosto de ir pro lado da Pituba. Ou ficar perto das bases por ali sabe.

– **Então você não vai muito pra base comunitária?**

– Eu mesmo não. Não gosto. Mas minha escola é do lado né. Tem um muro entre a escola e a base, mas tem um portão no muro, um dia eu entrei pra beber água, mas não gosto de ir lá não. Mas eles podem ver a escola e as coisas lá né.

– **Quem fica na base?**

– Só policial. Dizem que essas coisas da base é pra ajudar morador, mas não é não, é só pra ficar as polícia mesmo. (Morador da Nova República, 9 anos)

Uma questão importante a ser levada em consideração quando se relaciona a existência das BCSs com as vivências das crianças da Nova República, é pensar sua localização próxima a espaços utilizados pelas mesmas - como ao lado de escolas, e até dentro de equipamentos para fins socioeducativos. De forma geral, a presença das bases e dos policiais intimida a utilização de tais equipamentos pelas crianças, além de se colocarem como um dispositivo de monitoramento dos corpos que transitam entre esses espaços.

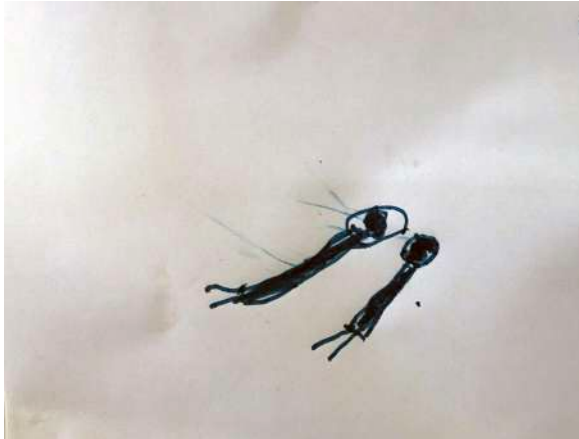


Os relatos e experiências das crianças da Nova República sobre as bases e os policiais, fazem pensar acerca do cerceamento e da repressão ao lazer na comunidade. A presença desses atores e aparatos de policiamento, que se colocam no território a partir de um modelo de controle e gestão territorial, simboliza, de certa forma, um dispositivo de negação ao uso dos espaços e equipamentos urbanos, e, portanto, uma negação do acesso à cidade. Ainda, percebe-se também a forma como o Estado se revela e é apresentado para elas, sendo personificado, em grande parte das vezes, pelo braço armado policial.

**E como é viver com a polícia em tantos lugares que você tem que ir aqui no bairro?**

— Eu não gosto, ela mata. Ela pega 2, um ela mata e o outro baleia, só pra dizer que foi baleado e que teve troca de tiro.

(Morador da Nova República, 9 anos).



**Figura 67:**  
**Representação da morte**

Fonte: Acervo das crianças da biblioteca comunitária da Nova República, 2019



# capítulo 4

Alianças  
para viabilizar  
a vida: arranjos  
comunitários,  
tecnologias sociais e  
práticas coletivas

## Conto #04

# Um monte de livros e mundo de coisas novas!

As ruas da Nova República estavam agitadas com o movimento de meninos e meninas que saíam da escola. As mulheres da comunidade, muitas delas mães e avós dessas crianças, se reuniam na porta de casa, de onde tinham uma boa visão do pistão: o caminho que as crianças percorriam enquanto voltavam da escola para suas casas. Era uma cena comum, uma tradição que se formou ao longo dos anos. Elas se organizavam para olhar pela janela, conversando e trocando histórias enquanto mantinham um olhar atento sobre os meninos.

A mãe de Pôcas e a avó de Flor faziam parte dessa rede de mulheres que se apoiavam de forma intuitiva, preocupadas com a segurança das crianças. Elas compartilhavam sorrisos e acenos quando viam seus filhos passando, mas também estavam lá para garantir que ninguém se metesse em encrenca.

Quando estava passando pela praça, Pôcas reparou que a banca de acarajé de Dona Zefa, estava mais movimentada do que de costume. Isso porque uma das “Prós” estava por lá conversando com Dona Dora e, atrás dela, uma “renca” de menino que queria participar das atividades na biblioteca.

As quartas-feiras costumavam ser um dos dias preferidos das crianças que circulavam naquelas áreas: era dia de abrir as portas da biblioteca, e com elas abrir também as portas mundo!

Pôcas se aproximou da Pró, queria tentar ouvir a conversa dela com Dona Dora, pra saber se havia alguma novidade legal vindo aí. Elas falavam sobre a associação de moradores e o papel importante que esse espaço tinha na comunidade. Dona Dora, que era uma das lideranças comunitárias mais antigas da região, contava para a Pró sobre todas as atividades que eles tinham planejado para as crianças nos últimos anos: de ballet às aulas de percussão, passando pela capoeira e pelo... Vixe! Pôcas tinha esquecido que em poucos minutos começava o reforço escolar, e era ali mesmo, na Associação!

Quando viu que sua presença estava sendo notada na conversa, fez um aceno para a Pró, como quem diz que já já retornava. Seguindo no caminho para casa, avistou a vó de Flor na janela, e se aproximou curioso para saber se sua amiga poderia ir junto com ele para a biblioteca mais tarde. Enquanto a senhorinha respondia, mesmo sendo de poucas palavras, Pôcas entendeu a frase que já sabia que estava por vir: "só depois do reforço escolar, viu?"

Dois casas depois da casa de Flor, vinha a de Balinha. Pôcas resolveu assumir a missão de convocar mais integrantes do grupo da pracinha para comparecer à biblioteca naquele dia. Não demorou muito para ouvir Balinha gritando "De novo vó?" Era a sua avó, pedindo que ele trocasse a bermuda por outra que ela havia acabado de costurar. As avós tinham seus truques para proteger os netos. Enquanto a de Flor tentava sempre mantê-la perto de casa, a de Balinha, que conhecia o neto desbravador que tinha, costurava o bolso de sua bermuda, de forma que ninguém pudesse colocar algo lá para incriminá-lo. Ela fazia isso com cuidado e preocupação, certa de que Balinha estaria mais seguro assim.

"Pô, mas logo o bolso, que é o melhor lugar para carregar as bolinhas de gude!" lamentou Pôcas...

Com o convite feito para Balinha, Pôcas seguiu em direção a última casa que havia antes da sua: a do Professor. Questionou para si mesmo se iria encontrá-lo em casa, mas sabia que provavelmente não. Em dia de biblioteca, o Professor era sempre o primeiro a chegar! Dito e feito. No tempo que Balinha tinha feito seu

trajeto com algumas paradas não programadas, o Professor já tinha almoçado, tomado banho e estava saindo para ajudar a pró a organizar as atividades do dia. "Te encontro na biblioteca quando sair do reforço!" Gritou Pôcas para o seu amigo.

Com o tempo passando mais rápido que o esperado, Pôcas quase não precisou se preocupar com distrações que acalmassem sua curiosidade para saber qual seria a atividade do dia na biblioteca. Em um piscar de olhos já era hora de encontrar seus amigos em um dos seus lugares preferidos na comunidade.

Viu de longe que a Pró estava com outras crianças colando algo na parede da frente da biblioteca. Se aproximou e observou um cartaz que dizia: "Mostra cultural da Nova República! Participe!" Ainda não sabia ao certo o que seria isso, mas entrou na biblioteca animado para ouvir a explicação da Pró.

Os dias por lá eram sempre assim: um monte de livros e mundo de coisas novas!



**4.1**

**Anúncio: O plano  
coletivo é viver para  
além do ano 3000!**



- Até que ano será que nós vamos existir?
  - Eu vou viver até dois mil.... Três mil!
  - No ano 3 mil os Mbya-Guarani vão existir ainda?
  - Isso vai durar quantos anos?
  - É, vão existir ainda. Os outros, os filhos, seus netos...
  - As crianças!
- (NO CAMINHO com Mário., 2014, 19'34'')

Durante uma caminhada pela aldeia Koenju, duas crianças Mbya-Guarani conversam sobre suas vidas, alguns truques de mágica e os desafios da realidade Mbya-Guarani de hoje. A conversa é registrada no documentário “No caminho com Mário”, do Coletivo Mbya-Guarani de Cinema, que acompanha os deslocamentos do jovem Mário e de seus amigos que vivem entre a aldeia e a cidade de São Miguel das Missões/RS. Dentre as muitas possibilidades e reflexões que emergem a partir dessa conversa, chama atenção a ideia de uma existência coletiva trazida pelas crianças, e, mais ainda, de uma concepção de vida alongada no tempo. Viver até o ano 3 mil parecia um bom plano compartilhado de existência no mundo. Lá, naquele futuro distante, que nem se sabe quantos anos vai durar para chegar, ainda vão existir as crianças Mbya-Guarani.

A conversa entre as crianças captada no filme, atravessa a pesquisa em muitas camadas, temporalidades e momentos diferentes, desde a elaboração das questões até a reflexão sobre as práticas vivenciadas. Lidando com o contexto das infâncias em territórios periféricos e sendo constantemente informada por

imagens, relatos e narrativas de violências e violações de direitos que estão presentes na vida dessas crianças - onde a morte e o medo eram "lugares" acionados com frequência -, ouvir, também a partir da infância, sobre um plano coletivo de existir até o ano 3 mil foi extraordinário.

Com atenção aos recortes e as distâncias que diferenciam essas experiências de infância (das crianças Mbya-Guarani e das crianças da Comunidade da Nova República, em Salvador), arrisca-se aqui construir um diálogo esperançoso e ancorado na diversidade de lógicas e práticas existentes que são capazes de reeditar as experiências de vida em territórios que, muitas vezes, estão condicionados a interdições e violências que cerceiam suas existências, e que, no recorte trabalhado, atravessa principalmente as infâncias periféricas, negras e pobres. Olhar para a cidade, e pensar sobre ela, junto com essas infâncias, evidenciou escapes, invenções e arranjos que contribuem para (re)pensar estudos, planos e políticas do urbano a partir de imagens e narrativas de viabilização da vida. É justamente neste ponto que esta pesquisa está circunscrita, buscando acionar um repertório de leitura e de pensamento sobre a cidade, as favelas, as comunidades e as periferias, a partir de referenciais e dinâmicas de vida que informem para além da precariedade, da violência e da ausência.

Esse exercício de ampliar o repertório e as formas de ler, pensar e narrar a cidade é mobilizado pela pesquisadora e professora Gabriela Leandro Pereira, que estuda temas vinculados ao urbano, questões étnico-raciais, de gênero e diversidade.

[...] quando eu falo em acionar outras dimensões que não apenas da ausência e da precariedade como forma de compreender a viabilização da vida nas cidades, é porque

historicamente existem processos de resistência, de organização, de permanência e de viabilização da vida que são constituídas nos territórios negros que não cabem nessas categorias “precariedade”, “ausência” ou “escassez”. Os territórios negros têm inventado modos de vida de sobreviver as adversidades e essas dimensões talvez sejam mais estruturantes para pensar esses territórios do que só a ausência e a precariedade. Isso não é necessariamente ingênuo ou romântico, acho que tem uma dimensão óbvia de dar conta de várias precariedades existentes e que são estruturais pelo abandono histórico e estrutural desses territórios, mas isso não os reduz. (PEREIRA, 2020, s/p)

Não é sobre negar o olhar para as violências e as violações que incidem sobre espaços e corpos periféricos, nem polarizar a relação entre as políticas de morte e os arranjos que são construídos para garantir a continuidade da vida ali, mas de entender como essas dimensões se atravessam e precisam ser entendidas também em suas imbricações. Mais ainda, como elas informam e formam repertórios de pensamento e de ação que são muito importantes para o campo de estudo e de produção das cidades.

Pereira (2020) também reflete sobre o reconhecimento das práticas coletivas, dos arranjos comunitários, das alianças afetivas e das tecnologias sociais construídas para viabilização da vida:

[...] são processos historicamente constituídos a partir de lutas, de construções de alternativas, de permanência, de viabilização da vida, entender enquanto tecnologia social todas as organizações, todas as práticas coletivas. Compreender também o lugar das dimensões individuais nesses territórios, que não é dual e está muito mais na

chave da negociação com o outro, do que propriamente pautar apenas nas resistências ou potências, apenas nas precariedades ou ausências. Eu acho que é entender esse processo enquanto um processo contínuo de negociação para viabilizar a vida. (PEREIRA, 2020, s/p)

No processo de interlocução com as infâncias na comunidade da Nova República, os relatos das crianças sobre o lugar em que vivem transitavam entre o sonho e o real, entre a imaginação e a concretude, e, apesar dos registros de medo e insegurança serem acionados com frequência para ilustrar suas experiências urbanas, os anúncios de vida, existência e continuidade também se faziam presentes. É sobre essas evidências, anúncios e registros que esse capítulo vai se debruçar, sem tentar construir uma visão de polarização, ou de dualidade entre as políticas de morte e as alianças para a vida.

**Figura 68: Trecho do filme no caminho com Mário**

Fonte: COLETIVO MBYA-GUARANI DE CINEMA, 2014, 19'34"



## 4.2

# Das infâncias na **encruzilhada** às alianças para viabilização da vida



Pensar sobre as políticas de morte e as alianças de vida em atravessamento coloca a necessidade de considerar os conflitos, os encontros e os multi direcionamentos que surgem a partir desse cruzamento, onde emergem imagens, simbologias e percepções de cidade e de mundo, a partir do diálogo com as crianças. É nessa perspectiva que parece interessante mobilizar a ideia de encruzilhada como repertório metodológico e de construção do pensamento. Contudo, é importante pontuar que não propõe-se aqui mergulhar de forma aprofundada sobre a temática da encruzilhada, mas, a partir dela, balizar algumas reflexões e formas de ler e de elaborar os discursos que compõem a escrita deste trabalho.

Ao refletir sobre temas em torno da vida e da morte, por exemplo, a tentativa de fugir da chave da dualidade e da contraposição exigiu um exercício constante de alimentar a pesquisa com repertórios que estão ancorados nas possibilidades que nascem justamente das confluências e dos atravessamentos, como se propõem as reflexões mobilizadas a partir da ideia de encruzilhada.

Olhar para as pistas, evidências, códigos e linguagens reveladas nesse processo de aproximação com infâncias em um território periférico de Salvador, revelou diversas camadas e escalas de coexistência importantes para pensar as infâncias a partir da encruzilhada. O pesquisador Humberto Manoel de Santana Junior (2018), ao se debruçar sobre a possibilidade de uma epistemologia da encruzilhada, aponta um "ponto ambíguo, podendo ser começo, o fim, mas também

o iniciar de um fluxo que coloca a epistemologia enquanto a possibilidade de confluências" (Santana Junior, 2018, pp. 253)<sup>1</sup>.

Esse entendimento da encruzilhada como um ponto ambíguo, que vem da religiosidade afro-brasileira, revela a potência dos cruzamentos e das relações no processo de construção do conhecimento e de leitura do mundo:

A encruzilhada é esse ponto de encontro, mas também local de tomada de decisões, pois é nela que os caminhos se encontram, mas também onde se escolhe o caminho para seguir. No trajeto que leva a pessoa para essa encruzilhada vão existir os conflitos, as tensões, e são construídos caminhos que levam a possibilidade de (des) encontros. A noção de encruzilhada nos leva a outra noção importante para pensar as possibilidades, as relações, e os (des)encontros entre os mundos invisível e visível que é a confluência (Santana Junior, 2018, pp.252).

Pensar a partir do encontro entre mundos diferentes direciona a ideia de confluência, que é apresentada por Antônio Bispo dos Santos, como uma "lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza, e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual" (Santos, 2021, pp. 68). O autor, que é lavrador, professor e ativista quilombola imagina sua construção teórica dizendo que um rio não deixa de ser um rio quando conflui com outro rio, ao

---

1. Santana Junior (2018) ancora suas reflexões sobre a encruzilhada a partir da roça do Candomblé e suas práticas, tradições e aprendizados. O autor defende a importância de buscar repertórios não eurocentricos para estudar nossa sociedade não européia, refletindo sobre os modos de aprender a partir das epistemologias africano-centradas, oriundas do terreiro. (SANTANA JUNIOR, 2018, pp. 82)



contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. A confluência, portanto, está associada à construção do pensamento orgânico, do cruzamento entre a sabedoria dos povos tradicionais e outros conhecimentos. É justamente esse cruzamento que possibilita transformar as “divergências em diversidades, e na diversidade atingirmos a confluência de todas as nossas experiências” (Santos, 2021, pp. 69).

Luiz Rufino (2019) também reflete sobre o tema e propõe a estratégia da pedagogia das encruzilhadas, trazendo para a centralidade desse exercício pedagógico saberes e referenciais que por muito tempo ocuparam um lugar de descredibilidade, desvio e esquecimento. Aponta para a noção de encruzilhada como possibilidade de construir novos caminhos, práticas e possibilidades que vão de encontro com a afirmação da vida e que se sobrepõem à “escassez, ao desencantamento e à monologização do mundo” (Rufino, 2019, pp. 12). Face ao desencantamento e à escassez, colocam-se as visões heterológicas e a diversidade de saberes, também como estratégia de denunciar a razão homogênea, binária e dominante:

A orientação pela encruzilhada expõe as contradições desse mundo cindido, dos seres partidos, da escassez e do desencantamento. As possibilidades nascem dos cruzos e da diversidade como poética/política na emergência de novos seres e na luta pelo reencantamento do mundo (Rufino, 2019, pp. 10).

Ancorar-se na estratégia metodológica da encruzilhada implica no desafio de pautar a todo tempo a pluriversalização do mundo, valorizando gramáticas e leituras de mundo produzidas e enunciadas por presenças não hegemônicas,

enfrentando e transgredindo o colonialismo e os repertórios historicamente dominantes. Romper com a hegemonia é também combater o esquecimento, para que as engrenagens coloniais que movimentam violências e violações ainda hoje, não sejam suavizadas e nem esquecidas.

Para esta pesquisa importa não esquecer e, ainda mais, alertar ao campo dos estudos urbanos acerca das implicações das violências e violações de direitos, das injustiças sociais, das estruturas racistas e das problemáticas em torno das políticas urbanas e de segurança que atravessam os territórios periféricos e os contextos das infâncias que vivem esses espaços. Contudo, por outro lado, combater o esquecimento é também retomar sabedorias ancestrais e tecnologias sociais construídas coletivamente, como a própria noção de encruzilhada sugere. Assim, quando essas mesmas infâncias, que vivem entre estruturas necropolíticas de cidade, seguem sobrevivendo e tendo a sua segurança garantida, acredita-se que isso se deve, em grande parte, a existência de redes de cuidado, práticas coletivas, arranjos comunitários, alianças afetivas e tecnologias sociais historicamente construídas de forma autônoma para viabilização da vida nesses territórios.

Rufino (2019) ressalta essas práticas e tecnologias sociais enquanto “sabe-dorias de fresta”, que “encarnadas e enunciadas pelos corpos transgressores e resilientes, sempre estiveram a favor daqueles que as souberam reivindicar” (Rufino, 2019, pp. 9). Nesse sentido, a sabedoria de fresta, e a própria noção de encruzilhada, se dá como

[...] um saber praticado ancestralmente, que aqui é lançado como disponibilidade para novos horizontes que reivindicam a sofisticação de um mundo plural, punjante, vigoroso contrário e combativo ao desencanto do mundo (Rufino, 2019, pp.16).

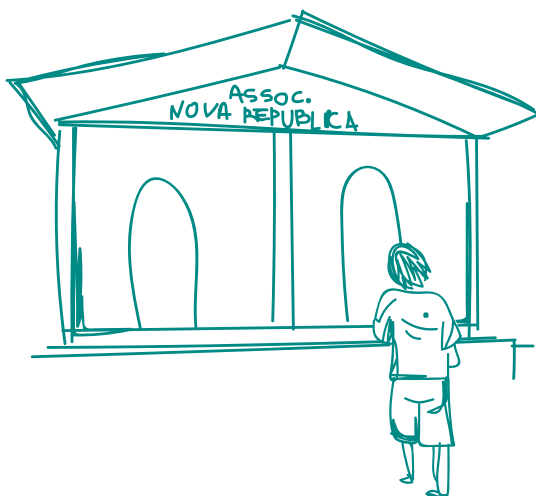
Nas experiências vividas junto à comunidade da Nova República, essas “sabedorias de fresta” foram observadas desde pequenos detalhes, como a avó que costurava os bolsos dos netos para evitar que qualquer coisa fosse adicionada quando eles estivessem caminhando pelas ruas, até os pactos coletivos não oficializados entre as mães que observam os filhos umas das outras pela janela enquanto eles fazem o caminho casa-escola. Em uma escala maior, revela-se também no esforço e mobilização das lideranças comunitárias para garantir espaços de lazer, convívio e educação alternativos ao espaço escolar, ou nas disputas e denúncias políticas que a Associação de Moradores local assume frente às ações truculentas da polícia militar na comunidade.

Essa reivindicação em torno das sabedorias coletivas, ancestrais e plurais como forma de fazer frente às injustiças, violências e ao desencantamento do mundo é também pautada por Ailton Krenak, filósofo, escritor e liderança indígena, nas reflexões que traz no livro *Futuro Ancestral* (2022), onde reforça a importância de cruzar ideias, mundos e saberes. Foi justamente a partir desses cruzamentos que essa pesquisa se aproximou da ideia das alianças afetivas, mencionada por Krenak, como alianças que pressupõem afetos entre mundos não necessariamente iguais (Krenak, 2022, pp. 83).

A concepção de alianças afetivas é utilizada neste pesquisa para pensar acerca das alianças que se constroem como forma de enfrentamento às políticas de morte instauradas sobre corpos e territórios periféricos. Apresenta-se, inclusive, como uma ideia que ajuda a pensar que o que seriam “políticas de vida” podem ser, na verdade alianças para a vida, reconhecendo as alteridades, experimentando outros mundos e se abrindo para cosmovisões.

## 4.3

# Quem garante a **vida** na comunidade da **Nova República**?



**P**ensar sobre a materialização das alianças para a vida na comunidade da Nova República direciona, inicialmente, para uma discussão em torno das redes autônomas e das estratégias coletivas de sobrevivência que são verificadas na forma como moradores e lideranças comunitárias se organizam para garantir que as infâncias não tenham suas existências interdidas. Essas expressões se revelam desde ações orgânicas e intuitivamente produzidas e reproduzidas por esses sujeitos, passando por estratégias e tecnologias sociais, até as práticas organizativas de denúncia, disputa e de luta travadas cotidianamente pela Associação de Moradores local. São formas de se relacionar e de existir no mundo que sugerem políticas de afetividade, empatia e colaboração.

Nesse sentido, cabe mobilizar a ideia de micropolítica e dos sentidos sobre a vida coletiva. Félix Guattari e Suely Rolnik (1996) apontam que as micropolíticas estão associadas as formas em que as relações, os afetos e os desejos operam, sejam em níveis individuais, sejam em níveis coletivos. Trazem também noções em torno das cartografias do desejo, que tratam da representação e mapeamento dessas dinâmicas. Os autores exploram a maneira como os desejos individuais e coletivos são moldados por forças sociais, culturais e políticas. Eles defendem que a micropolítica é uma ferramenta essencial para entender como essas forças operam nas escalas mais íntimas da vida cotidiana, influenciando nossas relações e subjetividades. Essa abordagem destaca a importância de reconhecer as dinâmicas microscópicas do poder e do desejo, que muitas vezes são negligenciadas

em análises macropolíticas, e de olhar para as complexas interações entre o indivíduo e a sociedade, assumindo a compreensão das singularidades enquanto ferramentas de resistência e transformação (Guattari e Rolnik, 1996).

Os vínculos estabelecidos entre os sujeitos e a forma como eles se agrupam podem ser lidos enquanto práticas e lutas sociais que também produzem, incidem e informam sobre a realidade urbana dos territórios. São organizações e mobilizações que se dão no sentido da sociabilidade, como aponta Ana Clara Torres Ribeiro (2005). A sociabilidade é, portanto, uma dimensão da vida coletiva que engloba as práticas sociais e as maneiras como as pessoas se encontram, se relacionam e constroem redes de apoio.

Nesse sentido, Ribeiro sugere a importância de chamar atenção para as práticas de sociabilidade nos estudos sobre as cidades e as relações sociais:

Por sua inscrição em numerosos e incertos eventos, a sociabilidade tende a escapar do pesquisador, entre as malhas da rede de conceitos acionável para o estudo dos contextos sociais. O cotidiano e o lugar trazem a necessidade de refletir sobre o não-dito, o invisível, o anônimo [...] essas dimensões da vida coletiva afirmam-se como as únicas que aproximam a sociabilidade da imaginação sociológica contemporânea (Ribeiro, 2005, pp. 416).

Na comunidade da Nova República essa sociabilidade pode ser verificada, dentre muitos cenários, nas relações de vizinhança e nos pactos coletivos que são assumidos entre os moradores. Exemplo disso, como já mencionado em outras partes dessa dissertação, é a rede orgânica que se forma entre mulheres - na maioria das vezes mães e avós - que ficam atentas, através das janelas de

casa, nas movimentações em horários de entrada e saída das escolas, quando a avenida principal da comunidade, também conhecida como “pistão”, fica repleta de crianças. Esse zelo e cuidado é percebido pelas crianças, que sinalizam que se sentem mais seguras quando estão nos espaços onde os olhos por trás dessas janelas os alcançam. Não por acaso, nas entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa, as crianças revelaram um sentimento de proteção e segurança vinculado as proximidades - físicas e subjetivas - dos círculos de sociabilidade aos quais elas estão inseridas.

Eu gosto de correr aqui nessa rua e ficar com elas [as amigas] no parque mesmo, ou ficar com minha vó.

(Moradora da Nova República, 8 anos)

**[...] E qual o lugar da Nova República que você se sente mais feliz?**

- Aqui nessa praça da frente, na quadra.

**E o lugar que você se sente mais seguro?**

- Aqui também, ao redor da minha casa e na praça.

[...] Eu só fico mais por aqui mesmo, de onde conseguem me ver de casa.

(Morador da Nova República, 11 anos)

Existe uma dimensão importante de ser considerada no que se refere as redes de sociabilidade e articulação em torno dos cuidados coletivos que se formam em territórios como o da Nova República. Essa dimensão está relacionada ao lugar de atuação de mulheres negras, enquanto corpo individual e/ou coletivo, que se organizam e organizam a vida cotidiana nesses espaços. Claudia Adão (2023), que tem seus estudos voltados para temas como racismo, juventude, aspectos políticos e urbanismo, constrói noções em torno dos territórios de vida em bairros periféricos de São Paulo, a partir da atuação de mulheres negras que preservam,

produzem e reproduzem saberes ancestrais que se consolidam como resistências contra formas diversas de opressão na cidade.

Para Adão, essa atuação em rede é também uma forma de construir cidade, incorporando estratégias, atenções e símbolos que são importantes de serem considerados no exercício de pensar e de produzir o espaço urbano. A forma coletiva em que as mulheres negras se inserem nos territórios periféricos sugere uma noção de cuidado coletivo que impulsiona o que pode ser entendido como potencial de vida. Adão defende que territórios de vida são justamente os territórios que manifestam esse potencial de vida por meio de ações, práticas, coletivos, entidades e organizações que são, em sua maioria, mobilizadas por mulheres negras.

Refletindo sobre os sujeitos que estão articulados em torno dessa ideia do que mobiliza o potencial de vida nos espaços periféricos, a própria infância, enquanto categoria social, aparece também como sujeito de transformação e ação sobre o que pode ser entendido como território de vida. Significa dizer que, para além das redes de cuidado e proteção que se formam em torno dessas crianças, e que costumam ser mobilizadas por famílias, lideranças comunitárias e educadores da região, existem também as estratégias de vida, vivência e sobrevivência que são criadas, assimiladas e reproduzidas pela própria infância.

Em uma perspectiva próxima, William Simões, ao se debruçar sobre as territorialidades da juventude rural faxinalense<sup>1</sup> no Paraná, aponta para a neces-

---

1. Esse termo refere-se aos jovens oriundos de comunidades rurais faxinalenses, no Paraná, que se organizam, desde 2005, em torno de um movimento social denominado Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais.



cidade de pensar a juventude em si enquanto uma categoria social que produz suas próprias territorialidades. O autor defende que as relações que os jovens estabelecem com seus territórios de vida estão diretamente associadas com a vida em comunidade, a interação com a biodiversidade, a convivência com as ações coletivas, a união e as relações familiares. Simões aponta que os jovens expressam

as múltiplas dimensões do território de vida faxinalense (política-economia-cultura-natureza) como resultado de suas relações, formas de ocupação, uso, produção e transformação do espaço, de suas manifestações. [...] os jovens não só ocupam o território, não são apenas meros espectadores, mas participam da dinâmica territorial, interferindo direta ou indiretamente nas continuidades e descontinuidades das territorialidades específicas do território faxinalense, o modo de vida (Simões, 2015, pp. 93).

Nesse sentido, entendendo que as ideias acerca do território e das territorialidades têm sido muito mobilizadas para pensar as experiências das infâncias periféricas, cabe fazer uma pequena entrada nessa discussão a partir da própria ideia de território de vida, que também é mobilizada por Simões (2015). Para tanto, o autor articula o pensamento de Saquet (2009), que entende o território enquanto apropriação social do ambiente e suas múltiplas camadas e relações, com Raffestin (2003), que aborda a ideia de território do cotidiano através da territorialidade imediata, banal e original. Nesse sentido, o que se entende por território de vida parte dos processos cotidianos de territorialização de sujeitos individuais e coletivos, sendo uma concepção “multi e/ou pluridimensional, multiescalar, material e imaterial ao mesmo tempo, permeado por afetividades e conflitos” (Simões, 2015, pp. 94).

O que queremos sustentar é a noção de que os seres humanos, ao longo de suas trajetórias, vivências e experiências, constituem seus territórios de vida também a partir de um território de referência preexistente. É a partir deste território de referência que vamos nos relacionando, ocupando e usando, aprendendo a falar, pensar e agir sobre ele, a partir dele, que vamos produzindo e transformando, interferindo no conjunto das continuidades e descontinuidades de suas e/ou nossas territorialidades (Simões, 2015, pp. 95).

Pensar as territorialidades que são mobilizadas pelas crianças na comunidade da Nova República, a partir dos seus repertórios e vivências, revela também as capacidades de interpretação dos códigos da cidade, dos limites e das possibilidades que elas assimilam nas suas relações com o espaço urbano. Quais os melhores caminhos a serem feitos, quais as ruas mais seguras, quais espaços são possíveis brincar e permanecer e quais são necessário ter atenção. Nos diálogos construídos com as crianças na Nova República, observou-se, nas formas de trânsito e permanência nos espaços da comunidade, a existência de estratégias organizadas a partir do cotidiano do território. As entrevistas realizadas apontam, por exemplo, que a maioria das crianças optam pelo “pistão” como caminho principal dos seus percursos mesmo quando não estão fazendo o trajeto casa-escola. Para elas, usar essa avenida é mais seguro do que se atrever em caminhos escondidos ou distantes (Figura 69).

**E como você ia para a Escola, quando tava tendo aula?**

- Eu vinha por aqui ó, pelo pistão, seguia tudo pela principal até chegar na Escola.

**E porque você escolhia esse caminho?**

- Eu não gostava de ir por dentro não, nem quando eu es-

tudava no Anita eu ia por dentro. Ia pelo pistão também.  
[...]

**E porque você usa mais o pistão?**

Porque eu gosto. Porque lá não rola tiro que nem por dentro.

(Morador da Nova República, 9 anos)

**Figura 69: Criança apontando para a avenida que é conhecida como “pistão” na comunidade da Nova República**

Fonte: ARAÚJO; PARDO, 2019



Reconhecer a existência dos limites no trânsito das crianças pela comunidade aponta para o desmanche de uma ideia generalizada do senso comum, de que a presença infantil nas ruas dos territórios periféricos acontece de forma indiscriminada. Apesar de uma certa autonomia, existem questões relativas a limites, segurança e autorização, que são agenciadas entre as crianças, seus responsáveis e outros “personagens” presentes nas ruas da comunidade da Nova República - como os muros, os aparatos de policiamento e as próprias polícias.

Mel Travassos Britto (2016) contribui com esse debate ao relatar suas experiências com infâncias em outros bairros populares de Salvador, e aponta “principalmente a partir dos depoimentos das próprias crianças, que a liberdade de estar nos espaços públicos das comunidades não acontecia de forma indiscriminada” (Britto, 2016, p.12).

A imagem de que as crianças circulam livremente pelas ruas dos bairros populares foi desfeita ou, pelo menos, reconsiderada sob outra ótica: existiam níveis de liberdade que conduziam as crianças nesse contato com os espaços públicos, sempre relativos, a depender do contexto de cada criança (Britto, 2016, p. 12).

Quando questionadas sobre os espaços que mais frequentam e se sentem seguras na comunidade, a maioria das crianças apontou para a praça principal e o seu entorno. Esse trecho é o espaço onde elas transitam e permanecem durante a maior parte do tempo quando não estão na escola, principalmente por ser rodeado de equipamentos de lazer e cultura: a quadra, o parquinho, a biblioteca comunitária, a sede da Associação de Moradores e a cooperativa de reciclagem (Figura 70).

Onde você gosta mais de ficar na Nova República?

- [...] Se for aqui na comunidade gosto de ficar aqui sentada nessas mesas do parquinho conversando, ou quando a gente faz o baba do meninos maiores também, na quadra.

(Morador da Nova República, 9 anos)

Onde você gosta mais de ficar na Nova República?

- Aqui nessa região que a gente tá mesmo [na praça principal], tem quadra, parquinho... E também gosto de ir no parque da cidade com meus amigos.

(Moradora da Nova República, 11 anos)



Figura 70:  
Equipamentos  
no entorno da  
Praça principal  
da Nova  
República

Fonte: ARAÚJO;  
PARDO, 2019

Esse trecho da comunidade que aglutina diversos espaços utilizados pela infância tem uma atenção especial dos moradores e das lideranças locais, que assumem uma postura de não perder de vista a presença da infância naquele lugar, de reafirmar que ali é espaço para as crianças ocuparem. Nesse sentido, é importante mencionar que muitos desses equipamentos que estão no entorno da praça são mobilizados de forma autogestionária pelos moradores, sendo a Associação de Moradores da Nova República uma peça chave nessa mobilização. A Associação garante a existência de uma estrutura de apoio para a infância na comunidade, promovendo atividades nas áreas da educação, cultura, esporte e lazer. Apesar dos desafios constantes em relação à manutenção e obtenção de recursos para continuidade dessas atividades, a cooperação entre os moradores e parceiros tem garantido uma série de atividades importantes, como aulas de Boxe, Street Dance, Capoeira, Ballet, Percussão, Reforço Escolar, entre outras (Figura 71, 72 e 73).

**Figura 71: Aula de capoeira**

**Figura 72: Grupo de percussão em evento da comunidade**

Fonte: Acervo da Associação de Moradores da Nova República, 2023



Um aspecto notável dessas atividades socioeducativas é o caráter coletivo que permeia sua realização. Muitos desses projetos contam com jovens educadores que cresceram na região, participaram de iniciativas semelhantes quando eram crianças e optaram por compartilhar e retornar seu conhecimento para a comunidade. Esse ciclo de aprendizado, onde a experiência e a expertise são transmitidas de geração em geração, enriquece a vida das crianças e da comunidade como um todo. A presença dessas atividades socioeducativas não só ocupa um espaço importante no desenvolvimento infantil, como também fortalece os laços comunitários e promove o compartilhamento de conhecimento e habilidades.

Tinha a banda aqui da Associação! E a aula de capoeira, e as vezes tinha aula de boxe, aqui na Associação também...

(Morador da Nova República, 12 anos)

Nós três fazemos ballet na Associação, antes da pandemia né.

Agora as vezes tem aula virtual, a gente faz pelo celular na sala de casa, a professora mostra os passos e os alongamentos e a gente vai fazendo.

(Moradora da Nova República, 8 anos)

**Figura 73:**  
**Aula de ballet na**  
**Associação de**  
**Moradores**

Fonte: Acervo da  
Associação de  
Moradores da Nova  
República, 2023



A biblioteca, que foi o espaço-base principal de interlocução dessa pesquisa com a infância, também apareceu nos relatos como lugar de permanência:

Lá era muito legal, os brinquedos e as fantasias eram o que eu mais gostava. E quando você levava as atividades pra gente fazer, o mapa mesmo, eu adorei, parece com esse aqui né [aponta pro mapa usado na entrevista], mas era grandão.

(Morador da Nova República, 11 anos)

Outro espaço importante de ser mencionado é a Cooperativa de Reciclagem Canore, que também integra essa rede de equipamentos em torno da praça. Além de muitas crianças, com as quais essa pesquisa dialogou, possuem familiares que trabalham nesse espaço, tornando a reciclagem um exercício comum à elas, a existência da cooperativa simboliza um lugar repleto de matéria prima para as suas invenções. Na Nova República, as vivências desses sujeitos são atravessadas pela criatividade e pelo desejo de transformar e reinventar os espaços urbanos. Essas dimensões criativas da infância no território se revelam principalmente nas brincadeiras de rua e nos engenhosos brinquedos urbanos propostos por elas (Figura 74).

Desde os tradicionais jogos de chuta-lata até os emocionantes escorregadores improvisados no areial do Parque da Cidade, as crianças se apropriam dos materiais e equipamentos que encontram pela comunidade para subverter os espaços que elas ocupam. Essas transformações não são apenas atos individuais, mas sim expressões de um pensamento e de uma prática coletiva, uma vez que a maioria dessas brincadeiras é realizada em grupo. Esse espírito de colaboração e inovação coletiva está no cerne das experiências das infâncias na Nova República.



Figura 74: Colagem das brincadeiras na Nova República

Fonte: ARAÚJO; PARDO, 2019



Outro aspecto importante de ser mencionado, é referente ao papel que a Associação de Moradores desempenha na proteção das infâncias através da articulação com conselhos e instâncias vinculadas à temática. A nível municipal, a Associação consegue garantir um diálogo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e com o Conselho Tutelar de Salvador, constituindo um canal por onde são levadas as questões e as problemáticas enfrentadas pelas crianças e pelas famílias da comunidade. Também se articula, no âmbito estadual, com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), responsável pelo Programa Corra pro Abraço Juventude que desenvolve atividades com crianças e adolescentes da comunidade.

Em outra via, a Associação também assume uma postura de denúncia e enfrentamento às violências, opressões e violações de direitos que são reproduzidas na comunidade pelo Estado, e que atingem as crianças, seja no manejo da ausência/presença de serviços e equipamentos, seja no braço armado policial. A seguir, trechos de uma Nota de Repúdio, elaborada pelas lideranças, frente à uma operação policial que aconteceu durante a realização de uma Mostra Cultural promovida na região, em 2019:

#### NOTA DE REPÚDIO

Na comunidade da Nova República, esquecida pelos poderes públicos, e bombardeada cotidianamente pelo estado com sua força de segurança, nesta tarde de sábado (27/04/2019) os moradores da região Nordeste de Amaralina se reuniram para realizar uma mostra cultural, com todos os projetos sociais que estão sendo desenvolvidos atualmente na comunidade.[...]

Tudo ocorria muito bem, quando de repente a comunidade foi surpreendida com a incursão de policiais do Pelotão Especial Tático Operacional (PETO), em uma viatura da BCS Santa Cruz, como de costume tirando a confiança dos moradores para com os agentes treinados para atuar com a comunidade. Também havia um helicóptero do GRAER, que emitia um barulho ensurdecedor, tirando o brilho desse evento cultural e deixando os visitantes assustados e as crianças correndo desesperadas pelas ruas. Neste sentido, queremos pontuar nossas insatisfações para com o ocorrido desnecessário e truculento, que se repete constantemente, principalmente nos fins de semana.

[...] Com muita tristeza, mas com muita força para lutar, queremos dizer que nesse evento tinha apenas gente de bem e da paz. Por fim, gostaríamos de deixar nosso respeito aos que fazem a diferença. Fica aqui, uma nota de repúdio de uma comunidade que sofre constantemente com essas ações.

(Associação de Moradores da Nova República, 2019)

Diante da postura coerciva das instâncias de policiamento na região, se organizam estratégias e tecnologias sociais como formas diretas de enfrentamento por parte dos moradores, tal qual a nota de repúdio apresentada. Eduardo Ribeiro (2021), co-fundador da Iniciativa Negra e coordenador da Rede de Observatórios da Segurança na Bahia, reflete sobre o tema e relata que

“[...] os agentes de segurança são nossos próprios familiares, que pensam tecnologias de proteção alternativas frente a violência do estado. É uma mãe que ensina a levar o documento até para ir na padaria. Uma avó que costura o bolso do neto para não ter espaço para alguém enfiar

droga quando está fugindo da polícia. A gente, que mora em territórios negros e periféricos, entende bastante de segurança pública, se não já teríamos morrido em quantidade maior ainda.” (Ribeiro, 2021, s/p).

São processos que, ao longo da história, se originam das lutas, da construção de alternativas, da busca pela permanência e pela viabilização da vida nos territórios periféricos. Nesse sentido, é necessário considerar como tecnologia social essas formas de organização e práticas coletivas. Os anúncios de vida, existência e continuidade registrados nesta pesquisa, revelaram uma aposta na possibilidade de criar, visibilizar e compartilhar imagens de vida para confrontar as políticas de morte (Moupa e Pereira, 2020), mobilizando discussões que partem de abordagens vinculadas às possibilidades de manutenção da vida nesses espaços.

Em consonância, José Eduardo Ferreira-Santos (2012), pedagogo e cofundador do Acervo da Laje, defende a importância de chamar atenção para os gestos, os pensamentos e as imagens positivas e belas da periferia. O autor acredita que o encontro das crianças e jovens com “o belo”, vendo o belo em si e ao seu redor, é “ [...] uma experiência muito intensa, que pode construir novas possibilidades de inserção da pessoa neste mundo, significando trajetórias e histórias de vida” (Ferreira-Santos, 2012, pp. 13).

Somando na construção dessa narrativa defendida por Ferreira-Santos, esta pesquisa se ancorou na potência de povoar o imaginário, em especial das crianças e adolescentes, com essas imagens de vida como possibilidade de enfrentamento às políticas de morte.



5.0

## Considerações e desdobramentos



Sem pretender encerrar os pensamentos mobilizados durante a pesquisa, mas retomando o percurso discursivo e reflexivo apresentado anteriormente, esta última parte da dissertação propõe abrir algumas questões e acender novas fagulhas de discussões a partir, principalmente, dos diálogos estabelecidos em campo. Como mencionado no decorrer dos capítulos, esta pesquisa é acorada em um processo de interlocução com sujeitos do território sob o qual ela se debruça. O diálogo continuado com as crianças da comunidade da Nova República destacou a importância de abordar o tema das 'políticas de morte' no âmbito dos estudos urbanos ao mesmo tempo em que revelou a potencialidade direcionar o olhar também para as manifestações de vida que ocorrem em meio às estruturas necropolíticas da cidade.

As narrativas e imagens de cidade impressas nos relatos das infâncias incorporaram conteúdos aprofundados e complexificados em relação a violência, ao medo e as interdições na comunidade Nova República. Contudo, também trouxeram à tona importantes experiências de enfrentamento à esse cenário, assim como da formação de laços comunitários e do estabelecimento de relações de cuidado na região. Assim, a presença no campo e a construção de um diálogo contínuo foram posturas metodológicas que dispararam as principais reflexões incorporadas nesta pesquisa.

Nesse sentido, cabe apontar que as atividades desenvolvidas em campo com as crianças, tanto no âmbito do Trabalho Final de Graduação, quanto posteriormente, durante a pesquisa de mestrado, foram orientadas e informadas por concepções ancoradas na prática da extensão universitária. Essas concepções são muito inspiradas nos ensinamentos de Paulo Freire (1983, 1996, 1998), tal como a dialogicidade, a equivalência de saberes, o desejo de partilha e a elaboração de códigos e conhecimentos comuns. Portanto, é importante reconhecer que a extensão universitária ocupou um espaço fundamental neste trabalho.

Construir uma pesquisa em diálogo com o território possibilitou aglutinar vivências, interlocuções e experiências capazes de aprofundar os problemas da pesquisa e de atualizar os debates e os repertórios a partir do diálogo com sujeitos - individuais e coletivos - que estão "além dos muros da universidade". Essa potência de reedição e complexificação de debates, como apontado anteriormente, é reforçada pela possibilidade de, a partir da "experiência do real" conduzir a universidade, e o próprio movimento de produção de conhecimento, para constantes processos de trocas, atualizações e reformulações dos saberes construídos. Essa ideia de "experiência do real", mobilizada pelos professores, pesquisadores e extensionistas Camila D'ottaviano e Jorge Bassani (2019), implica em uma perspectiva territorializada e colaborativa, e pode trazer importantes contribuições para a produção do conhecimento no âmbito do planejamento urbano e regional. Assim, o lugar da territorialização da ação e/ou do conhecimento, ganha um corpo espesso nessa discussão que está localizada no campo de estudo das cidades.

A cidade e seu caráter multi-inter-trans disciplinar, demanda o desafio da presença no território como premissa para atuar, pensar e intervir sobre ela. Pensar em uma produção de conhecimento aberta à complexidade da realidade, e



que tenha um compromisso social, ético e político com essa realidade, evidencia a importância de estar presente no território. É nessa presença continuada e alongada, que “[...] temos a oportunidade da vivência do processo como indutor de profundidade” (Bassani e D’Ottaviano, 2019, p. 53, grifo nosso).

A ideia de continuidade e de permanência alongada sugere, como aponta Bassani (2019), a criação de vínculos afetivos e produtivos com os espaços e sujeitos de diálogo:

A continuidade também é o que propicia permeabilidade e capilaridade ao trabalho de extensão pelo simples fato que para manter em atividade os envolvidos neste tipo de trabalho, estudantes e comunidade, exige uma permanente expansão da massa produtiva com novos parceiros, questões e práticas. Expansão que impõe permanentes ações de pesquisas, avaliações e reflexões internas à Universidade nas mesmas proporções que o enraizamento territorial por meio do envolvimento participativo da comunidade (Bassani, 2019, pp. 53).

Se consideramos então que as práticas extensionistas colocam para as pesquisas um lugar de construção, avaliação e atualização contínua, parece interessante olhar para essas mesmas práticas a partir da pós-graduação, entendendo que esse exercício pressupõe particularidades importantes de serem consideradas para o campo. Pensar a extensão universitária na pós-graduação pode incorporar uma perspectiva para além da pesquisa de campo tradicional nos processos investigativos. Se, de um lado, existe um *modus operandi* de ir para campo no intuito de coletar dados que comprovem argumentos previamente elaborados nas pesquisas, do outro, os diálogos que são mobilizados a partir da rela-

ções construídas em atividades extensionistas implicam em um aprofundamento das questões e dos problemas pesquisados a partir do diálogo com territórios e sujeitos.

Esse é um tema que tem, aos poucos, ganhado espessura e densidade em espaços de discussão no campo de estudo e produção das cidades. Exemplo disso foi a realização de uma sessão especial intitulada “Extensão Universitária e Pesquisa: agenda única na Pós-graduação”, que aconteceu no XX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), em 2023. Nessa ocasião, alguns questionamentos foram levantados, considerando que as elaborações em torno do conceito e do escopo da extensão universitária possuem um histórico robusto no Brasil e na América latina como um todo. Bassani (2023), que participou da organização a sessão, reflete:

Como pensar a extensão na pós-graduação? Nós “exigimos” que os pós-graduandos tenham um projeto fechado, com objetivos, metodologias e etc. Algo absolutamente formatado como pesquisa. Por outro lado, a extensão pressupõe um trabalho construído a partir do diálogo. As comunidades interferem, interagem com os trabalhos. Se a gente acredita que os trabalhos já entram formatados na pós-graduação. Isso gera um atrito para pensar essa discussão (Bassani, 2023, s/p).

Bassani traz para a discussão dois pontos de partida que contribuem para a organização do debate proposto. O primeiro, refere-se a sua observação em relação ao engajamento de estudantes da pós-graduação em projetos de extensão, incorporando questões e problemas de seus projetos de pesquisa nas atividades de extensão e vice-versa. Assim, a pesquisa de pós-graduação deixa de ser um

trabalho previamente formatado e passa a ser um campo aberto, para discutir com as comunidades, territórios e sujeitos de diálogo os próprios trabalhos. São participações que possuem um caráter propositivo a partir de questões das pesquisas dos pós-graduandos.

O segundo ponto refere-se à ideia de que a participação do aluno da pós-graduação na extensão é, na verdade, a extensão funcionando como uma situação de pesquisa potencializada, saindo do lugar da coleta de dados. Nesse sentido, a ideia de trabalho de campo ganha outro corpo. Pensar a partir da extensão, diferentemente do trabalho de campo tradicional, pode conduzir a uma perspectiva de alargamento e aprofundamento dos problemas de pesquisa a partir do diálogo com comunidades, de ser afetado e impactado pelas formas de se organizar e pelas condições de vida do território e dos sujeitos que estão em diálogo.

Neste trabalho de mestrado, a interlocução constante com sujeitos que habitam o território da Nova República permitiu ir além da pesquisa tradicional de campo, incorporando abordagens e práticas da extensão universitária que enriqueceram as reflexões elaboradas. Nesse sentido, emergem direções potentes para futuros debates e para a construção de uma agenda de pesquisa que reconheça a importância de pensar a extensão universitária na pós-graduação. As experiências de campo continuadas, que incluem a construção de vínculos afetivos e produtivos com os territórios e as comunidades, são essenciais para uma abordagem eficaz nas pesquisas que se debruçam sobre as cidades. Essa presença prolongada e comprometida no território não apenas enriquece o conhecimento, mas também contribui para uma compreensão mais profunda das complexidades urbanas.

# Bibliografia

ADÃO, Cláudia. Arguição oral de Tese em banca de doutorado. São Paulo, 2023.

ARENDETT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Forense universitária, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Infância e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AVELAR, Lais da Silva. **“O ‘Pacto Pela Vida’, aqui, é o Pacto Pela Morte!”: O controle racializado das bases comunitárias de segurança pelas narrativas dos jovens do Grande Nordeste de Amaralina**. 152p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BASSANI, Jorge. **As linguagens artísticas e a cidade**. 1. ed. São Paulo: Formarte, 2003. 164p.

\_\_\_\_\_. **Mapas para que?** São Paulo: FAUUSP, 2012

\_\_\_\_\_. **Mapografias Urbanas**. Workshop Internacional Rio BR 2012, v. 3, p. 37-42, 2012.

\_\_\_\_\_. **PDP - Mapografias**. 1. ed. São Paulo: FAU-USP, 2012. 182p

\_\_\_\_\_. Zona Leste de São Paulo - - Território e territorialização. **Passagens**, v. 1, p. 23-32, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2009. 96 p.

BRANCO, Patrícia Lima Velame. Nordeste de Amaralina: a violência não é a única medida. **Revista Análise e Dados**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 99-106, junho de 2001.

BRAND, Dionne. **A map to the door of no return: notes to belonging**. [s.l.]: Doubleday Canada, 2001.

BRASIL. **ECA em tirinhas para as crianças** (livro I). Elaborado pela Câmara de Deputados. Brasília, 2008.

BRITO, Cristovão. A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-Ba a partir de 1970. **GeoTextos**: Salvador, vol. 1, n. 1, 2005, pp.51-80

BRITTO, Mel Travassos. **Entre espaços e estados de liberdade: uma leitura da prática espacial de crianças moradoras do centro da Cidade de Salvador**. 160 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Salvador: UFBA / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2016.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução: Frank Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Edusp, 2000. 400 p.

CARERI, F. Transurbância + walkscapes ten years later. Tradução de Federico Bonaldo. **Revista Redobra**, Salvador, 2011, p.235-247.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

CARVALHO, Gilmar Bruno Ribeiro de. **Violência e cidades: o direito**

urbanístico como instrumento de pacificação social. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 24, n. 5742, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71532>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. et al. A singular dinâmica territorial dos homicídios no Brasil. In: BOUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio. (Ed.). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2013. v. 3. p. 877-898

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e por prefeituras-bairro**. Salvador: CONDER/INFORMS, 2016. 189p.

DAVIS, Mike. **PLANETA FAVELA**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, 272 p.

DERDYK, Edith. **Formas de pensar o desenho: desenvolvimento do grafismo infantil**. 3. ed. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

DIAS, Clímaco. **Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador**. 285 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017,

DIAS, Mariana Simone; FERREIRA, Bruna Ramos. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, V.17, N.3, p.118-133, 2015.

D'OTTAVIANO, C. ; BASSANI, Jorge . EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PARCERIA. In: D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. (Org.). **ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE - planejamento urbano e regional e extensão universitária**

ria. 1ed. São Paulo: ANPUR, 2019, v. 1, p. 47-62.

D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. Os territórios da extensão universitária. In: D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. (Org.). **Para além da sala de aula: extensão universitária e planejamento urbano e regional**. 1ed. São Paulo: FAUUSP e ANPUR, 2017, v. 1, p. 14-26.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA-SANTOS, José Eduardo. **Mind the gap! (Cuidado com o vão!)**: repercussões do homicídio entre jovens de periferia da cidade de Salvador, Bahia. 372 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Instituto de Saúde Coletivo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

\_\_\_\_\_. **Artistas Invisíveis da Periferia de Salvador**. Palestra na FACOM/UFBA, 21 de março de 2012. Salvador, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido [antologia]. **Revista de Educação**. Lisboa, Portugal, v.7, n.1, 1998.

FREITAS, Felipe. **Discursos e Práticas da Políticas de Controle de Homicídios: uma análise do “Pacto pela Vida” do Estado da Bahia (2011-2014)**. 2015, 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós- Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Aula de 17 de março de 1976.

\_\_\_\_\_. **A História da Sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro:



ro: Graal, 1999.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019**. Edição Especial. São Paulo: FBSP, 2019

\_\_\_\_\_. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 1 ed. São Paulo: FBSP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Várias edições. São Paulo: FBSP, 2017.

GALEANO, Eduardo. **Patas arriba: la escuela del mundo al revés**. Montevideo: Siglo XXI Editores, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLISSANT, Édouard. **Pela Opacidade in Poetique de la Relation**. Tradução de Henrique de Toledo Groke e Keila Prado Costa. Revisão: Claudia Consuelo Amigo Pino. Revista Criação & Crítica, n. 1, p. 53-33, 2008.

GONÇALVES FILHO, J. M. Problemas de método em Psicologia Social : algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: Bock, Ana Mercês Bahia. \ (org.). **Psicologia e Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 193-239.

\_\_\_\_\_. A invisibilidade pública (prefácio/ensaio). In: COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis** – relatos de uma humilhação social. São Paulo, Globo, 2004.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. **Micropolíticas – Cartografia do desejo**. Petrópolis, Ed Vozes, 1996

INICIATIVA NEGRA. **Mesmo que me negue, sou parte de você: racia-  
lidade, territorialidade e (r)existência em Salvador**. 2021. Disponível em: <  
<https://iniciativanegra.org.br>> Acesso em: 16 fev. 2021

JOVINO, Ione da Silva. O sentimento da infância e a invisibilidade das  
crianças negras: ambiguidade no século XIX. In: **31a Reunião Científica da  
ANPEd**. Anais eletrônicos... Caxambu-MG, Outubro de 2008. ISSN: 4281. Dis-  
ponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT21-4281-Int.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

KILOMBA, Grada, 1968. **Memórias da plantação-** Episódios de racismo  
cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. -1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Compa-  
nhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras,  
2020.

\_\_\_\_\_. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras,  
2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um  
xamã yanomami**. Companhia das Letras, 2015.

LIMA, Adriana Nogueira Vieira. **A (in)segurança da posse: regulariza-  
ção fundiária em Salvador e os instrumentos do Estatuto da Cidade**. 170p.  
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquite-

tura, Universidade Federal da Bahia, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de Ciências Sociais** [online]. vol.17, n.49, pp.11-29. 2002.

\_\_\_\_\_. **Trajeto e trajetórias** - uma perspectiva da antropologia urbana. Sexta-feira, São Paulo, ed. 34, n.8, 2006. (entrevista concedida ao corpo editorial)

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra** - A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 2 ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MARQUES, E. Em busca de um objeto esquecido: a política e as políticas do urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.32, n.95, p.1-18, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Tradução de Renata Santini. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p.122-151, dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **A universalidade de Frantz Fanon**. Disponível em: <<http://www.artafrica.info>>. Acesso em: 23 set. 2023.

MCKITTRICK, Katherine. “**Don't Let Them Steal Your Wonder**: Extractions from Dear Science and Other Stories” from her Don't Wear Down. 2019. Disponível em: <<http://katherinemckittrick.com/wornout>>. Acesso em: 21 set. 2023.

NO CAMINHO com Mário. Direção: COLETIVO MBYA-GUARANI DE CINEMA. Rio Grande do Sul: COLETIVO MBYA-GUARANI DE CINEMA, 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/ondemand/nocaminhocommario>. Acesso em: 8 jun. 2022.

BAHIA. Pacto Pela Vida. 2016. Disponível em: <[http:// www.pactopelavida.ba.gov.br/](http://www.pactopelavida.ba.gov.br/)> Acesso em: 20 dez. 2020.

PARREIRAS, Carolina. **Políticas da Vida e da Morte**: debates introdutórios. Palestra em 14 de julho de 2020. São Paulo, 2020.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **“A maior zoeira”**: experiências juvenis na periferia de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PEREIRA, Gabriela Leandro . **Corpo, discurso e Território**: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus. 1. ed. São Paulo: ANPUR e PPGAU/UFBA, 2019. v. 1. 306p .

\_\_\_\_\_. **Narrativas bio-cartográficas entre o Quarto de Despejo e o Quarto de Cura**: Pistas para um projeto de cidade. São Paulo: Polis Publicações, v.1, p.168-187, 2020.

\_\_\_\_\_. **A terra como fundamento**. In: MARQUEZ, Renata; ANDRÉS, Roberto; CANÇADO, Wellington (Org.). *Habitar o Antropoceno*. 1ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural / Cosmópolis, 2022, v. 1, p. 68-89.

\_\_\_\_\_. DIREITO A CIDADE, ASSESSORIA TÉCNICA E A ENGRENAGEM COLONIAL. In: ROSA, Thais Troncon; LINHARES, Juliana de Faria; METTING, Heliana Faria (Org.). **Partilhas Emergentes**: assistência e assessoria técnica, extensão universitária e direito à cidade em debate. 1ed. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022, v. 1, p. 68-75.

\_\_\_\_\_. Deslocar o projeto e imagear outros mundos. In: SAMPAIO,

Clara; MORAES, Felipe (Org.). **Projeto Tirante**. 1ed. Vitória: Museu de Arte do Espírito Santos (MAES), 2021, v. , p. 1-64.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA – Departamento de Qualidade e Desenvolvimento Tecnológico/Serviço de Gestão da Qualidade. **Projeto Polícia Cidadã** – um referencial básico para gestão moderna de serviço de policiamento ostensivo. Salvador, 1999.

QUEIROZ, Igor Gonçalves. **Labirinto, brinquedo e brincadeira: o uso da cidade pela criança como Crítica ao Ideário Moderno**. Salvador: Edição do autor, 2015. Disponível em: <[https://is-suu.com/igorqueiroz/docs/000\\_fio](https://is-suu.com/igorqueiroz/docs/000_fio)> . Acesso em: mai. 2019.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Ed 34, 2009

REIS, Vilma M. dos S. **Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 – 2001**. 297 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador: 2005.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, [1995] 2009.

RUFINO, Luiz. **Encantamento sobre política de vida**. Rio de Janeiro: Editora Morula, 2020.

\_\_\_\_\_. **Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas**. 231 f. (Tese), Doutorado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Faculda-

de de Educação. Rio de Janeiro, 2017.

SANTANA JUNIOR, H. M. ENCRUZILHADAS EPISTEMOLÓGICAS: "Acertando o conhecimento europeu ontem com uma pedra que atirei somente hoje". **ODEERE**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 251-268, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4423>. Acesso em: 19 out. 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1993, p.17-34.

ALBARDIA, Maria Teresa Santos. **Protagonismo infantil na América Latina: metodologias participativas na vida das crianças das classes populares**. 201 p. Dissertação. (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2a modernidade**. In: SARMENTO, M.J.; CERISARA A.B. (orgs.) Crianças e miúdos: Perspectivas sociais pedagógicas da infância e da educação. Porto: ASA, 2004.

\_\_\_\_\_. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V.M.; SARMENTO, M.J.(ORGS). **Infância (in)visível**. São Paulo, JUNQUEIRA MARIN, 2007.

\_\_\_\_\_. Uma agenda crítica para os estudos da criança. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 31-49, Rio de Janeiro, jan./ abr. 2015.

SIMÕES, William. **TERRITORIALIDADES DA JUVENTUDE FAXINALENSE: ENTRE A PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADES, A PRECARIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE VIDA E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM BEM VIVER.** Tese (Doutorado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. Paraná, p. 306. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. **Fobópole:** O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Tatiane dos Santos. **Cultura e desenvolvimento local:** reflexões sobre a experiência do Programa Viva Nordeste. 146 p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, 2008.

SOUZA, Ellen de Lima; CARVALHO, Alexandre Filordi de. “Cadê a criança negra que estava aqui?”: Da visibilidade seletiva ao apagamento da criança negra na BNCC. **Debates em Educação**, Maceió, v. 14, p.1-25, 2022.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **INFÂNCIA(S) EM PERIFERIAS URBANAS:** o direito à cidade e a formação das professoras da infância numa escola de educação infantil. **RevistAleph**, Niterói, n. 22, p.33-49, 2014.

TEIXEIRA, Vera; OLIVEIRA, Roque. Entrevista concedida a Júlio Ernesto de Oliveira, da pesquisa Observatório de Bairros em Salvador/Lugar Comum-UFBA. Salvador, jun.2018.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância 2012:** Crianças em um mundo urbano. 2012.

# **Anexo 1**

Entrevistas com  
crianças da Nova  
República



Conjunto de entrevistas realizadas junto à crianças da comunidade da Nova República, em dezembro de 2020. As entrevistas serão apresentadas na íntegra, com informações que possam identificar as crianças ocultadas. Cada entrevista acompanha uma síntese mapográfica, que já foram apresentadas no Capítulo 1 deste trabalho, mas que foram trazidas novamente junto as suas respectivas entrevistas para acompanhar as narrativas propostas pelas crianças. É importante mencionar que houve um cuidado em registrar as questões no mapa sem revelar informações que identifiquem ou capturem as presenças dessas crianças no território. Nesse caminho de não identificar as crianças entrevistadas, foram adotados os nomes dos personagens que aparecem nos contos que abrem os capítulos desta dissertação.



SO SOBE PRA LA ACOMPANHADO!

Vale das Pedrinhas

TENSAO!! "OS HOMI"



Biblioteca Comunitária

A DORAVA IR NA BIBLIOTECA

SEMPRE VAI PELO PISTAO, LA E MAIS SEGURO!

NAO VAI POR DENTRO

TIRO!!!

RECICLA NA PINTURA COM A FAMILIA

ACHA A ENTRADA DA PINTURA ESCURA E PERIGOSA!

# A Nova Republica por balinha

[...]

## Como você ia para a Escola?

Eu vinha por aqui ó, pelo pistão, seguia tudo pela principal até chegar na Escola.

## E porque você escolhia esse caminho?

Eu não gostava de ir por dentro não, nem quando eu estudava no [resposta ocultada] eu ia por dentro. Ia pelo pistão também.

## Porque você usa mais o pistão?

Porque eu gosto. Porque lá não rola tiro que nem por dentro.

## O que você fazia aqui na Nova República antes da pandemia?

Eu estudava, fazia Educação Física, jogava bola aqui na quadra, tudo por aqui perto do pistão.

## Então pra tudo que você vai você escolhe o pistão?

Isso, eu só vou por dentro quando tenho que ir pro Vale.

## O vale fica onde?

Lá pra cima da Santa Cruz, você sobe, depois desce, passa pelo nordeste e chega. Mas pra ir pra lá eu vou com minha vó. Só as vezes que vou cortar o cabelo e vou sozinho, mas é de dia.

## E você gosta de brincar de que aqui?

De balanço, pega-pega e jogar bola também. E de pipa. Tudo aqui pela praça, tenho muito amigo aqui perto.

**Onde você gosta de correr por aqui?**

Por aqui tudo ó [aponta pro pistão e praça no mapa]

**E onde você tem medo de correr?**

Do lado de lá ó [aponta no mapa para a entrada da Pituba]. A rua lá fica sempre escura, sem ninguém, e por causa da polícia.

**A polícia fica onde lá?**

Fica na base, ou na quarenta. Ali perto da Pituba, aqui ó.

**E na base comunitária? Você entra lá? Ouvi dizer que tem atividade pra criança.**

Tem mesmo, mas eu não vou. Não gosto, por causa dos homi. Aqui é a Pituba né?

**Isso! E porque você achou que aí era a Pituba?**

Por causa da piscina! Quando eu vou comprar guaraná eu vou por aqui ó. Vou em Paulo, ele vende pipoca, pirulito, guaraná, um bocado de coisa. Vou com meus amigos.

**Como é morar na Nova República?**

Aqui é onde mesmo? [aponta pro parque no mapa]

**É o parque da cidade! Você vai muito lá?**

As vezes, pra catar manga. Eu pulo o muro ou entro pelos buracos que tem ali do lado.

**E você lembra se sempre teve esse muro no Parque da Cidade?**

Eu lembro que tinha um esgoto grandão ali ó [aponta para a entrada do Parque no sentido da comunidade]. Já vi até jiboia ali perto.

**E você lembra do Parque antes da reforma? Que tinham os castelinhos coloridos?**

Antes tinha mais árvore. E embaixo dessa árvore aí da frente tinha um balanço grandão, que amarraram, era massa, era grandão. Pertinho da cooperativa.

**Você entra na cooperativa?**

As vezes, eu ajudo minha família a reciclar. As vezes eu acho uns brinquedos na reciclagem, ou faço algum. Eu gosto de catar com minha vó lá na Pituba.

**Na Pituba? Porque?**

Porque lá eu pego um bocado de coisa. Os barão dá dinheiro. As vezes dá merenda, dá roupa...

**Você conhece algum amigo que mora no Pé Preto?**

Sim! Tenho amigos que foram morar lá na pandemia.

**Quando você nasceu já existia o Pé Preto?**

Não! Não tinha nada ali, era só areia. Aquelas barracas lá, as casas, foi tudo depois.

Isso aqui é o que? [ele pergunta apontando pra o estacionamento do hospital particular aliança, que faz fronteira com a comunidade]

[...]

Entendi. E como é viver com a polícia em tantos lugares que você tem que ir aqui no bairro? Eu não gosto, ela mata. Ela pega 2, um ela mata e o outro baleia, só pra dizer que foi baleado e que teve troca de tiro



MORA NA NOVA REPUBLICA  
DESDE QUE NASCEU!



PULA O MURO  
OU ENTRA  
PELOS FUROS

"TO NAS  
MINHAS  
AREAS"



ESTUDA LONGE  
MAS VAI ANDANDO

SEMPRE PELOS RUAS PRINCIPALIS  
E MEUS CHEFINS

MEDO!!!  
DA TRANSICAO  
COM A PITUBA



# A Nova Republica por **pocas**

**Você participava das atividades na Biblioteca Comunitária ano passado?**

Sim! Eu ia, as vezes...

**E gostava?**

Era legal, essa biblioteca tem muita coisa legal.

**Você estuda onde?**

[resposta ocultada] junto com Flor!

**E você vai como para e escola?**

Andando por aqui pela frente [mostra o pistão], subo a ladeira lá do nordeste e depois desço [a escola não aparece no mapa]. Vou junto com outras crianças que também estudam lá.

**E leva quanto tempo para chegar lá?**

40 minutos mais ou menos, por aí.

**Aqui no bairro, além da escola, você vai mais para onde?**

Fico brincando aqui na frente e as vezes no campo 3 corações. Não vou no campo do Bariri. As vezes vou no Parque da Cidade, passear.

**Você mora aqui desde que nasceu?**

Moro. Eu nasci nessa casa aqui.

**Então você lembra como era o Parque da Cidade antes?**

Lembro. Era meio destruído, mas eram legais os brinquedos de antes.

**Esse muro ai do parque, sempre teve?**

Sempre, desde que eu lembro. Mas a gente que é criança sempre pulou, ou atravessou pelos furos que tem nele pra brincar do outro lado, ou na areia.

**Que areia? [pergunto mostrando o mapa]**

Essa aqui ó, eu acho. A gente brincava de descer, escorregar na areia.

**Entendi. Que massa! E qual o lugar da Nova República que você se sente mais feliz?**

Aqui nessa praça da frente, na quadra.

**E o que você se sente mais seguro?**

Ao redor da minha casa e na praça.

**E onde você sente mais medo?**

Lá perto do campo dos 3 corações.

**Porque?**

Porque é onde fica perto do boqueirão, e da entrada da Pituba, não gosto de ir lá.

**Entendi. E tem outros lugares que você não gosta de ir?**

Eu só fico mais por aqui mesmo, de onde conseguem me ver de casa.



NAO GOSTA DE IR NA BASE DE SEGURANCA



# A Nova Republica por professor



TEM SAUDADE DO PARQUE DA CIDADE ANTES DA REFORMA!



NAO SE SENTE SEGURO NEM EM CASA

PREFERE IR SEMPRE PELO PISTA0

[...]

Vou começar perguntando se você lembra das atividades na Biblioteca Comunitária, no ano passado... Você gostava?

Lembro! Eu gostava muito. Pena que não tem mais. Lá era muito legal, os brinquedos e as fantasias eram o que eu mais gostava. E quando você levava as atividades pra gente fazer, o mapa mesmo, eu adorei, parece com esse aqui né, mas era grandão.

E como você vai de casa para a escola?

Por aqui mesmo, vou andando pelo pista0 [Avenida nova República], direto. Vou sempre por essa rua principal aqui. Quando eu estudava no [resposta ocultada], ano passado, eu ia por aqui pelo Boqueirão. Aqui é a creche né pró? [mostra o CMEI no mapa]

ATRAVES DA ASSOCIACAO JA FEZ!



PERCUSSAO  
BOXE  
CAPOEIRA

BRINCA DE ESCORREGA NO AREAL



IDENTIFICA O QUAL E A POLICIA PELA COR DA FAR DA E DO CARRO

TATICAS DE PROTECCAO

NAO GOSTA DE IR PRO LADO DA PITUBA

É! Isso mesmo! Mas nesse mapa tá mostrando a creche antiga, porque essa foto tem 4 anos já que foi tirada pelo satélite.

É, verdade, é a antiga. Eu estudava aí quando era pequeno. Essa creche antiga era bem mais legal. Bem maior, tinha um gramado com vários brinquedos. O prédio era grandão. A cantina era grandona, quem cozinhava lá era Maria! Era bem mais legal.

Verdade! Outras pessoas já me falaram isso! E além da escola,



**antes da pandemia, vocês faziam mais o que por aqui?**

Tinha a banda aqui da Associação! E a aula de capoeira, e as vezes tinha aula de boxe, aqui na Associação também... Mas tem um tempo que tá sem nada, só aula da escola mesmo.

**Onde você gosta mais de ficar na Nova República?**

Aqui nessa região que a gente tá mesmo, tem quadra, parquinho... E também gosto de ir no parque da cidade com meus amigos.

**E você lembra como era o parque da cidade antes da reforma?**

Lembro! Aqui é a entrada do parque né? [mostra no mapa]. Então, aqui tinha um esgoto enorme que fecharam e agora botaram uma quadra. Na verdade sempre tinha quadra, mas era toda acabada, agora tá bonita.

E a parte do parquinho era todo colorido. Era um fedor de xixi, mas era massa. Era muito legal. Tinha um castelo enorme, com uns blocos coloridos, muito legal. E tinha um outro de se perder, como que chama? Um labirinto! Era muito bom, eu ia direto.

E tem também as partes ali atrás de areia, que a gente brinca de escorregar. Perto do Pé Preto.

**E o Pé Preto, sempre esteve ali?**

Não, não tinha casa nenhuma. Era tudo de areia branca, que nem a do Parque, os povo que invadiu ali tudo pra fazer casa. É algo novo, eu lembro quando começaram a fazer casa!

**Você sempre morou aqui?**

Sempre! Desde que nasci!

**E você gosta de morar aqui?**

Se eu pudesse eu saia. Os homi tão fazendo baderna nesse bairro, as vezes dá medo. Mas as vezes eu gosto de morar aqui, a Nova República é boa, tem muita gente boa.

Você costuma pegar transporte público para alguma coisa? [resposta ocultada]. Quando saio assim de ônibus só com minha vó. Onde você se sente mais seguro na Nova República?

Só na praia. Nem em casa, porque as vezes os homi chega metendo o pé na porta, atirando adoidado.

**Onde você não vai aqui na comunidade porque tem medo?**

Eu nunca fui na chapada e nem na Ceasinha. Ali é perigoso. Também não gosto de ir pro lado da Pituba. Ou ficar perto das bases por ali sabe.

**Então você não vai muito pra base comunitária?**

Eu mesmo não. Não gosto. Tem um muro entre a escola e a base, mas tem um portão no muro. Mas eles podem ver a escola e as coisas lá né.

**Quem fica na base?**

Só policial. Dizem que essas coisas da base é pra ajudar morador, mas não é não, é só pra ficar as policia mesmo. Mas não são as mesmas policias, depende... Cada cor é uma, a pior é a marrom.



NORTE

E NÃO ENTRA NAS BASES!



TEM MEDO DOS "HOMI" !!!

TEM MEDO DAS INVASOES DA POLICIA NA SUA CASA PARA ATRAVESSAR PARA O OUTRO LAO DA RUA



SEU LUGAR PREFERIDO NA COMUNIDADE E A PRACA



VIU A COOPERATIVA SER CONSTRUIDA!



SE INDIGINA COM A SITUACAO DO PE PRETO E ACHA QUE O PREDIO VAZIO DEVERIA SER OCUPADO!



MAS ADORA IR NA PRAIA DE AMARALINA

# A Nova Republica por Flor

[...]

**Você participava das atividades da biblioteca comunitária, no ano passado? O que você achava?**  
Participava! No inicio eu ia mais, depois começou a ir uns pessoal que não gosto muito, uns meninos muito bagunceiros

[...]

**Onde você gosta mais de ficar na Nova República?**

Pode escolher outro lugar? Eu gosto mais de ir pra Praia de Amaralina. Se for aqui na comunidade gosto de ficar aqui sentada nessas mesas doquinho conversando, ou quando a gente faz o baba do meninos maiores também, na quadra. E também gosto de ir no Parque da Cidade, antes da pandemia, porque agora a gente vai e o pessoal fica mandando voltar, por causa do vírus.

**E no parque, você lembra quando teve a reforma? Você tinha quantos anos?**

Lembrei! Faz pouco tempo! Eu tinha 11 anos, só tem 2 anos isso.

**E o muro? Sempre teve muro?**

Sempre teve muro. Nunca reformaram o muro. Antigamente, falaram que isso aqui era aberto, mas eu não lembro, quando eu vim morar aqui já era o muro.

Disse que nessa parte aqui tinha 2 rios [mostra na área que estávamos



na praça]. Minha vó sempre fala que meu pai caía nos buracos aqui, aí tinha que ir buscar balde de areia ali embaixo pra tapar os buracos. Aqui do lado [na praça] tinha um banheiro público, que fedia... Mas tiraram.

#### **Era muito diferente aqui a praça?**

Muito! Tinha um parquinho de madeira, mas era todo quebrado, quando começou a destruir mais o povo começou a pegar as madeiras do parque pra fazer alguns bancos no pistão. Aí ficou muito tempo tudo jogado, acabado, ninguém vinha aqui nem fazer manutenção. Os brinquedos a gente que tinha que fazer. A gente fez um balanço aqui na árvore de corda e pneu. Fizemos também dois balanços na trave da quadra.

Só depois de anos vieram fazer essa reforma pra ficar assim como estamos agora.

Ali também não tinha cooperativa, vi construir.

#### **E aquela região do início da Pituba, sempre teve aqueles prédios ali?**

Não lembro direito. Mas tem aquele prédio que divide os rico da favela, que tá abandonado, sabe? Fizeram o prédio lá e o pessoal não quis ir morar porque era de frente pra favela, aí abandonaram. Aí os povo do Pé Preto ia invadir lá, mas não deixaram não. Mas tinha que deixar né não? Não tem ninguém, tudo abandonado lá! Botaram todo mundo pra fora... Mas o povo do Pé Preto conseguiu pegar pelo menos algumas portas e janelas e botaram nas casas lá.

#### **Você sempre morou aqui?**

Não... Eu morava [resposta ocultada], sabe onde era? Depois vim pra cá, quando eu tinha uns 4 anos, aí fiquei.

Eu morava com minha vó, aí minha vó deixou minha mãe fazer a casa dela no terreno e a gente mora aí nessa casa.

#### **Onde você se sente mais segura na Nova República?**

Em nenhum lugar. Só em casa.

Aliás, os homi as vezes entra nas casas também. Já entraram lá em casa dizendo que a gente tava escondendo ladrão. Essas casas da minha rua entram muito porque tem duas portas que dá acesso pra outra rua, mas muita gente fechou as portas com tijolo pra pararem de fazer isso, lá em casa mesmo não tem, que nem na de Balinha.

#### **Onde você não vai aqui na comunidade porque tem medo?**

Não saio muito do bairro, só pra ir pra escola sozinha... O resto vou acompanhada

#### **E você vai na base Comunitária?**

Não vou muito não. Mas fazem as vezes uns eventos grandes lá, com brinquedo grande, pula pula, essas coisas e dá lanche, cachorro quente. Mas não gosto muito da base não, só se for no dia das crianças mesmo.



NORTE



ANDA DE SKATE POR  
TODA PARTE DA CIDADE  
E ONDE DER

GOSTA DE  
BRINCAR NO  
PARQUE DA  
CIDADE!



# A Nova Republica por doca

[...]

**E como você vai pra Escola?**

Vou andando mesmo. Vou andando sozinha, é perto.

**Você faz alguma outra aula/atividade aqui na comunidade?**

Sim, eu faço esporte em outra escola. Porque eu faço parte da equipe de Judô de lá. De manhã eu vou pra escola e de tarde vou pro Judô, as vezes, quando não tem aula de manhã, faço os dois turnos de judô, pra treinar.

**E o que você mais gosta de fazer na Nova República?**

Eu gosto de ficar no Parque da Cidade. Eu ando de skate e lá tem uma pista legal até, só que é lá mais na frente, tem que andar mais pra chegar na pista de skate, mas é boa, vale a pena.

**As outras crianças que fiz a entrevista me contaram que esse parque era diferente antes, você lembra?**

Lembro! Era mesmo, teve uma reforma. Antes tinha um buraco muito grande de esgoto na entrada. E não tinha pista de skate, eu acho, se tinha eu não ia pro lado de lá. No parque da cidade não tinha nem banheiro. Mas eu sempre gostei desse parque, mesmo reformando ou não. Eu sei valorizar ele, porque é muito livre, tem muita árvore, isso não é todo lugar em Salvador que tem.

LEMBRA QUE O  
BALANÇO FOI  
INVENÇÃO DAS  
CRIANÇAS!

NAO FOI A  
PREFEITURA



~~ME DO~~

NAO ANDA PELO  
BOQUEIRAO

SE SENTE SEGURA  
EM CASA !!!



TIROTEIO



**Você lembra quantos anos você tinha quando fizeram a reforma?**

Eu tinha uns 10 anos quando fizeram, então deve ter uns 6 anos que isso aconteceu, eu acho.

Aqui também era diferente essa praça daqui do lado [praça da nova república], era tudo quebrado. Só tinha uma casinha de madeira acabada, e uma balanço que era legal na árvore, mas o balanço foi o pessoal daqui mesmo que fez, não foi a prefeitura não.

**E esse muro aí da frente, que divide a comunidade do Parque, sempre existiu?**

Minha mãe dizia que não, era tudo aberto, dava pra ver as árvores e os bichos as vezes vinham pro lado de cá. Mas eu não lembro direito não, minha mãe que lembra.

**E qual o lugar que você menos gosta de ir aqui?**

Eu não gosto de passar pelo boqueirão. Que fica ali atrás da creche, não gosto mesmo de passar por lá.

**Onde você tem mais medo?**

Nas ruas aqui de trás, que sempre tem muito tiroteio. E no Boqueirão. Tem muita gente que passa por lá e é baleada no tiroteio mesmo sendo inocente. Quando vou lá é sempre com minha mãe, e quando passamos ela vai comigo de mão dada, mesmo eu sendo mais velha.

**E onde você se sente mais segura aqui na Nova República?**

Na minha casa! Com certeza. Além de ser minha casa, ela fica aqui na parte da frente, que não tem tanto tiroteio. As vezes dá pra ouvir, mas a gente sabe que nunca é aqui nessa rua principal.

**E você anda mais sozinha ou acompanhada?**

Minha mãe não deixa muito eu sair, ela deixa eu sair com meu namorado. Eu sempre falo pra ela onde eu vou. As vezes subo lá pro alto da Santa Cruz, pra comprar coisa, pra lá até vou com meu namorado. Mas se eu for pra lugar mais longe, fora do bairro, minha mãe não deixa eu ir sozinha de jeito nenhum. Tipo pra ir pra praia, pro shopping... Sempre acompanhada de um adulto.

**Você vai muito na praia?**

Vou, sempre na praia da Amaralina. Lá da pra ir andando, não precisa pegar transporte.

**Então fora da Nova República, você vai mais pra onde, além da praia?**

Se for pra sair daqui, ou vamos na praia, ou vamos no shopping mesmo... Ah... As vezes a gente gosta de ir na Barra, é mais difícil, mas eu adoro lá, a praia de lá... E o por do sol de lá é lindo. Uma vez também minha mãe me levou pra ir conhecer o Pelourinho e o Elevador Lacerda.

**Ah, que legal. E você gostou de conhecer o centro da cidade?**

Gostei. É bonito. Mas só fui uma vez.

[...]



VIVEM ENTRE DOIS BAIROS: SANTA CRUZ E NORDESTE



AMAM IR NO PARQUE NO FINAL DE SEMANA



# A Nova Republica por andi, dori e inha

[...]

**Vocês reconhecem esse mapa?**  
Sim! Acho que sim! É aqui na comunidade né?

**Isso!! É a Nova República! E vamos ver no mapa onde a gente tá sentada agora?**

Aqui, estamos aqui, olha o parque da cidade lá do outro lado. E aqui é a casa de Doca, dá pra ver aqui ó [apontam no mapa].

**Certo. Massa! E vocês moram aqui?**  
A gente mora entre aqui e o Nordeste. [resposta ocultada]

**Como que vocês vão de casa pra Escola?**

A: A gente vai andando mesmo. Eu e Dori vamos sozinhas, mas Inha vai com a mãe,  
I: Isso, eu não posso ir sozinha ainda.

**Além das aulas da escola, vocês fazem alguma outra aula/atividade?**

D: Nós três fazemos ballet na Associação, antes da pandemia né.  
Agora as vezes tem aula virtual, a gente faz pelo celular na sala de casa, a professora mostra os passos e os alongamentos e a gente vai fazendo.

**O que vocês mais gostam de fazer aqui na Nova República?**

A: Eu gosto de brincar, ir pro parquinho brincar. Tem dois que eu gosto, o daqui da praça e o de lá do Parque da Cidade.  
D: Eu também.  
I: Eu gosto de correr aqui nessa rua e ficar com elas no parque mesmo, ou ficar com minha vó.

FAZEM BALLET NA ASSOCIACAO



P E R I G O S O

NAO GOSTAM DE ANDAR PELO BOQUEIRAO



ALI PERTO DO PE PRETO



SE SENTEM SEGURAS NA CASA DA VO

MEDO DE ENTRAR NA PITUBA



ESCURO E VAZIO

**E qual é o lugar mais legal da Nova República?**

As três: O parque da cidade!

**Todas acham lá o lugar mais legal?**

As três: É! Lá tem pula-pula, antes da pandemia todo final de semana tinha coisa pra fazer.

**E qual o lugar que vocês menos gostam?**

D: Não gosto dali de trás, perto do Boqueirão, perto do Pé Preto.

A e I: É, a gente também.

**E onde vocês sentem medo por aqui?**

As três: Do lado de lá também!

Esses lugares que tem tiroteio.

D: Ah, também não gosto muito daquelas ruas que começam a entrar na Pituba. As vezes ali fica escuro e vazio, e os prédios são muito altos.

**Onde você se sente mais seguras?**

D: Na nossa casa, ou na casa de nossa vó me sinto segura. Mas mais na nossa casa, que tem um quintal, um espaço, que da pra gente brincar dentro de casa. E lá não tem tiroteio que nem aqui na Nova República

**Entendi. E vocês pegam ônibus, ou algum transporte público?**

D: A gente faz quase tudo andando. Só pega ônibus mesmo se tiver que ir mais longe, tipo, ir visitar minha outra vó no interior. Ah, e quando a gente vai na praia, se não for essa praia aqui perto, de Amaralina.

A: É. A gente as vezes, quando é um dia especial, um aniversário,

algo assim, gosta de ir na praia de Itapuã. Que lá tem chuveiro, tem sombreiro, essas coisas. Lá é longe, tem que ir de ônibus. E o caminho é bonito que a gente vai vendo todo o mar de Salvador até chegar.

I: E quando tem apresentação do ballet a gente vai pro teatro apresentar. Já conhecemos o Teatro lá do centro da cidade, aquele bonito. E quando acabar a pandemia vamos de novo! Pra apresentar.

**Ah, massa! Doca, me contou que já foi uma vez no Pelourinho, e vocês já conheceram?**

A: Já uma vez!! A gente foi com minha vó, ela levou a gente pra conhecer.

D: Foi e a gente tomou sorvete e desceu o elevador gigante que tem lá.

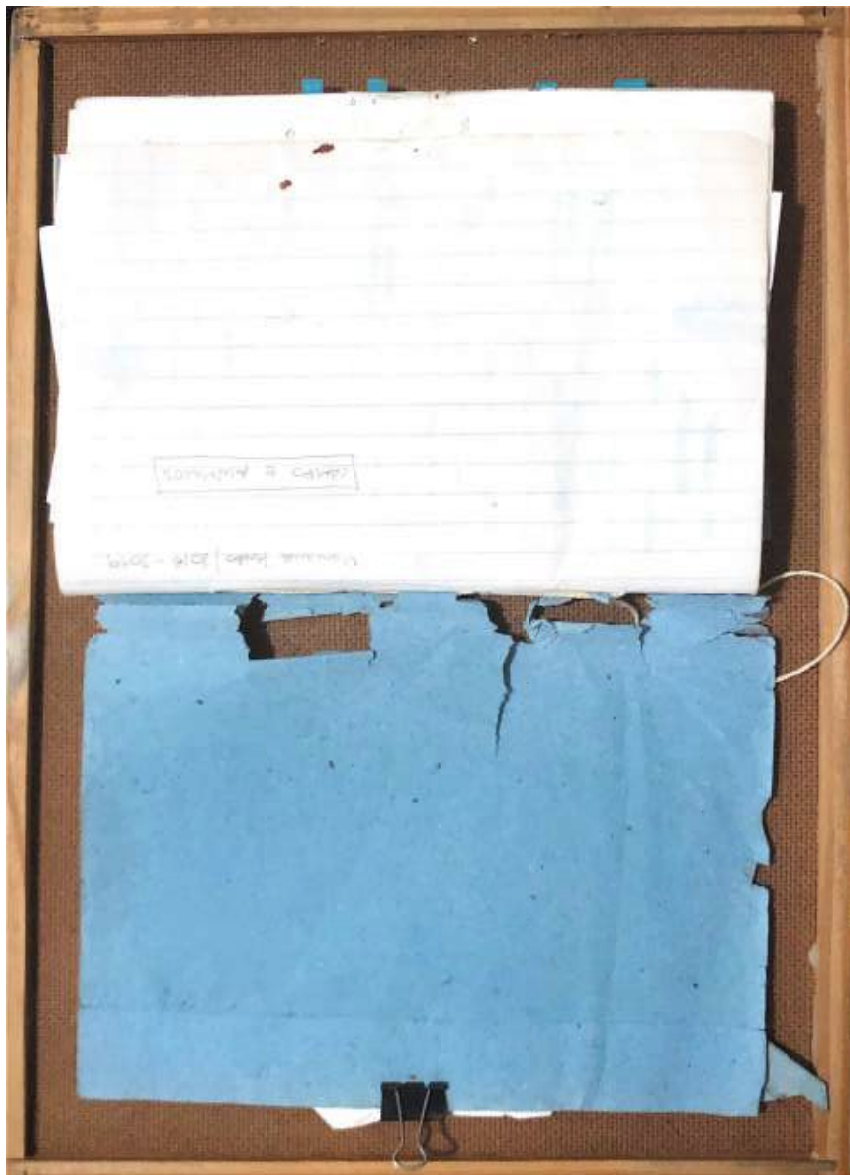
# Anexo 2

## Caderno de campo

Trechos do caderno de campo produzido no decorrer de um ano de atividades na Biblioteca Comunitária, arquivando registros escritos e desenhados das experiências, memórias e sonhos de cidade relatados pelas crianças.

















BIBLIOTECA NOVA REPUBLICA

- 1) MONTANA PRO. IN THE MOUNTAINS
- 2) IN THE MOUNTAINS MOUNTAINS
- 3) MONTANA MOUNTAINS MOUNTAINS
- 4) MONTANA MOUNTAINS MOUNTAINS
- 5) MONTANA MOUNTAINS MOUNTAINS
- 6) MONTANA MOUNTAINS MOUNTAINS
- 7) MONTANA MOUNTAINS MOUNTAINS
- 8) MONTANA MOUNTAINS MOUNTAINS
- 9) MONTANA MOUNTAINS MOUNTAINS
- 10) MONTANA MOUNTAINS MOUNTAINS

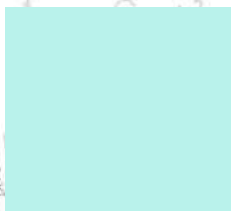


TRAZ A BIBLIOTECA NOVA REPUBLICA

COMO MONTANA MOUNTAINS



COMO MONTANA MOUNTAINS









O que se entende por **educação**?  
 educação é o processo de formação do indivíduo para a vida.  
 educação é o processo de transmissão de conhecimentos, valores e habilidades.  
 educação é o processo de desenvolvimento do indivíduo.  
 educação é o processo de socialização do indivíduo.

**PROCURANDO O BOM**

educação é o processo de formação do indivíduo para a vida.  
 educação é o processo de transmissão de conhecimentos, valores e habilidades.  
 educação é o processo de desenvolvimento do indivíduo.  
 educação é o processo de socialização do indivíduo.



educação é o processo de formação do indivíduo para a vida.  
 educação é o processo de transmissão de conhecimentos, valores e habilidades.  
 educação é o processo de desenvolvimento do indivíduo.  
 educação é o processo de socialização do indivíduo.



**PROCURANDO O BOM**

**PROCURANDO O BOM**

educação é o processo de formação do indivíduo para a vida.  
 educação é o processo de transmissão de conhecimentos, valores e habilidades.  
 educação é o processo de desenvolvimento do indivíduo.  
 educação é o processo de socialização do indivíduo.





CONCEITOS NA CONSTITUIÇÃO

QUE CONCEITO O MUNICÍPIO REPRESENTA?

A LOCALIDADE?

UMA UNIDADE TERRITORIAL, JURÍDICA, POLÍTICA?

COMUNIDADE DE INTERESSES?

CONCEITOS JURÍDICOS, POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS...

CONCEITO JURÍDICO

CONCEITO POLÍTICO

CONCEITO ADMINISTRATIVO

CONCEITO TERRITORIAL

CONCEITO DE INTERESSES

CONCEITO DE LOCALIDADE

CONCEITO DE UNIDADE TERRITORIAL

CONCEITO DE UNIDADE JURÍDICA

CONCEITO DE UNIDADE POLÍTICA

CONCEITO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA

CONCEITO DE UNIDADE INTERESSOS

CONCEITO DE UNIDADE TERRITORIAL

CONCEITO DE UNIDADE JURÍDICA

CONCEITO DE UNIDADE POLÍTICA

CONCEITO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA

CONCEITO DE UNIDADE INTERESSOS

CONCEITO DE UNIDADE TERRITORIAL

CONCEITO DE UNIDADE JURÍDICA

CONCEITO DE UNIDADE POLÍTICA

CONCEITO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA

CONCEITO DE UNIDADE INTERESSOS

CONCEITO DE UNIDADE TERRITORIAL

CONCEITO DE UNIDADE JURÍDICA

CONCEITO DE UNIDADE POLÍTICA

CONCEITO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA

CONCEITO DE UNIDADE INTERESSOS

CONCEITO DE UNIDADE TERRITORIAL

CONCEITOS NA CONSTITUIÇÃO

QUE CONCEITO O MUNICÍPIO REPRESENTA?

A LOCALIDADE?

UMA UNIDADE TERRITORIAL, JURÍDICA, POLÍTICA?

COMUNIDADE DE INTERESSES?

CONCEITOS JURÍDICOS, POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS...

CONCEITO JURÍDICO

CONCEITO POLÍTICO

CONCEITO ADMINISTRATIVO

CONCEITO TERRITORIAL

CONCEITO DE INTERESSES

CONCEITO DE LOCALIDADE

CONCEITO DE UNIDADE TERRITORIAL

CONCEITO DE UNIDADE JURÍDICA

CONCEITO DE UNIDADE POLÍTICA

CONCEITO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA

CONCEITO DE UNIDADE INTERESSOS

CONCEITO DE UNIDADE TERRITORIAL

CONCEITO DE UNIDADE JURÍDICA

CONCEITO DE UNIDADE POLÍTICA

CONCEITO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA

CONCEITO DE UNIDADE INTERESSOS

CONCEITO DE UNIDADE TERRITORIAL

CONCEITO DE UNIDADE JURÍDICA

CONCEITO DE UNIDADE POLÍTICA

CONCEITO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA

CONCEITO DE UNIDADE INTERESSOS

CONCEITO DE UNIDADE TERRITORIAL

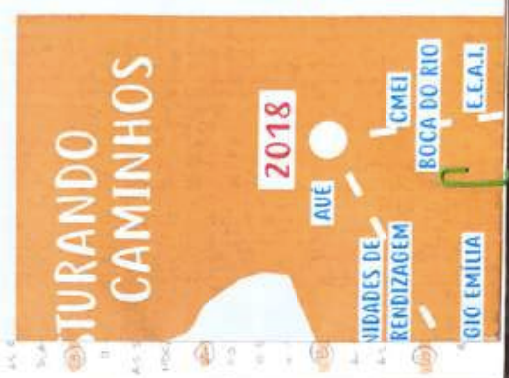
CONCEITO DE UNIDADE JURÍDICA

CONCEITO DE UNIDADE POLÍTICA

CONCEITO DE UNIDADE ADMINISTRATIVA

CONCEITO DE UNIDADE INTERESSOS

CONCEITO DE UNIDADE TERRITORIAL





Environmental Management

1. Environmental Management (EM) is a process of identifying, assessing, and controlling the potential environmental impacts of a proposed project, activity, or product, and mitigating adverse effects.

2. EM is a process of identifying, assessing, and controlling the potential environmental impacts of a proposed project, activity, or product, and mitigating adverse effects.

3. EM is a process of identifying, assessing, and controlling the potential environmental impacts of a proposed project, activity, or product, and mitigating adverse effects.

4. EM is a process of identifying, assessing, and controlling the potential environmental impacts of a proposed project, activity, or product, and mitigating adverse effects.

5. EM is a process of identifying, assessing, and controlling the potential environmental impacts of a proposed project, activity, or product, and mitigating adverse effects.

6. EM is a process of identifying, assessing, and controlling the potential environmental impacts of a proposed project, activity, or product, and mitigating adverse effects.

7. EM is a process of identifying, assessing, and controlling the potential environmental impacts of a proposed project, activity, or product, and mitigating adverse effects.

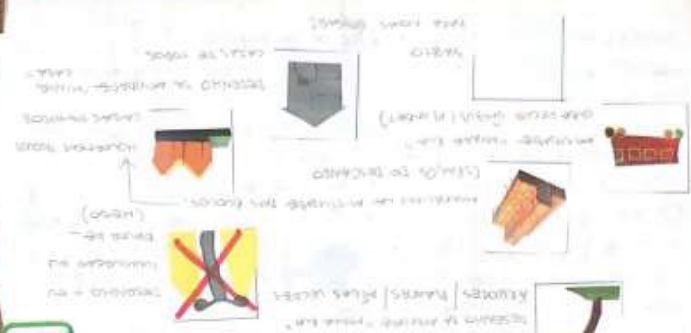
8. EM is a process of identifying, assessing, and controlling the potential environmental impacts of a proposed project, activity, or product, and mitigating adverse effects.

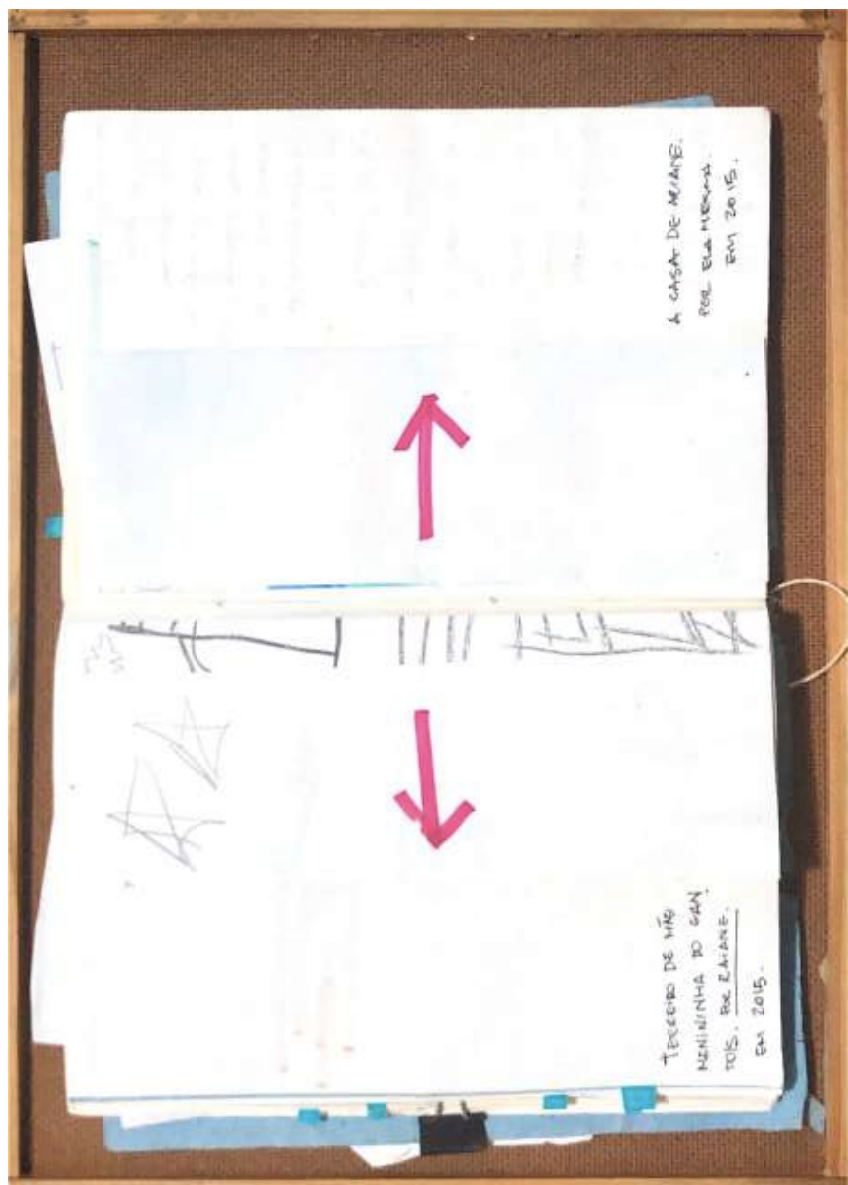
9. EM is a process of identifying, assessing, and controlling the potential environmental impacts of a proposed project, activity, or product, and mitigating adverse effects.

10. EM is a process of identifying, assessing, and controlling the potential environmental impacts of a proposed project, activity, or product, and mitigating adverse effects.

24.03.2019

- 1. What is the purpose of EM?
- 2. How is EM implemented?
- 3. What are the key components of EM?









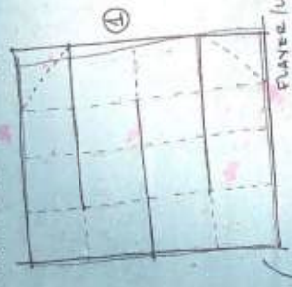
ORIENTAÇÃO EM COLORES

1. Como como o colorido em cores primárias e secundárias?
  - O colorido primário são as cores básicas: vermelho, amarelo e azul.
  - O colorido secundário são as cores resultantes da mistura das cores primárias: verde, laranja e roxo.
2. Como o colorido se relaciona com a percepção visual?
  - O colorido influencia a percepção visual de forma direta e indireta.
  - O colorido pode ser usado para chamar a atenção, transmitir emoções e criar harmonia visual.
3. Como o colorido se relaciona com a comunicação?
  - O colorido é uma ferramenta poderosa para transmitir mensagens e ideias.
  - O colorido pode ser usado para criar identidade visual e facilitar a compreensão de informações.



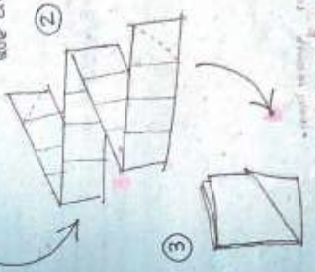
ORIENTAÇÃO EM COLORES 03.04.19

- O colorido é a percepção visual das cores.
- O colorido é influenciado por fatores físicos, psicológicos e culturais.
- O colorido pode ser usado para criar harmonia visual e facilitar a compreensão de informações.
- O colorido pode ser usado para transmitir emoções e ideias.



PLAYER LIVRO  
BOE CIBAS TOONE

- O colorido é a percepção visual das cores.
- O colorido é influenciado por fatores físicos, psicológicos e culturais.
- O colorido pode ser usado para criar harmonia visual e facilitar a compreensão de informações.
- O colorido pode ser usado para transmitir emoções e ideias.



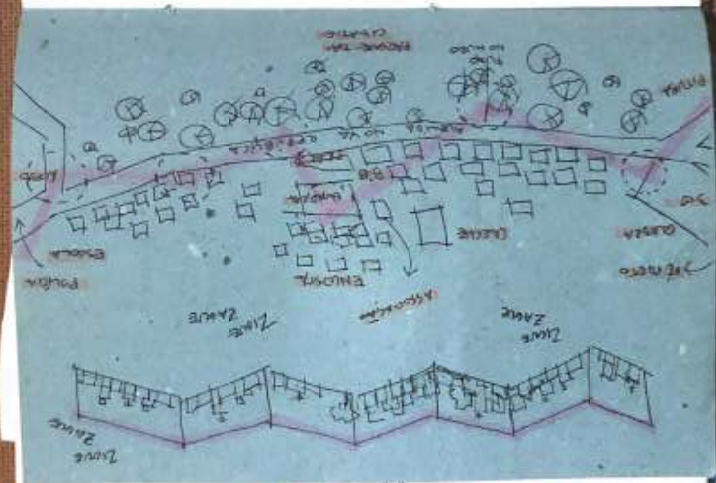
Este plano de arquitetura mostra o layout geral do espaço, incluindo a localização das salas, corredores e áreas comuns. O plano é dividido em várias zonas, cada uma com suas próprias características e funcionalidades.

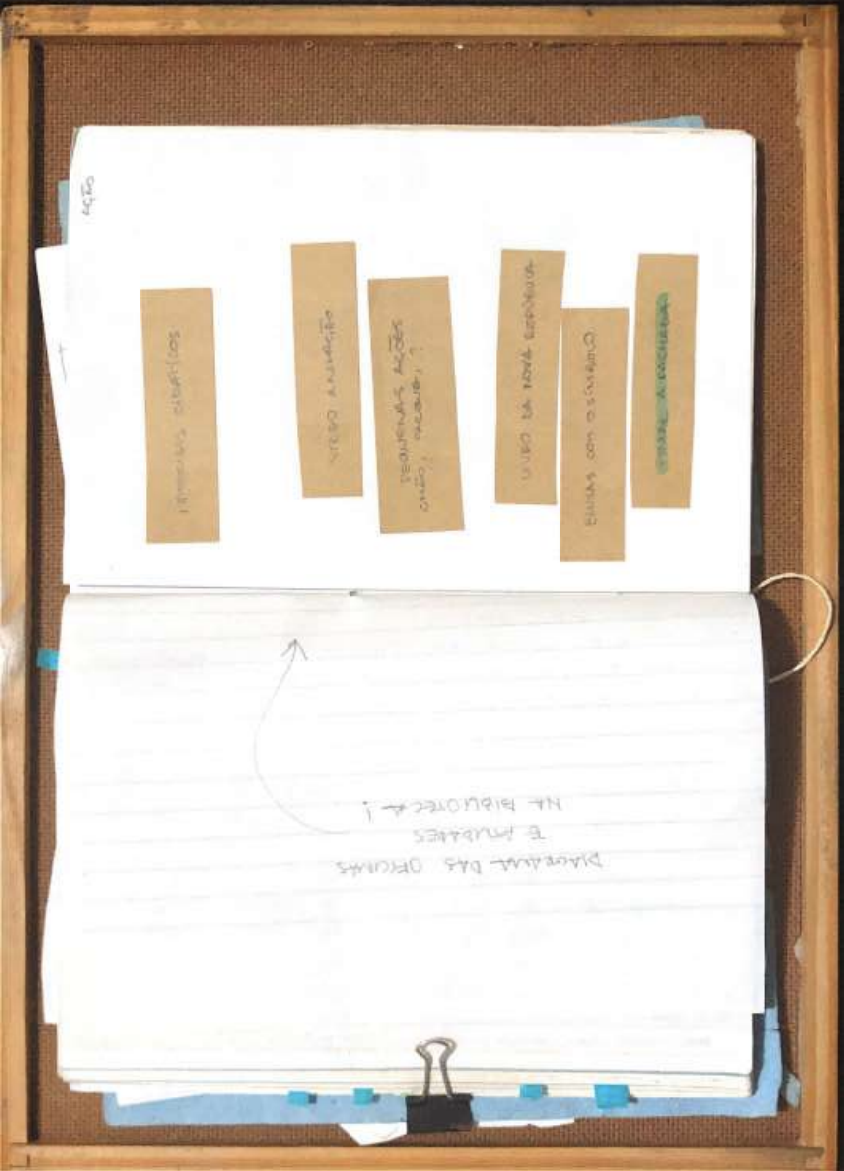
O plano mostra a distribuição das salas de aula, laboratórios e áreas de estudo. As salas são numeradas e rotuladas para facilitar a identificação. Os corredores são desenhados para garantir uma circulação eficiente e segura por todo o espaço.

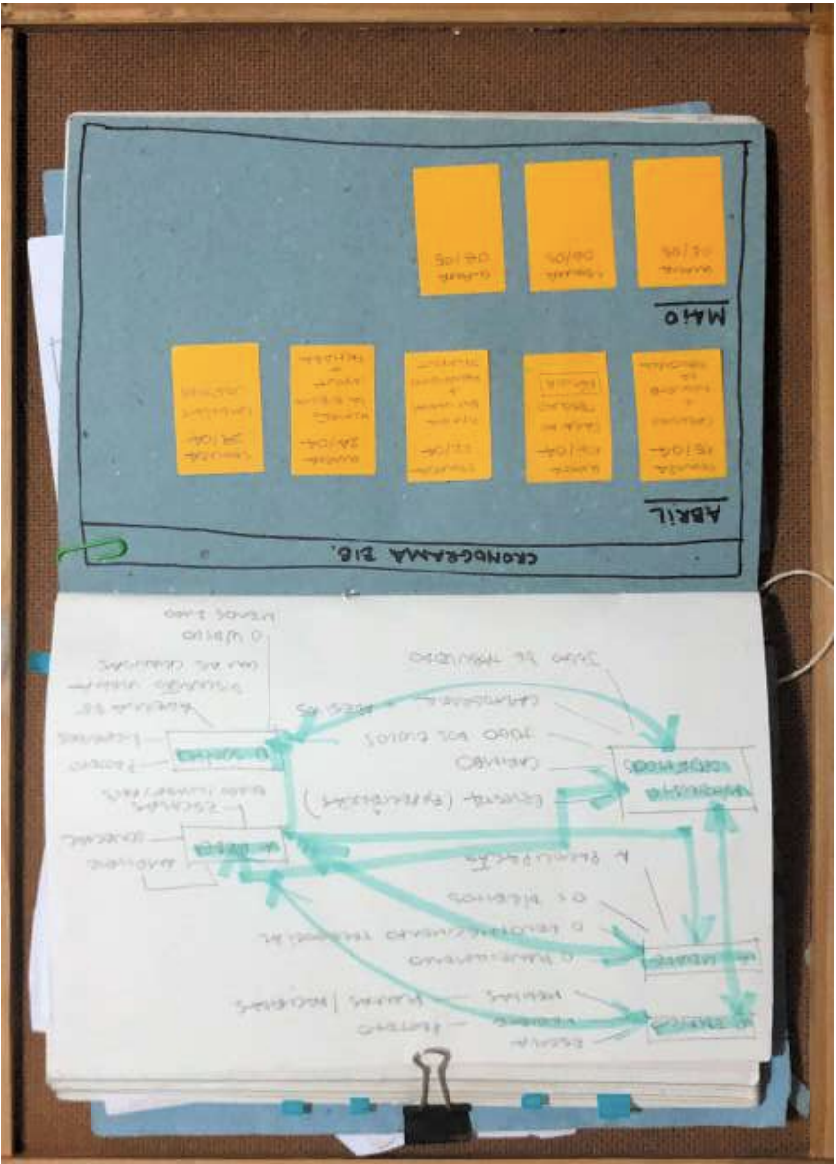
As áreas comuns, como a biblioteca e o refeitório, são estrategicamente posicionadas para promover a interação e o bem-estar dos estudantes. A localização das salas de aula e laboratórios é planejada para otimizar o processo de ensino e aprendizagem.

O plano também indica a localização das portas e janelas, bem como a distribuição dos pontos de luz e ventilação. A arquitetura é projetada para proporcionar um ambiente agradável e funcional para todos os usuários do espaço.

Este plano serve como uma referência essencial para a construção e a manutenção do edifício. Ele garante que todas as necessidades e requisitos sejam atendidos de maneira adequada e eficiente.









CLIMA URBANO  
- temperatura a maior parte do  
ano, maior parte do ano, maior parte do ano.

WIND SPEED, PRESSURE, HUMIDITY  
- variações de clima

O URBANO - vento e temperatura  
- variações de clima

Temperatura no verão  
- variações de clima

Temperatura no inverno  
- variações de clima

Temperatura no outono  
- variações de clima

Temperatura na primavera  
- variações de clima

Temperatura no ano todo  
- variações de clima

Temperatura no verão  
- variações de clima

como essas condições climáticas  
afetam a população urbana

há a questão da  
densidade da cidade, da população urbana.

WIND SPEED, PRESSURE, HUMIDITY  
- variações de clima

O URBANO - vento e temperatura  
- variações de clima

Temperatura no verão  
- variações de clima

Temperatura no inverno  
- variações de clima

Temperatura no outono  
- variações de clima

Temperatura na primavera  
- variações de clima

Temperatura no ano todo  
- variações de clima







